

RODRIGO ROSA DA SILVA

**Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão
Política em São Paulo (1930 -1945).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento
de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação
do Prof. Dr. Michael M. Hall.

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
28 / 07 / 2005

BANCA

Prof. Dr. Michael McDonald Hall (orientador)

Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani (membro)

Profª. Dra. Fernando Teixeira da Silva (membro)

Prof. Dr. Cláudio H. M. Batalha (suplente)

JULHO/2005

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si38i **Silva, Rodrigo Rosa da**
 Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão
 política em São Paulo (1930-1945) / Rodrigo Rosa da Silva.
 - - Campinas, SP : [s. n.], 2005.

Orientador: Michael M. Hall.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. São Paulo (Estado). Departamento de Ordem Política e
Social. 2. Anarquismo e anarquistas. 3. Polícia. 4. Perseguição
política. 5. Imprensa trabalhista. 6. Sindicalismo. 7. Resistência
ao governo. 8. Direitos humanos. 9. Brasil – Política e governo,
**1930-1945. I. Hall, Michael M. (Michael McDonald), 1941-.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e**
Ciências Humanas. III. Título.

(cc/ifch)

Palavras – chave em inglês (Keywords): Anarchism and anarchists.

Police.

Political persecution.

Labor press.

Syndicalism.

Resistance to government.

Human rights.

Brazil – Politics and government.

Área de concentração : História Social do Trabalho.

Titulação : Mestrado em História.

Banca examinadora : Michael McDonald Hall, Carlo Maurizio Romani,
Fernando Teixeira da Silva.

Data da defesa : 28/07/2005.

A Bruna,
A todos homens e mulheres que pereceram sob as violências do Estado,
e aos que insistiram e ainda insistem em sobreviver
para manter a esperança de um mundo livre.

Agradecimentos

Agradeço

A Bruna, companheira de sempre nas boas e nas más horas, quem sempre me incentivou e motivou afetiva e intelectualmente.

A meu orientador Michael, único que poderia ter a paciência e a coragem de aceitar-me tão pronta e amigavelmente como orientando, ao mesmo tempo em que constantemente deu mostras de sua confiança nesse trabalho.

Aos professores Cláudio Batalha e Fernando Teixeira pelas sugestões e colaborações.

A Carlo Romani pela participação na defesa dessa dissertação e pela boa vontade.

Aos colegas da linha de pesquisa pelo companheirismo e amizade, em especial Samuel, Endrica, Uassyr, Beatriz e Marcelo.

Aos companheiros Eduardo Valladares e Alexandre Samis pelos incentivos iniciais.

À professora Maria Luiza Tucci Carneiro por possibilitar o acesso ao rico acervo do DEOPS e colaborar nos primeiros passos da pesquisa.

A Christina Lopreato pelo entusiasmo acerca dessa pesquisa.

Aos amigos que me apoiaram em todos os momentos: Plínio, Felipe, Elisa, Luiz, Ruiivo, Elaine, Pietro, Arthur, João B., Flávio Bá, João R., Luís M., Tim, Isadora, Matt, Marcolino, Liana, Rogério Nascimento, Renato Ramos, Christiane, Larry e Cleyre.

A Mírian, Jorge, Rogério, Waléria, Gabriel, Vó Irene, Mércia, Élcio, Nancy, Dennis, Cecília, Vó Dita (*in memorian*), Abel, Myrian e Caio, minha família.

Ao CNPq pelo apoio financeiro em forma de bolsa.

Aos velhos militantes que tive oportunidade de conhecer pessoalmente, Jaime Cubero (*in memorian*), Diego Gimenez e Eduardo Colombo, que muito nos inspira.

Muitas pessoas colaboraram direta ou indiretamente para a realização dessa dissertação, na medida em que todo conhecimento é fruto de uma construção coletiva.

Resumo

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 -1945)*, Campinas, IFCH / UNICAMP, 2005

Fruto de pesquisa junto aos acervos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) e aos jornais anarquistas compilados por militantes e depositados no Arquivo Edgard Leuenroth na UNICAMP, esse trabalho demonstra, para além da sobrevivência do anarquismo nos anos 1930, suas atividades relacionadas à prática sindical, política e cultural.

Tendo os periódicos libertários e os prontuários da polícia política como fontes privilegiadas, aponta, por um lado, a vigilância e repressão exercida contra a imprensa anarquista, e por outro a resistência às arbitrariedades policiais em voga durante a ditadura de Getúlio Vargas.

Durante a pesquisa ficou evidente a intensa agitação anarquista dos primeiros anos pós-golpe de 1930, passando pelas ondas repressivas de 1935 a 1937, chegando até meados da década de 1940.

As ações de apoio aos prisioneiros levadas a cabo pelo Comitê Pró Presos Sociais colocava em prática a solidariedade tão cara aos anarquistas.

Discute-se o conceito de crime político e de crime de Estado, para melhor compreender as práticas ilegais vigentes na época.

Abstract

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Printing the Resistance: The Anarchist Press and the Political Repression in São Paulo (1930 -1945)*, Campinas, IFCH / UNICAMP, 2005

As a result of researches through the DEOPS (State Department of Political and Social Order) and the anarchist newspapers compiled by militants and deposited in Edgard Leuenroth's Archive (AEL) in the UNICAMP, this work demonstrate, beyond the survive of the anarchism in the 1930's, its activities related to trade-union, political and cultural practices.

Taking libertarians periodics and political police documents as selected source, points the surveillance and the repression against the anarchist press, and on the other hand the resistance to police arbitrariness of the Getúlio Vargas dictatorship.

During the research appears the intense anarchist agitation on the first years after the 1930's coup d'état, passing through the repressives waves of 1935 and 1937, going to middle 1940's.

Support actions to the prisoners taken by the Pro Social Prisoners Committee put in practice the anarchist solidarity.

Discussing the concept of political crime and the state crime, try to understand the illegal actions in existence on that period.

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Lista de figuras	xiii
Introdução	1
Capítulo 1 – O Anarquismo em São Paulo	7
1.1 – O anarquismo na historiografia	7
1.2 – Os anarquistas nos anos 1930	13
Capítulo 2 - Repressão ao Anarquismo em São Paulo	35
2.1 – A Repressão na Primeira República	35
2.2 – As práticas repressivas do DEOPS	42
2.3 – A Imprensa Anarquista nos registros do DEOPS	49
<i>A Lanterna</i>	51
<i>A Plebe</i>	57
<i>O Trabalhador</i>	62
<i>Outros jornais</i>	65
<i>Livros anarquistas: a preocupação com a leitura</i>	81
<i>A leitura proibida</i>	96
<i>Os livros e a fomalha: incineração dos materiais apreendidos pelo DEOPS</i>	99

Capítulo 3 – As Formas da Resistência Anarquista	103
3.1. – A infiltração policial	103
3.2 – A resistência anarquista	112
 Capítulo 4 – Crime Político e Crime de Estado	 153
 Conclusão	 165
 Fontes	 173
 Bibliografia	 181

Lista de figuras e tabela

A Lanterna no. 355	56
Tabela de jornais anarquistas apreendidos pelo DEOPS (1924-1945)	66
Catálogo A Sementeira	82
Charge de Juca Pato, por Belmonte	85
Capa do livro “Deus Existe? Eis a Questão”	87
Notícia do jornal O Dia	124
Foto de Natalino Rodrigues	127
A Plebe no. 76	130
Recorte do jornal O Diário da Noite	133
A Plebe no. 78	136
Carimbo do Comitê Pró Presos Sociais de Cadiz	144
Anúncio de Festival Pró Presos	146

Introdução

A presente dissertação pretende colaborar para uma melhor compreensão dos métodos repressivos e investigativos utilizados pelo Estado através da ação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) para perseguir, deter, processar, extraditar, desterrar e torturar anarquistas, com o intuito de eliminar o anarquismo, minando as redes de contatos entre seus militantes. Está também dentro do campo de investigação analisar o papel dos jornais anarquistas frente a essa repressão policial, assim como de suas notícias sobre as prisões de militantes.

As perguntas que moveram esse trabalho foram: Quais eram os critérios de investigação e repressão do DEOPS no que concerne aos anarquistas? De que forma os anarquistas lidavam com o DEOPS? Quais métodos utilizavam para burlar, denunciar ou combater a repressão?

A pesquisa junto aos periódicos anarquistas, que se encontram no Arquivo Edgard Leueunroth da Unicamp, e dos prontuários do DEOPS, depositados junto ao Arquivo do Estado de São Paulo, serviu de suporte na tentativa de encontrar algumas possíveis respostas a essas questões.

Os anos abarcados por esse estudo correspondem ao que se convencionou chamar de Era Vargas, ou seja, desde o golpe de 1930 ao fim do primeiro governo de Getúlio Vargas em 1945. Acreditamos que seu governo foi marcadamente ditatorial, em toda sua vigência. Ou seja, cremos que não há uma diferença significativa entre o período 1930 – 1937 e os anos posteriores, chamados de Estado Novo. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro,

“nos três primeiros anos de governo provisório, sem leis nem embaraços, Getúlio Vargas ‘manda com seus ministros, legisla com eles e com eles julga num tribunal sem códigos substantivos nem adjetivos, sem constituição, sem nada que não seja a livre vontade dos ministros, legisladores e juízes’”¹.

Nesse aspecto concordamos com a periodização proposta por Pinheiro, segundo o qual:

¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Transição política e não-estado de direito na República” IN: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil – Um século de transformações*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 274.

“esse período tem sido tratado com enorme leniência por muitos historiadores, mas na realidade trata-se de um estado de exceção, de uma ditadura como nunca se havia visto antes. Em vez de considerar esse período um interregno provisório para a democracia constitucional que viria em 1934, é possível propor outra periodização. O governo de 1930-4 já é ditadura – interrompida por um breve período de pouco mais de um ano – que seria retomada pelo golpe de Estado de 1937”².

É claro que esse “regime de exceção paralelo” não foi criação de Getúlio, nem se extinguiu com o seu suicídio. A história do Brasil é marcada pela opressão do Estado e das elites sobre as classes populares, já que nunca se viu a suspensão desse regime, que se tornava mais agudo em momentos de crise ou efervescência política e social. Os períodos pretensamente mais “democráticos” valeram-se da promulgação de leis para legitimar suas ações repressivas, como é o caso das leis de repressão ao anarquismo na Primeira República e da Lei de Segurança Nacional, apelidada de "Lei Monstro" pela oposição ao governo.

O anarquismo sempre se fez presente, combatendo esse Estado que perpetra essas condições de exploração e autoritarismo. Nos anos 1930, suas expressões mais marcantes foram a atuação sindical e a luta antifascista. No campo do movimento operário, os anarquistas formaram fileiras para resistir à domesticação dos sindicatos e à cooptação dos trabalhadores com falsas conquistas sociais. O fascismo, ascendente em diversos países da Europa, recebeu o mais forte repúdio por parte dos anarquistas, mesmo quando travestiu-se de verde e amarelo através da ação dos integralistas.

Esse período foi de muita conturbação política e de complexa configuração graças às diversas mudanças e redirecionamentos políticos e estratégicos, tanto do regime varguista, como dos movimentos sociais e partidos políticos. Os anarquistas, apesar de alheios à política partidária e avessos à luta pelo poder, não passaram ilesos nem desaparecidos nesses duros anos. Sofreram a repressão do Estado e imprimiram sua presença combatente nesse capítulo de nossa história recente. A Era Vargas ainda é um

² Idem, *ibidem*.

livro aberto que merece ser lido mais vezes e reinterpretado a todo instante, em busca de melhor compreende-lo.

Esperamos que esse trabalho possa acrescentar novos dados sobre fatos obscuros ou ignorados por muitos de nós, historiadores e cientistas sociais.

Para se compreender o movimento anarquista e sua imprensa nos anos 1930 é preciso ter em mente que, apesar dos homens e mulheres que os configuravam serem, em sua maioria, trabalhadores, não se pode resumir sua atuação ao âmbito sindical. A intensa e inovadora produção artística e literária sempre foram marcas dos anarquistas e continuaram sendo mesmo após a decretação de sua suposta morte por muitos historiadores. As diversas instâncias da vida de uma pessoa são tomadas de assalto pelo ideal anarquista, obrigando que cada militante o seja em tempo integral. Nas relações interpessoais, na conduta moral, no trabalho, na educação, nos contatos afetivos, em todos os campos o anarquismo se manifesta. Ele se pratica nas ruas, no sindicato, no teatro, na fábrica e em casa. Assim, para além de um movimento, há uma *cultura anarquista*.

A *cultura* da qual tratamos nos aproxima dos conceitos de E. P. Thompson. Em concordância com Renato Rosaldo, acreditamos que as maiores contribuições de Thompson foram “os modos de composição através dos quais ele desenvolve análises sociais empíricas de tradições culturais conflituosas e o agenciamento (*agency*) humano”³. Em suas pesquisas Thompson demonstrou um viés etnográfico ao descrever as condições de vida dos trabalhadores e seus costumes, tratando de diversas manifestações de classe, tão diversas quanto essenciais para a compreensão do *ser* operário. É essa perspectiva de análise quase etnográfica das fontes que buscamos.

Essa idéia opõe-se à rigidez do determinismo econômico e da teoria de que a classe operária se constituiu a partir da relação de determinado grupo de pessoas, compartilhando condições de vida e posições sociais semelhantes, com o processo de produção, uma construção baseada em fatores externos e por vezes alheios aos próprios trabalhadores. A formação da classe operária não é algo estático ou dado de antemão, e sim “um processo

³ ROSALDO, Renato. “Celebrating Thompson’s Heroes: Social Analysis in History and Anthropology” in: KAYE, Harvey J. e McCLELLAND, Keith (orgs.). *E. P. Thompson critical perspectives*. Philadelphia, Temple University Press, 1990, p. 109. Tradução nossa.

ativo”, que segundo Thompson, “se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos”⁴. Assim, é introduzida e dada ênfase à intervenção ativa dos trabalhadores no processo de formação da classe em oposição ao determinismo econômico da época.

Os sistemas simbólicos e culturais estão tão sujeitos à ação humana quanto os modos de produção. Não se pode excluir a influência da estrutura ou, em termos marxistas, da base, sobre os indivíduos, mas em hipótese alguma pode-se tomá-la como única determinante dos modos de vida. Thompson insistiu em demonstrar que a industrialização e a relação dos indivíduos com os modos de produção não são os fatores primordiais na constituição de uma cultura operária, abrindo espaço para a atuação transformadora dos trabalhadores. Na mesma medida damos voz aos anarquistas atuantes nos anos 1930 em São Paulo, que ao invés de silenciarem ante o “rolo compressor” das leis de sindicalização e da brutal repressão do Estado autoritário, resistiam de diversas maneiras, mantendo sua cultura viva, até os dias de hoje, readaptando e reinterpretando sua práticas.

Assim, sabemos que a cultura anarquista manifesta-se na linguagem, na expressão corporal, na vestimenta, nos hábitos, nos trajetos, nas canções, nas ilustrações, nas escolhas, nas condutas, nos textos, nas histórias, enfim, em todos os aspectos da vida de um anarquista. Entre os anarquistas notamos que, para além de uma dicotomia entre política e cultura, existe o entendimento do amplo alcance de suas idéias, que tomam de assalto tanto as manifestações artísticas e literárias, quanto os debates e comícios públicos, chegando até a promover transformações no campo individual ao incentivar uma postura de igualdade entre os sexos e de não submissão das questões particulares ao aval das instituições religiosas ou civis. Tanto as greves revolucionárias como as relações interpessoais eram vistas como parte da militância e da divulgação de seu ideal. Muitas vezes os anarquistas tomam a música e a literatura como instrumentos de propaganda. Para muitos deles, seus momentos de lazer e descontração deveriam caminhar associados à ação de conscientização dos trabalhadores de sua condição de explorado. A música presente em seus festivais, piqueniques e manifestações tinha esse caráter lúdico e descontraído, porém sem perder o compromisso com as idéias de liberdade e igualdade.

⁴ THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa, Vol.1, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 9.*

A cultura só acontece no espaço público e ela se objetiva através de seus signos e mensagens que, quando interpretadas por cada indivíduo, constitui a própria cultura⁵. A cultura anarquista torna-se então um universo a ser explorado. Se a cultura aparece no espaço público através de seus signos e mensagens interpretadas por cada indivíduo, tais interpretações surgem de diversos modos dentro da cultura anarquista. Concordando com Batalha, cremos que “sem dúvida a expressão mais visível da cultura operária (...) foi a imprensa operária”⁶. Por isso, nos debruçamos sobre a preocupação policial relativa aos jornais anarquistas, a expressão pública de uma cultura de combate e resistência à repressão e de busca incessante da liberdade dos homens e mulheres trabalhadores.

Partindo dos referidos pressupostos, esse trabalho buscou, no desenvolvimento dos capítulos, construir um olhar sobre a repressão e a resistência tendo como foco principal os jornais anarquistas editados na década de 1930. Para isso, fez-se necessário, no primeiro capítulo, realizar uma breve análise crítica da historiografia referente aos estudos sobre o anarquismo no Brasil e traçar um panorama da movimentação anarquista nos anos 1930, descrevendo suas principais atividades e introduzindo alguns dos militantes que apareceram no decorrer da pesquisa.

O capítulo seguinte resgata algumas práticas repressivas utilizadas na Primeira República e discute teoricamente os objetivos e o *modus operandi* da polícia política, traçando um paralelo com as práticas cotidianas do DEOPS em São Paulo. A vigilância e a perseguição à imprensa anarquista ilustra os mecanismos de repressão em ação no período Vargas, assim como expõe aos olhos a presença anarquista e a ameaça que suas publicações representavam para a ordem vigente. Nesses relatos surgem as primeiras provas das arbitrariedades policiais e do desrespeito aos mais básicos direitos individuais, perpetrados pelos agentes do DEOPS.

O capítulo 3 dedica-se a descrever as principais formas de resistência à repressão utilizadas pelos anarquistas. A comparação entre as duas fontes privilegiadas nesse trabalho – os jornais anarquistas e os prontuários do DEOPS – possibilita reconstruir diversos casos

⁵ Cf. GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, LTC, 1989.

⁶ BATALHA, Cláudio H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 64.

de ações ilegais por parte da polícia, notar a mobilização gerada através de campanhas públicas de denúncia e protesto levadas a cabo pelos anarquistas, assim como permite apontamentos preliminares sobre o dia-a-dia desses militantes atrás dos muros e das grades de suas celas. A criação do Comitê Pró Presos Sociais e o apoio dado pelos parentes, amigos e companheiros, escancaram a prática de um dos valores mais caros aos anarquistas: a solidariedade.

Os conceitos de “preso social” e “crime político”, surgidos no desenrolar da pesquisa, merecem uma reflexão no quarto e último capítulo. O papel do Estado em relação à tipificação do “crime político” é um convite à reflexões mais detidas sobre o tema.

Esperamos que a leitura dessa dissertação seja tão instigante quanto foi a sua elaboração. Por mais aversão que podemos ter de desenterrar histórias horrendas de crueldade e violência, a esperança de não ver episódios como os relatados aqui se repetirem na história da humanidade nos move cada vez mais para o fundo dos porões fétidos e insalubres do Estado e de suas instituições jurídicas e policiais.

Capítulo 1 – O anarquismo em São Paulo

Eu, por exemplo, falando da minha vida e das minhas experiências é que vou falando também de anarquismo.

Jaime Cubero

1.1 – O anarquismo na historiografia

O movimento operário no Brasil é tema recorrente entre os historiadores e possui uma vasta bibliografia. Segundo Cláudio Batalha⁷, a historiografia sobre a classe operária dividiu-se em várias fases no decorrer da produção acadêmica brasileira. Uma delas foi a produção de estudos e antologias realizadas por militantes do próprio movimento, a fim de reconstruir a história dos trabalhadores⁸. Posteriormente, nos anos 1960, imperaram as “sínteses sociológicas”, que apontavam para a origem estrangeira do proletariado e a conseqüente introdução e “hegemonia” da corrente anarquista durante as duas primeiras décadas do século XX⁹. Já os “brasilianistas”¹⁰ iniciaram as pesquisas empíricas a partir do acesso a alguns arquivos até então inéditos, antecipando os estudos feitos na década de 1980, que apontavam para problematizações mais específicas, com um melhor suporte teórico e com recortes específicos, apoiados por uma vasta pesquisa¹¹.

A partir da década de 1970 emergiu no Brasil novas abordagens históricas, em oposição à história oficial que até então era calcada no destaque de datas importantes e de

⁷ BATALHA, Cláudio H. M. “Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”, In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, Bragança Paulista, USF/Contexto, 1998.

⁸ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1977; LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro da libertação social. Antologia de doutrina crítica-histórica-informações*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.

⁹ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, São Paulo, Difel, 1976.

¹⁰ DULLES, John W.F., *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977; MARAM, Sheldon Leslie, *Anarquistas imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

¹¹ FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*, Petrópolis, Vozes, 1978; MAGNANI, Silvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

“grandes vultos da história”. Com essa reviravolta na historiografia, os “excluídos” – mulheres, operários, pobres, negros, etc – ganharam um “lugar na história”.

Após uma onda de pesquisas dedicadas aos “excluídos da história”, em seus diferentes matizes e manifestações, a partir de diversas abordagens metodológicas, os historiadores acabaram por imprimir uma nova cara aos estudos sobre a política e as mobilizações sociais na Primeira República e no período getulista, fundando uma nova tradição dentro da história da classe operária, à luz de autores como Eric J. Hobsbawm e Edward P. Thompson, para ficarmos apenas em dois dos mais visíveis exemplos. O papel da história oral na reabilitação desses personagens também é inegável. Michael Pollak afirma que “num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade”¹².

Porém, mesmo em meio a um grande avanço e uma relativa desmistificação das figuras dos líderes operários e dos partidos políticos, alguns conceitos surgidos anteriormente e adotados nesse novo contexto de pesquisa sobrevivem de maneira mais ou menos velada. É justamente sobre um desses mitos que se cristalizou na historiografia brasileira e que configurou-se como um dos alicerces de justificação da repressão aos operários e militantes anarquistas, que devemos voltar nosso olhar: a teoria da “planta exótica”¹³, que afirma a origem estrangeira do anarquismo em terras brasileiras, uma idéia importada que não se adaptaria ao clima de “cordialidade” e “paz social” supostamente vigente no Brasil na virada dos anos 1900.

Foi justamente nessa época que se deu o processo que possibilitou o surgimento e o desenvolvimento do ideal e das práticas anárquicas no Brasil, assim como a consolidação de alguns mitos políticos quanto à origem estrangeira do anarquismo. Foi também nesse período que a classe trabalhadora consolidou-se como novo grupo social, produto direto do crescimento econômico que se iniciara em meados de 1870, impulsionado a partir de 1890 pela intensa urbanização, pelo desenvolvimento industrial, pela criação de redes mais eficientes de transporte, pela libertação dos escravos e pela intensa imigração estrangeira, entre outros fatores. Concomitantemente, ocorre no Brasil o aparecimento de idéias

¹² POLLAK, Michael, “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, no. 3, 1989, p. 4.

¹³ FAUSTO, Op.cit.

negadoras da ideologia burguesa e do capitalismo, assim como expressões de sentimentos de revolta embrionária contra a situação precária de vida dos trabalhadores assalariados e a posterior materialização da mesma através de movimentações populares e greves, assim como de uma produção intelectual e doutrinária, expressada em jornais, panfletos e livros escritos pelos próprios operários e militantes.

É também aí que o capitalismo se consolida e a mão-de-obra assalariada torna-se cada vez mais comum. Para suprir a necessidade de trabalhadores que o crescimento econômico exigia, grandes levas de imigrantes – principalmente italianos, portugueses e espanhóis – desembarcaram por aqui para “fare l’America”, ou seja, em busca de enriquecimento graças às facilidades que encontrariam no Novo Mundo. Assim, imbuídos de uma vã esperança, esses estrangeiros foram facilmente incorporados ao sistema de trabalho das fábricas e plantações de café, pois acreditavam poder “melhorar de vida” através do trabalho, mesmo tendo que suportar horários e regras abusivas e exploradoras. Por outro lado, os brasileiros viam o trabalho como algo negativo e degradante, uma visão herdada da época da escravidão.

Um meio de tentar criar um contingente de trabalhadores assalariados e possibilitar o controle dos “perigosos” foi incutir uma nova ideologia do trabalho – sobretudo entre os que carregavam nas costas a experiência da escravidão – tentando articular a mesma aos conceitos de ordem e progresso que inspiravam a recém-criada República. Era necessário fazer com que os ex-escravos “amassem” o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que pudessem daí advir. Era fundamental transmitir ao “liberto” que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade, que o mesmo é o elemento característico da vida “civilizada”. Enquanto isso, os imigrantes, que eram supostamente, trabalhadores “corretos” tinham suas condições de vida pioradas a cada dia: longas jornadas, baixos salários, condições de higiene e segurança precárias e a exploração da mão-de-obra feminina e infantil, dentre outras precariedades.

As supostas dedicação e submissão do imigrante ao trabalho causaram dificuldades para a organização da classe operária, pois, como afirma Michael Hall, ao referir-se à indiferença dos estrangeiros frente à vida social no país observada por alguns periódicos anarquistas da década de 1910,

“suas aspirações de enriquecimento individual e de ascensão econômica dificultavam ações visando melhorias coletivas ou reformas de longo prazo”¹⁴.

Ou seja, grandes levas de imigrantes se esquivavam de movimentos de trabalhadores, muitas vezes furando greves e boicotando agitações.

Outro fator a ser considerado no estudo da classe operária, em especial no Brasil, é a diversidade étnica dos trabalhadores. O Brasil sofreu grandes fluxos de imigração a partir das últimas décadas do século XIX. São Paulo era formada por muitos estrangeiros, predominantemente, italianos, espanhóis e portugueses. Em 1920 oitenta e oito por cento da população estrangeira no país era de origem italiana.¹⁵ Isso por si só já é um fator complicador, na medida em que no seio do operariado não havia uma unidade cultural, nem costumes e idiomas comuns. Essa diversidade gerava “hostilidades entre as nacionalidades” que se constituíam como “barreiras enormes para a coesão e organização dos trabalhadores”¹⁶. Michael Hall aponta vários exemplos de conflitos no seio do movimento sindical produzidos por conflitos entre as diversas etnias ou nacionalidades que compunham a massa de trabalhadores em São Paulo. Porém, o autor chama a atenção para o fato de esses desentendimentos darem-se até mesmo num âmbito mais particular, ou seja, entre imigrantes de diferentes regiões de um mesmo país. Como ressalta Cláudio Batalha, deve-se considerar, por exemplo, que nem todos imigrantes vindos de regiões da Itália viam-se como “italianos”, mas sim “como vênéticos, lombardos, napolitanos e calebreses”¹⁷, o que criou ainda uma nova sub-divisão no interior da classe, com uma multiplicidade de dialetos e culturas. Se por um lado, quando na Itália, esses imigrantes destacavam suas diferenças regionais, colocando, por exemplo, sicilianos em oposição aos lombardos numa nação recém-unificada, quando chegavam no Brasil não eram mais vistos como sicilianos e sim considerados genericamente italianos. Talvez diante da sociedade brasileira as identidades podiam ser manipuláveis de acordo com as intenções de cada grupo. Se, num

¹⁴ HALL, Michael. “O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954”, In PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo – Volume 3*, São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 260.

¹⁵ HALL, Op.cit., p. 263.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 07.

contato direto com imigrantes, os traços culturais regionais do ponto de origem na Europa poderiam ser destacados em detrimento da nacionalidade italiana, por outro lado, numa situação de conflito ou oposição de interesses com os brasileiros ou com imigrantes de outras nacionalidades poderia haver uma unidade entre vênnetos e calabreses, ambos considerando-se a si e aos outros como italianos legítimos¹⁸. Portanto, ao se traçar um perfil da classe operária brasileira deve-se considerar a multiplicidade de origens étnicas, a grande diversidade de culturas e línguas que compunham essa classe durante as primeiras décadas do século XX.

Além disso, o contingente de trabalhadores nacionais ia aumentando com o passar dos anos, com postos de trabalho sendo assumidos por descendentes de imigrantes e filhos de ex-escravos. Podemos notar, que mesmo nos movimentos operários o contingente de brasileiros foi consideravelmente grande. E havia ainda aqueles imigrantes chegados ao Brasil ainda crianças, que teria se politizado em terras brasileiras. Essa configuração heterogênea da classe operária deve sempre ser levada em conta em qualquer estudo sobre o tema.

Esses novos dados problematizam a idéia de “planta exótica”, na medida em que percebemos que entre os imigrantes trabalhadores em São Paulo não havia uma unidade de princípios políticos e de identificação nacional. Essa visão, que culpa os “agitadores estrangeiros” pelos “atentados à ordem” e pelo ataque à “índole pacífica” do brasileiro, passa a assumir o caráter de um nacionalismo xenófobo, voltado contra aqueles que não se submetiam “pacificamente” ao trabalho, e de uma reação das elites à crescente movimentação anarquista na Primeira República. Ancorados nesses pilares, o Estado e o empresariado encontraram a justificação para a brutal repressão levada à cabo pela polícia nesse período, recaindo sobre os movimentos operários e em especial sobre os imigrantes que eram, sumariamente, expulsos do país.

Além dessas observações, vale ainda destacar, como Sílvia Petersen¹⁹ aponta, que estudos que se centravam na realidade das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo foram

¹⁸ Para uma discussão aprofundada a respeito do caráter contrastivo das identidades ver CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

¹⁹ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “Cruzando Fronteiras: As Pesquisas Regionais e a História Operária Brasileira”, In ARAÚJO, Angela M.C. *Trabalho, Cultura e Cidadania*, São Paulo, Scritta, 1997.

“estendidos” para todo o Brasil; o que era na verdade somente um estudo regional, por vezes pretendia abarcar o país, a partir de uma situação particular encontrada em suas regiões centrais. Recentemente encontramos estudos regionais sobre a classe operária e o anarquismo em diversos estados e cidades do país, antes relegados a segundo plano ou totalmente ignorados pela historiografia²⁰.

Podemos também encontrar uma série de estudos sobre o movimento anarquista, caracterizados por maior dinamismo e amplitude teórica, assim como por estenderem-se a períodos não muito estudados. Os recortes propostos por alguns desses estudos possibilitaram um novo olhar sobre os anarquistas e o papel do anarquismo na vida política brasileira. Realizando um trabalho de pesquisa mais pautado na reconstrução do imaginário social sobre o anarquismo e no retrato do cotidiano dos trabalhadores, bem como de seus valores morais, alguns estudos contribuíram para que a história das classes subalternas ganhasse visibilidade, tendo como subsídio a vida cultural, a teia de relações sociais e seus valores e práticas no campo da moral²¹.

A maioria dos trabalhos que se refere ao anarquismo concentra-se na sua atuação durante a Primeira República, mais especialmente entre os anos de 1890 e 1920. Um dos mais consistentes materiais produzidos sobre a década de 1920 é o livro de Paulo Sérgio Pinheiro²², que dedica um longo capítulo às práticas repressivas do governo contra os militantes de esquerda em geral, incluindo aí os anarquistas. Os desterros arbitrários e os dados sobre a Clevelândia – Colônia Penal na região da fronteira com a Guiana Francesa – apontados por Pinheiro são analisados com muita profundidade e competência por Alexandre Samis²³, possibilitando uma ampla compreensão acerca dessa instituição e seu

²⁰ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *“Que a união operária seja nossa pátria!”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*, Santa Maria / Porto Alegre, Editora UFSM /UFRGS, 2001; VALENTE, Silza M. P. *A presença rebelde na cidade sorriso: contribuições ao estudo do anarquismo em Curitiba (1890-1920)*, Londrina, Atrito Art, 2004; FONSECA, Ricardo M.; GALEB, Maurício. *A greve geral de 1917 em Curitiba*, Curitiba, Ibert, 1996.

²¹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de trabalhadores na República-SP (1889-1940)*, São Paulo, Brasiliense, 1989; HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria Nem Patrão*, São Paulo, UNESP, 2002; RAGO, Margareth Luzia. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

²² PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992

²³ SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, Imaginário, 2002.

correspondente método de repressão, assim como o contato com importantes fatos relacionados à política oficial e dos grupos de oposição ao governo de Arthur Bernardes.

Sobre a repressão aos anarquistas, principalmente aquela levada a cabo pelo DOPS, poucos estudos foram realizados até agora, em parte por que os prontuários da Polícia Política só foram disponibilizados no início da década de 1990. Duas boas análises sobre a instituição policial e seu modo de agir podem ser encontradas no livro de Elizabeth Cancelli e na tese de Regina Célia Pedroso²⁴. Podemos encontrar referências aos anarquistas em estudos recentes realizados junto a esse acervo, assim como revelações substanciais acerca da lógica e da prática pela qual pautava-se a ação desse órgão repressivo²⁵.

Nota-se a escassez da produção acadêmica sobre a relação entre repressão policial e a resistência anarquista inscrita na ótica particular da imprensa libertária e dos relatórios policiais, tarefa a que essa pesquisa se propõe. Acreditamos ser possível esclarecer vários pontos sobre o tema, ainda hoje obscuros e/ou obscurecidos, tendo acesso ao arquivo do DEOPS e analisando, junto a outros arquivos, a publicação de jornais anarquistas e as notícias sobre as atividades dos libertários nos anos 1930.

1.2 - Os anarquistas nos anos 1930

“Ontem, na sede da Federação Operária realizou-se uma assembléia (...) a quase totalidade dos anarquistas de S. Paulo estiveram presentes. A sala quase que só tinha anarquistas”²⁶.

Ao nos depararmos com tal relato poderíamos logo imaginar que essa reunião tenha ocorrido nos idos do início do século, quando os anarquistas eram atuantes e

²⁴ CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas*, Brasília, UNB, 1994; PEDROSO, Regina Célia. *O Olhar Vigilante: Estado Autoritário e Ideologia Policial (1924-1940)*, São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2001.

²⁵ FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Serviço Reservado da Delegacia de Ordem e Política e Social de São Paulo na Era Vargas*, Franca, Dissertação de Mestrado, UNESP, 2000; ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das idéias: Intelectuais e a polícia política (1930-1945)*, São Paulo, Tese de Mestrado, FFLCH/USP, 2001; MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O Suspeito através das lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*, São Paulo, Tese de Mestrado, FFLCH/USP, 2001; PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela Liberdade: O Movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS-SP (1924-1945)*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

²⁶ Doc 16, Prontuário DEOPS-SP no. 144 – Florentino de Carvalho.

“hegemônicos” nos sindicatos. Talvez em 1906, quando da realização do Primeiro Congresso da Confederação Operária Brasileira ou nas agitações preparatórias para a Greve Geral de 1917. Mas qual não seria a surpresa ao constatarmos que a referida assembléia realizou-se no dia 23 de agosto de 1933. Tratava-se de uma conferência onde discursaram os anarquistas Florentino de Carvalho e Hermínio Marcos para uma platéia repleta de anarquistas e para os ouvidos atentos dos policiais infiltrados, que relataram todo o ocorrido às autoridades do DEOPS.

Uma série de documentos que será analisada no desenrolar desse trabalho, mostra a sobrevivência e, mais importante, a atividade de muitos militantes anarquistas, grupos e órgãos de orientação libertária nos anos 1930. Ou seja, o anarquismo ainda presente na cena política e com considerável influência nas associações de trabalhadores.

A maior parte dos autores que se dedicou a estudar o anarquismo no Brasil – com raras exceções – considerou-o como uma fase embrionária do sindicalismo brasileiro. Quase a totalidade das pesquisas que tratam, direta ou indiretamente, do anarquismo e dos anarquistas no Brasil entende o seu surgimento concomitantemente à chegada dos primeiros imigrantes italianos e espanhóis no último quartel do século XIX, tendo se desenvolvido em conjunto com o movimento operário, mantendo uma forte influência nesse meio até meados da década de 1920, quando, supostamente, sofreu o seu “declínio”. Segundo os autores que partilham dessa teoria, o anarquismo teve seu apogeu durante a década de 1910, sendo a Greve Geral de 1917 seu principal símbolo, e a partir da criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, o movimento anarquista teria perdido sua força, chegando até a desaparecer em meados da década de 1920²⁷. Outros estudos mais recentes apontam seu “declínio” como consequência da perda de sua influência junto ao operariado e à constante repressão levada à cabo pelos órgãos policiais do período pós-1930.

Podemos encontrar uma posição um pouco diferente, principalmente, nos livros de Edgar Rodrigues²⁸ e em algumas teses acadêmicas produzidas nos últimos anos²⁹. Nessa

²⁷ FAUSTO, Op.cit; MAGNANI, Op.cit; DULLES, Op.cit.

²⁸ RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos (1922-1946)*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1972; RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1992.

²⁹ AZEVEDO, Raquel. *A resistência anarquista: uma questão de identidade*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002; NASCIMENTO, Rogério H.Z. *Florentino de Carvalho – Pensamento social de um anarquista*, Rio de Janeiro, Achiamé, 2000; ROMANI, Carlo Maurizio. *Oreste*

produção, os indícios da existência do anarquismo mesmo após a criação do PCB e da Revolução de 1930, evidenciam-se na continuidade da publicação de jornais, nas manifestações, especialmente antifascistas e anticlericais e na resistência anarquista nos sindicatos, contra a subordinação ao Estado de Vargas e às leis trabalhistas.

Sobre a presença e atuação anarquista nos sindicatos há duas importantes pesquisas. Angela Araújo³⁰ caminha no sentido contrário da maioria dos historiadores ao reconhecer em sua tese de doutorado sobre a implantação do corporativismo pelo governo getulista, a influência anarquista no movimento sindical durante os primeiros anos da década de 1930. Já no final de 1930, logo após a implantação do novo governo, muitos sindicatos, que haviam sido fechados com a repressão dos anos anteriores, foram reorganizados a partir de movimentos grevistas e da articulação proporcionada por anarquistas e trotskistas, através do Comitê de Reorganização Sindical. Diversas categorias tiveram seus sindicatos criados ou reerguidos, culminando com a formação de duas federações sindicais estaduais: a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP), “dirigida pelos comunistas, que reunia principalmente sindicatos de cidades do interior, sem bases expressivas na capital”³¹; e a Federação Operária de São Paulo (FOSP), “que congregava o maior número de sindicatos e algumas das categorias de trabalhadores mais importantes da capital”³².

A FOSP, de orientação anarquista, tinha marcada influência em diversos sindicatos. Podemos ter uma idéia de seu alcance e das categorias que ela representava através de um relatório policial sobre “propaganda anarquista” em São Paulo:

“A propaganda anarquista em São Paulo é sustentada pela ‘Federação Operária de São Paulo’ composta, em sua maioria, por elementos estrangeiros. Conta, essa Federação, com os seguintes sindicatos, todos ilegais: Liga Operária da Construção Civil; União dos Artífices em Calçados; Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros; Sindicato dos

Ristori: uma aventura anarquista, São Paulo, Annablume, 2002; SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, Imaginário, 2002.

³⁰ ARAÚJO, Angela M. C. *Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30*, Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 1994.

³¹ ARAÚJO, Angela M. C. “Estado e Trabalhadores” In ARAÚJO, Angela M. C. *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo, 2002, p.p. 47

³² Idem, *ibidem*, p. 47.

Padeiros; União dos Canteiros de S. Paulo; União dos Operários em Fábricas de Chapéus; União dos Empregados da Light; Sindicato dos Operários em Ofícios Vários; União dos Ladrilheiros; Liga Operária da Água Branca e da Lapa; Liga Operária da Vila Anastácio”³³.

Além dessas entidades enunciadas pela polícia, sabemos que a União dos Profissionais do Volante, a União dos Operários Metalúrgicos, a União dos Vendedores Ambulantes e a União dos Canteiros de Itatiba, assim como outros sindicatos de cidades do interior, também eram filiadas à Federação.

Diante do projeto autoritário-corporativista de promover a colaboração dos trabalhadores com o Estado e discipliná-los através de propostas inclusivas de participação política atrelada à legalização dos sindicatos e da promulgação de leis sociais,

“os anarco-sindicalistas foram a única corrente sindical que se manteve irredutível na defesa da organização autônoma dos trabalhadores e na oposição ao sindicalismo corporativista”³⁴.

Angela Araújo ainda aponta os principais motivos da perda de força dos anarquistas dentro dos sindicatos: a disputa política com outras correntes de esquerda, que tinham visões diferentes a respeito da relação com Estado e a situação que o governo getulista impôs ao movimento operário ao promulgar leis sociais. Ainda, segundo a autora,

“cabe considerar que à todas estas dificuldades veio ainda se somar a repressão crescente que acompanhou o crescimento da movimentação operária e da radicalização política entre 1934 e 1935. Os anarco-sindicalistas sofreram uma perseguição constante dos órgãos de segurança. A FOSP esteve sob vigilância contínua da polícia e foi várias vezes invadida. As prisões de suas lideranças foram freqüentes e houve vários casos de deportação dos estrangeiros”³⁵.

Tal vigilância contra a Federação pode ser comprovada através da análise do prontuário nominal dedicado à Federação Operária de São Paulo, dividido em 4 volumes,

³³ s/Doc, Prontuário DEOPS-SP no. 1579 – Associações de Classes e Sindicatos.

³⁴ ARAÚJO, Op. Cit, p. 49.

³⁵ ARAÚJO, Angela M. C. *Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30*, Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 1994, p. 190.

recheado de relatórios de investigação, materiais apreendidos e outros documentos oficiais, produzidos pelos agentes ou pelos delegados do DEOPS.

Com base nesses e em outros documentos, Raquel de Azevedo buscou, em seu livro³⁶, demonstrar a sobrevivência dos sindicatos libertários entre os anos 1927 e 1937. Centrando sua análise nas greves e na resistência à legislação trabalhista, a autora, acrescentou dados substanciais acerca da organização dos operários anarquistas no período, apresentando uma tabela enumerando as muitas paralisações que ocorreram e listando mais de 30 sindicatos de orientação anarquista na ativa durante o referido decênio. Azevedo chega às mesmas conclusões que Angela Araújo a respeito da paulatina perda de predominância libertária no meio sindical: a concorrência de outras correntes políticas, em especial, os comunistas, pelo controle dos sindicatos; a intervenção estatal nas organizações operárias; e a intensa repressão. Porém, ela acrescenta uma nova visão sobre o movimento: para além da participação no meio operário, a resistência anarquista “se processava através das formas de organização autônomas e de atividades artísticas e educativas”³⁷. Ou seja, os anarquistas faziam-se presentes não só nas Uniões Operárias e na FOSP, mas também em seus grupos de afinidade, em suas publicações e conferências. Em meados de 1933 havia dois outros grupos que atuavam em conjunto com a FOSP, utilizando a mesma sede e quase sempre em parceria entre si: dois jornais – *A Plebe* e *O Trabalhador* – e o Centro de Cultura Social. A partir de estudos sobre a atuação deste Centro³⁸, podemos notar que em certo período, coincidindo com a perda de influência nos sindicatos, alguns grupos anarquistas mantiveram-se ativos, porém em outros âmbitos e de maneira menos ligada ao movimento sindical. Aqui não se pode ignorar que, durante todo o debate político interno do anarquismo no Brasil, houve discordâncias quanto ao meio e maneira de atuação libertária, gerando várias correntes dentro do próprio seio do movimento, algumas delas que optavam por não participar diretamente das lutas operárias e de sindicatos. Assim, deve-se levar em conta que o anarquismo não se resumia à atuação sindical, caso contrário

³⁶ AZEVEDO, Op.Cit.

³⁷ Idem, ibidem, p. 07.

³⁸ GERALDO, Endrica. “Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951)”, *Cadernos AEL – Anarquismo e anarquistas*, No. 8/9, pp.165-192, IFCH, Campinas, 1998.

pode-se ter a falsa impressão de que o mesmo perdeu sua força por ter deixado de atuar junto aos sindicatos pelos motivos acima expostos. Um estudo dessas correntes no Brasil poderia oferecer algumas pistas para a compreensão dos fluxos e refluxos do ideal anarquista que se deram ao longo dos anos no país e servir para relativizar essa relação direta proposta por alguns historiadores entre anarquismo e movimento operário.

No âmbito dessa pesquisa, sobre imprensa anarquista e repressão policial, um olhar panorâmico sobre a movimentação anarquista no período ajudará a conhecer alguns de seus principais sujeitos, muitos dos quais atuavam também ou exclusivamente fora dos sindicatos de classe, concentrando-se em atividades culturais ou intelectuais, por exemplo.

Um perfil da agitação anarquista, observada durante nossa pesquisa, pode ser traçado através do cruzamento das informações contidas nos prontuários do DEOPS, nos jornais libertários editados na época e nas referências apontadas em alguns livros e pesquisas acadêmicas. A análise desse material nos leva a uma importante observação: nos cinco primeiros anos da década de 1930 pode-se dizer que havia um movimento anarquista ativo e que diversos sindicatos, militantes e entidades circulavam nos mesmos meios e participavam de atividades em comum, caracterizando-se como elos de ligação entre as diversas práticas libertárias. Exemplos disso não faltam. Militantes como Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe, Hermínio Marcos, Pedro Catalo e muitos outros circulavam por diversos grupos, estavam presentes em muitas reuniões e assembléias, tinham escritos publicados em periódicos e realizavam viagens de propaganda pelo interior e por outros estados. Diversos periódicos eram impressos, em especial *A Plebe*, *O Trabalhador* e *A Lanterna*. Vários sindicatos de importantes categorias profissionais tinham uma nítida orientação anarquista em seus meios. Manifestações públicas, reuniões e assembléias eram constantes, contando com a presença de dezenas e, às vezes, centenas de pessoas. Assim, traçaremos um breve panorama desse movimento e de seus principais personagens em São Paulo, tentando apreender sua teia de relações internas e o alcance de suas práticas.

A Federação Operária de São Paulo foi, sem dúvida, a entidade de cunho libertário de maior projeção logo nos primeiros anos após o golpe getulista. A FOSP, segundo informou, em 09 de março de 1933, o delegado de ordem social ao chefe do Gabinete de Investigações,

“professa o anarquismo e, por todos os meios ao seu alcance, procura infiltra-lo entre as massas proletárias. Não é entidade reconhecida pelo Governo Federal e, em absoluto, não reconhece a autoridade do Ministério do Trabalho”³⁹.

A Federação Operária de São Paulo, segundo notícia do jornal *Folha da Manhã* de 07 de agosto de 1931, congregava 13 sindicatos e mais de 1000 afiliados. Segundo o artigo, a Federação encontrou terreno fértil para sua expansão no período “pós-revolucionário”, ou seja, após o golpe getulista, por estar garantido aos trabalhadores o direito de reunião e associação, enquanto que sob o governo anterior “o proletariado era um caso de polícia”. Ironicamente, essa notícia encontra-se anexada ao prontuário policial de Arsênio Palácios⁴⁰, um dos principais articuladores da referida Federação, sempre observada de perto por investigadores e sob constantes ameaças de fechamento por parte das autoridades policiais.

Durante a Terceira Conferência Operária Estadual, realizada nos dias 13,14 e 15 de março de 1931⁴¹, deu-se a retomada da FOSP, na tentativa de reconstruir a força que a Federação teve desde sua fundação em 1905. Reunindo diversos sindicatos de orientação anarquista, destacou-se por sua ardorosa luta contra a burocratização e a oficialização dos sindicatos, recusando-se a tirar a carteira do trabalho, por entenderem ser esta uma “carteira policial”. Os trabalhadores ligados à Federação eram constantemente vigiados e detidos para averiguação pelos agentes do DEOPS devido a essas posturas da entidade. A FOSP foi, sem dúvida, um dos focos de maior resistência à ingerência do Estado sobre as organizações de trabalhadores em São Paulo, porém não resistiu às diversas investidas contrárias, tanto por parte de outras tendências políticas que concorriam pelo controle dos sindicatos, como pela ação do Estado por meio de seus diversos mecanismos de controle – a exigência da regulamentação sindical atrelada à concessão de alguns direitos, a representação parlamentar operária e a intensa repressão policial – acabando por ser desativada e ter sua sede definitivamente lacrada pelas autoridades em 1937.

Sendo a FOSP de orientação anarquista e a entidade que dentre poucas lutou fervorosamente contra a domesticação dos trabalhadores nos anos 1930 em São Paulo,

³⁹ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

⁴⁰ Prontuário DEOPS-SP no. 1507 – Arsênio Palácios.

⁴¹ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.2*, Rio de Janeiro, VJR, 1995, p. 141.

parece estranho que tão poucos pesquisadores tenham se dedicado a este tema tão importante para a história do movimento operário⁴², já que caracteriza a recusa de ter suas entidades sob controle estatal ou sob representação parlamentar. A atuação da FOSP, em especial durante os anos de 1931 e 1937, marca a presença relevante dos trabalhadores anarquistas no movimento sindical de massa. Essa presença era notada pela polícia também, que a vigiava constantemente. A FOSP sofria, de tempos em tempos, ataques da polícia que prendiam seus filiados e fechava sua sede. Nas páginas de *A Plebe* podemos ler um relato do comício de Primeiro de maio de 1933:

“A Federação já tinha anunciado o comício no Largo da Sé. Depois [houve] uma proibição emanada da chefatura de Polícia (...). O operariado não se conformou (...) e realizou o anunciado comício (...). Chegou uma nova proibição (...). Centenas de trabalhadores regressaram à sede da Federação (...). A certa altura chegaram inspetores e soldados que se postaram na porta, não deixando sair ninguém do salão. Pouco depois chegaram as jardineiras e grande número de agentes, os quais, subindo no salão deram voz de prisão a quantos lá se encontravam, passando a revistar a todos à medida que iam saindo (...) e encafundo-os nas jardineiras, que os transportaram ao presídio da rua do ‘Paraíso’, tendo fechado a Federação”⁴³.

O relato segue contando que à noite foram todos soltos e a Federação reaberta, o que deixa clara a insistência dos anarquistas em manterem-se ativos, à despeito da repressão que sofriam.

Num relatório policial escrito pelo policial infiltrado que assinava sob o pseudônimo de Guarany, dá para notar o objetivo da ação policial e a análise dos resultados:

“No 1º de Maio que há pouco se passou, mais uma vez foi dado a todos constatar o quanto é útil a ação preventiva da polícia. Assim foi que, embora a ação perniciosa dos maus elementos promettesse acontecimentos desagradáveis para esse dia, com as medidas postas em prática pela polícia,

⁴² Sobre a atuação da FOSP e dos anarquistas nos sindicatos ver AZEVEDO, Op.Cit.

⁴³ *A Plebe*, no. 23, 06/05/1933.

tudo correu calmo e 1º de Maio foi comemorado condignamente pela massa dos trabalhadores”⁴⁴.

Em torno da FOSP havia uma grande quantidade de grupos, ligados direta ou indiretamente à entidade. Filiados a ela existiam dezenas de sindicatos e pequenos grupos de afinidade, mas também circulavam em sua sede, localizada então na rua Quintino Bocaiúva, número 80, centro da capital, diversos militantes e agrupações libertárias. Nesse salão encontravam-se instaladas diversas secretarias de sindicatos filiados e havia espaço para assembléias e reuniões. A Federação possuía um jornal que era considerado, pelos investigadores do DEOPS, “órgão oficial da Federação Operária”, batizado de *O Trabalhador*.

O primeiro número do jornal *O Trabalhador* surgiu em setembro de 1931, carregando na capa o lema anarcossindicalista “Trabalhador, combate o Estado em todas as suas formas”. O responsável pelo periódico era o espanhol Hermínio Marcos.

Na sua edição de 05 de dezembro de 1931 foi publicada a “Afirmção de Princípios” produzida durante a Terceira Conferência Operária, que em seu artigo 3º diz:

“A FOSP não obedecerá à nenhuma tendência político-partidária ou religiosa, não podendo nenhuma de suas aderentes ou qualquer de seus membros, individual ou coletivamente, servir-se de suas filiadas ou aderentes para se manifestar em sentido político ou religioso”⁴⁵.

A “Afirmção” acrescenta ainda, mais adiante, que “não poderá pertencer à FOSP quem ocupar cargos políticos ou a eles se faça candidato”. Na mesma edição podemos ler no editorial que o jornal ressurgia “abraçando o seu ideal libertário, tendo à flor dos lábios, o seu hinário de revoluções sociais antiestatais”⁴⁶.

Edilene Toledo, citando trechos de um relatório policial do ano de 1931, conclui que tal documento seria uma fonte que confirmaria “a tese da influência das idéias sindicalistas revolucionárias no movimento operário paulista”, negando assim “sua associação direta a

⁴⁴ Doc. 2, Prontuário DEOPS-SP no. 2945 – Confederação Operária Brasileira.

⁴⁵ *O Trabalhador*, Ano I, no. 2, 05/12/1931.

⁴⁶ Idem.

uma corrente política, como o anarquismo”⁴⁷. No sentido contrário, Lúcia Parra cita o mesmo documento como comprovação de que “os sindicalistas e anarco-sindicalistas eram maioria no movimento operário”⁴⁸. Curiosamente, a análise do mesmo documento originou conclusões opostas das duas pesquisadoras. Antônio Ghioffi, investigador autor do referido relatório faz uma análise dos movimentos sociais atuantes na época e diferencia, dentro do movimento operário, diversas correntes políticas: *trotskismo*, *anarquismo*, *sindicalismo*, *anarco-sindicalismo* e *anarquistas puros*. Dentro dos sindicatos sempre foi comum as disputas de idéias, porém nem sempre essas posturas eram completamente divergentes, como o relatório pode fazer transparecer, havendo uma luta entre “anarquistas puros” e sindicalistas. Não se pode negar que algumas correntes do anarquismo colocavam em xeque o papel do sindicato, os denominados comunistas libertários, por exemplo, ou até mesmo se opunham à participação nessas organizações, em especial os que tinham tendências individualistas. Essas disputas, mais do que demonstrar uma incoerência dos próprios anarquistas, reforçava-o, na medida em que nenhuma dessas correntes tentava lançar mão de artimanhas políticas ou violentas para conquistar uma pretensa “hegemonia”, termo sempre tão usado nas pesquisas históricas sobre o movimento sindical no Brasil. Os anarquistas, ao contrário dos comunistas, não acreditavam que deveria existir um “sindicato anarquista”, onde somente partidários dessa idéia poderiam filiar-se. Todas correntes entendiam o sindicato como uma organização de classe, formada por trabalhadores explorados que se reuniam para melhorar suas condições de vida e trabalho, porém divergiam quanto ao grau de participação de anarquistas nessas instituições. Errico Malatesta, militante anarquista italiano que teve suas idéias muito difundidas nos meios libertários brasileiros, para além de uma crítica ao sindicalismo que, segundo ele, pretendia transformar “os meios em fins”, ameaçando a transformação radical da sociedade como um todo, insistia, no Congresso Anarquista realizado em Amsterdã no ano de 1907, que

“é preciso que os anarquistas continuem ingressando nos sindicatos antes de mais nada para difundir o anarquismo entre os operários e depois, porque está é a única forma de que chegue o dia – pelo qual todos esperamos – em

⁴⁷ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário – Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 118.

⁴⁸ PARRA, Op. Cit., p. 49.

que poderemos ter à nossa disposição grupos capazes de assumir o controle da produção”⁴⁹.

Nesse congresso se colocou em discussão a questão da organização, com diversos posicionamentos sobre a questão do sindicalismo e da participação de anarquistas em organizações. Malatesta, após ouvir alguns militantes versarem sobre o *individualismo*, o *sindicalismo*, o *anarco-sindicalismo* e a *organização*, principais temas do Congresso, sintetizou sua impressão:

“o que nos divide são palavras que entendemos de maneira distinta. Buscamos querelas acerca das palavras. Mas, no âmago da questão, estou persuadido de que todos concordam. (...) É um erro grave representar os ‘organizadores’, os federalistas, como autoritários; e é outro, não menos grave, figurar-se os ‘antiorganizadores’, os individualistas, como se condenando deliberadamente ao isolamento. (...) Em outras palavras, organizadores e antiorganizadores, todos se organizam”⁵⁰.

Na moção final, proposta por Amédée Dunois e aprovada, tendo apenas um voto contrário, pode-se ler que

“a organização operária, fundada na identidade de interesses, não exclui uma organização baseada na identidade de aspirações e de idéias”⁵¹.

Acreditamos que o artigo 3º da “Afirmção de Princípios” da FOSP, demonstra a vontade de manter fora dos sindicatos os partidos políticos e as religiões, pois em consonância com a referida moção aprovada em Amsterdã, o sindicato deveria ser um órgão de todos trabalhadores, independente de sua orientação política ou religiosa.

Em nota oficial publicada em *A Plebe* de 8 de janeiro de 1933, a FOSP anuncia que

“tanto na sua primeira fase, como na atualidade, soube manter incólumes os princípios do apoliticismo sindical, está sendo alvo do ódio dos politiquinhos de todos os matizes e de todas as cores. Ainda há poucos dias, dois

⁴⁹ MALATESTA, Errico. “Sindicalismo: a crítica de um anarquista”, In WOODCOCK, George. *Grandes Escritos Anarquistas*, Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 204.

⁵⁰ GUÉRIN, Daniel (org). *Congresso Anarquista de Amsterdã, 1907*, Porto Alegre, Brisa de Liberdade, 2000, p.p. 15-16.

⁵¹ Idem, ibidem, p.p. 20.

elementos que, por quererem arrastar as organizações operárias ao terreno da política, desligaram-se da Federação, juntamente com a organização que representavam e que à revelia da maioria dos trabalhadores da classe passou a obedecer às ordens de determinada facção partidária (...)”⁵².

Além disso, em seus boletins, nas páginas de *O Trabalhador* e nas publicações de outros sindicatos filiados à FOSP, os militantes deixavam transparecer sua filiação ao movimento anarquista. Em panfleto exaltando as agitações sociais na Espanha, intitulado “A gloriosa epopéia do povo ibero: pelo comunismo anárquico”, assinado pelo Comitê Federal da FOSP e apreendido pela polícia, lê-se:

“Nem Monarquia, nem República, nem Capital, nem Estado. A Revolução Social é o brado épico dos paladinos do ideal anárquico, dos guerrilheiros do Comunismo Libertário. (...) A Federação Operária de S. Paulo, integrada nos mesmos princípios ideológicos da F.A.I.⁵³ e da C.N.T.⁵⁴, se solidariza com o proletariado espanhol nesta hora decisiva”⁵⁵.

A FOSP, com seus princípios baseados na ação direta, na greve geral revolucionária, na sabotagem e no antipartidarismo não era, em sua teoria e em sua prática, contrária às idéias anarquistas, tanto que em seu seio eram acolhidos todos anarquistas que se interessassem em participar ativamente do movimento sindical, sem que com isso, entrassem em contradição com suas idéias.

Em suas páginas, *O Trabalhador*, que afinal era um jornal sindicalista e anarquista, segue atacando o Estado e propagando as idéias anarquistas. Em sua edição de julho de 1932 trás um ácido texto crítico ao Estado, assinado por Francisco Cianci e um cabeçalho que dizia, em letras garrafais:

“Para garantir as liberdades individuais e coletivas, a existência das organizações trabalhistas, ameaçadas pela coligação clérigo-fascista, todos os meios são justificáveis”⁵⁶.

⁵² *A Plebe*, São Paulo, nº7, 07/01/1933.

⁵³ Federação Anarquista Ibérica, grupo anarquista espanhol.

⁵⁴ Confederação Nacional do Trabalho, sindicato libertário espanhol.

⁵⁵ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1088 – Donato de Vitis.

⁵⁶ *O Trabalhador*, Ano I, no. 7, 07/1932.

Na mesma página principal há um comunicado da Federação que afirma a não participação dos anarquistas nos movimentos constitucionalistas daquele ano, por não se envolverem com questões político-partidárias.

O periódico acolheu e publicou a afirmação de princípios do Ateneu Libertário de Cultura Social em 1932 e, um ano depois, as bases de acordo do Centro de Cultura Social. Também anunciava a publicação de diversos periódicos anarquistas e o lançamento de livros, além de noticiar as agitações revolucionárias em marcha na Espanha e as constantes notas sobre o movimento dos sindicatos filiados à Federação.

Também circulavam em São Paulo os diversos jornais direcionados à categorias profissionais específicas, editados por seus respectivos sindicatos. Amostras desses são os seguintes títulos: *O Trabalhador da Light*, *O Trabalhador Padeiro*, *O Trabalhador Chapeleiro*, *O Trabalhador Vidreiro*, *A Voz dos Profissionais do Volante*, dentre outros. A intensidade da propaganda sindicalista libertária era grande, fazendo circular as idéias e as notícias por meio dessas folhas, de duração muitas vezes efêmera e publicação esporádica, mas que se faziam presentes e eram partes importantes da luta operária.

A FOSP agregava diversos militantes libertários, sendo um dos mais destacados, por sua atuação dentro da própria Federação e como redator de *O Trabalhador*, Hermínio Marcos Hernandez⁵⁷, cujo apelido, segundo ficha de identificação do DEOPS, era “Rocambole”. Hermínio nasceu em Hervaz, na província de Cassilis, Espanha. Era pedreiro e membro da Liga Operária da Construção Civil. Residia à Rua Marcos Arruda, número 157, no bairro do Brás. Foi um dos principais articuladores da Terceira Conferência Operária Estadual em 1931 e exerceu a função de secretário-geral da FOSP pelos dois anos seguintes.

No artigo publicado pela *Folha da Manhã* sobre a atuação da FOSP, podemos comprovar que, além de Hermínio Marcos, havia dois outros militantes considerados como “elementos destacados” na organização: Arsênio Palácios e Francisco Cianci.

Também bastante envolvido com a Federação, Arsênio Palácios⁵⁸, descendente de imigrantes espanhóis e sobrinho de Florentino de Carvalho, foi guarda-livros, jornalista e

⁵⁷ Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

⁵⁸ Prontuário DEOPS-SP no. 1507 – Arsênio Palácios.

poeta. Teve participação efetiva na fundação da FOSP, durante o Congresso de 1931, como delegado do Sindicato dos Canteiros de Itatiba, secretariando as reuniões. Publicou diversos artigos e poesias na imprensa anarquista, inclusive em *O Trabalhador*, e fundou as publicações *Prometheu* e *Arte e Vida*⁵⁹.

O anarquista italiano Francisco Cianci⁶⁰, um dos homens que destacou-se durante a greve insurrecional de 1917 em São Paulo, participou da re-fundação da FOSP como representante da União dos Profissionais do Volante e foi profícuo colaborador da imprensa anarquista, escrevendo muitos artigos para as suas páginas⁶¹.

Ambos passaram a freqüentar e, quando convidados, a palestrar nas conferências do Centro de Cultura Social (CCS). Esse Centro, que atuava numa relação orgânica com a FOSP nessa época, teve três fases: a primeira, de 1933, ano de sua fundação, até 1937, quando fechou em consequência do Estado Novo; a segunda, iniciada após a queda de Getúlio Vargas em 1945, durando até 1969, quando do anúncio do Ato Institucional nº 5, promulgado pela ditadura militar; e a terceira, de 1985 aos dias de hoje. O CCS atuou em conjunto com a FOSP nos primeiros anos após sua fundação, o que proporcionou-lhe uma presença marcante no meio sindical e um forte laço com os trabalhadores, segundo análise de Endrica Geraldo⁶². Eram constantes as publicações de notas de protestos ou informativas, assim como os anúncios das conferências e festivais promovidos pelo Centro nas páginas dos jornais *O Trabalhador* e *A Plebe*. Este último fundado em 1917 por Edgard Leuenroth, que na década de 1930 era diretor responsável da folha anticlerical *A Lanterna*.

O jornal *A Lanterna* foi fundado em 7 de março de 1901 na cidade de São Paulo pelo jornalista e advogado Benjamin Motta e circulou até fevereiro de 1904, contabilizando 60 números. Em 17 de outubro de 1909 voltou a ser impresso, agora sob responsabilidade de Edgard Leuenroth. Após 293 edições deixou novamente de circular em 1916. Já na década de 1930 iniciou sua terceira fase, ainda nas mãos de Leuenroth, e desapareceu em fins de 1935⁶³. *A Lanterna* sempre fez jus ao seu nome, insistindo por décadas em iluminar

⁵⁹ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.1*, Rio de Janeiro, VJR, 1994, p.p. 51-52.

⁶⁰ Prontuário DEOPS-SP no. 625 – Francisco Cianci.

⁶¹ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.2*, Rio de Janeiro, VJR, 1995, p.p. 93-96.

⁶² GERALDO, Op.Cit.

⁶³ RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da Imprensa social no Brasil*, Florianópolis, Insular, 1997, p. 40.

as consciências contra as trevas da ignorância em que, segundo suas páginas, o clericalismo jogava a população. Assumidamente um “jornal de combate ao clericalismo”, suas edições eram repletas de críticas ásperas à Igreja, aos padres e ao Vaticano.

Já o periódico *A Plebe* foi fundado pelo mesmo Edgard Leuenroth em junho de 1917, em meio às agitações da Greve Geral que paralisou a cidade de São Paulo por três dias, servindo, praticamente, de porta-voz dos operários em suas reivindicações. Sendo uma continuidade do jornal anticlerical *A Lanterna*, tornou-se um veículo de divulgação da doutrina anarquista e da organização operária, ampliando seus ataques aos “parceiros” da Igreja: o Estado e o Capitalismo. Em suas páginas pregava que

“para vencer o monstro social que infelicitava o povo produtor não bastará decepar-lhe uma de suas monstruosas cabeças que, como as de Hydra de Lerna, renasce com redobrado vigor para a sua maléfica ação”⁶⁴.

Recorrendo à mitologia grega, *A Plebe* acreditava que não bastava combater somente o clero, apenas uma das várias cabeças da serpente que conforme são decepadas renascem uma a uma, mas sim desferir golpes contra todas as feições que a exploração e a opressão pudessem tomar.

Sem dúvida, o jornal de Leuenroth foi o mais importante e mais duradouro órgão da imprensa anarquista no Brasil. Existiu por mais de 30 anos, sendo publicado até 1949, com pequenas interrupções devido a problemas financeiros e perseguições policiais. Teve periodicidade bimestral, mensal, semanal e, em 1919, publicava-se diariamente, atingindo uma tiragem de 10.000 exemplares. Circulava por todo o país e até no exterior. A distribuição do jornal dava-se por meio de venda direta nas ruas pelos próprios militantes anarquistas, através de pontos de venda pela cidade, como bancas de jornal, e era remetido também pelo correio. Enviava-se periodicamente uma cópia aos assinantes de diversas localidades do país e pacotes para serem vendidos por militantes em outras cidades. A folha mantinha-se com o valor das assinaturas, das vendas avulsas e das contribuições de indivíduos ou de listas de apoio, através das quais se recolhiam doações para a manutenção do periódico. Pode-se ter uma noção do alcance de sua distribuição consultando as seções chamadas “Munições para *A Plebe*”, em que arrolavam-se as contribuições dadas ao jornal

⁶⁴ *A Plebe*, no. 01 – 09/06/1917.

e “Correio Plebeu”, onde os editores mandavam recados a respeito de pedidos e envios de dinheiro à redação. Lá se encontram informações de recursos vindos de diversas partes do país: Taquaritinga, Barretos, Capão Bonito, Poços de Caldas, Palmeira, Vitória, São Luiz Gonzaga, Ponta Grossa, Fortaleza e muitos outros locais. Em seu número de 26 de fevereiro de 1927, após mais de dois anos de ausência, o jornal reafirma a necessidade da colaboração de seus leitores:

“Lembrem-se também os amigos da ‘*A Plebe*’ que o seu porta-voz na imprensa vive exclusivamente do seu auxílio e que, se ele faltar, o nosso esforço será anulado pela impossibilidade de sozinhos mantermos a publicação da folha libertária.”⁶⁵.

As listas de apoio ficavam a cargo de militantes ou de grupos e sindicatos em São Paulo e em outras localidades, como por exemplo, “Os Sem Pátria” de Sorocaba, o Grupo “13 de Outubro” de Birigui e a União Geral da Construção Civil de Recife, dentre muitos outros. Também como forma de divulgar o jornal e de arrecadar fundos para sua manutenção realizavam-se festivais beneficentes e piqueniques libertários, como o realizado em 23 de setembro de 1934, um domingo, no Parque Jabaquara, tendo como atividades “corrida pedestre e saco” com prêmios em livros e “churrasco/chimarão”.⁶⁶ Também se realizavam rifas de apoio, como em 1937, quando houve uma “Ação entre Amigos de *A Plebe*”, rifando-se uma caneta entalhada em madeira por Gusmão Soler⁶⁷, confeccionada dentro do Presídio Maria Zélia, onde este se encontrava a espera da conclusão de seu processo de expulsão, que por fim foi arquivado.⁶⁸ Outra forma de divulgação utilizada pelos editores d’*A Plebe* foi a distribuição de panfletos de propaganda. Um deles estampava:

“O anarquismo é uma doutrina social que preconiza uma sociedade livre de todas as opressões e explorações do homem pelo homem. O semanário ‘*A*

⁶⁵ *A Plebe*, no. 246 – 26/02/1927.

⁶⁶ Panfleto apreendido “Grande Pique-nique popular de ‘*A Plebe*’”, s/Doc. , Prontuário DEOPS-SP no. 2303 – *A Plebe*.

⁶⁷ Prontuário DEOPS-SP no. 4045 – Gusmão Soler.

⁶⁸ Prontuário DEOPS-SP no. 122 – Edgard Leuenroth.

Plebe’ é porta-voz dos anarquistas. Aos sábados está à venda em todas as bancas”.⁶⁹

Essas táticas de divulgação e tais práticas de solidariedade eram comuns entre os diversos jornais libertários da época.

A Plebe teve diversos redatores. Além do fundador Edgard Leuenroth, passaram pela sua direção Florentino de Carvalho, Manuel Campos, Pedro Augusto Mota e Rodolfo Felipe. Conhecer um pouco da trajetória de cada um deles ajudará na reconstrução de parte das atividades anarquistas em São Paulo.

O tipógrafo e jornalista Edgard Leuenroth⁷⁰ fundou a União dos Trabalhadores Gráficos e seu periódico *O Trabalhador Gráfico* nos primeiros anos do século XX. Adepto das idéias anarquistas desde este período, fundou e dirigiu diversos jornais, como *Folha do Povo* e *A Guerra Social*, além dos já citados *A Plebe* e *A Lanterna*. Participou ativamente da vida sindical através de associações de classe e de congressos operários, tendo sido preso como um dos líderes da Greve Geral de 1917, ocorrida em São Paulo. Voltou a ser preso diversas vezes, na década de 1920, por causa das agitações pró Sacco e Vanzetti⁷¹, e em 1936, quando foi processado durante a onda de repressão que tomou conta de São Paulo após a Intentona Comunista. Acabou absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional. Jaime Cubero, um antigo militante, membro e então secretário do Centro de Cultura Social, falecido em 1998, lembra-se, durante uma entrevista, que Edgard “foi preso *n* vezes” e “sofreu várias vezes repressão, prisões, processos...”⁷².

Florentino de Carvalho era o pseudônimo de Primitivo Raimundo Soares, membro de uma família de anarquistas: o seu sobrinho, Arsênio Palácios e suas irmãs eram todos adeptos das idéias libertárias. Florentino dirigiu *A Plebe* por um curto período de tempo devido à prisão de seus redatores durante a Greve Geral de 1917. Foi preso diversas vezes e

⁶⁹ Prontuário DEOPS-SP no. 2303 – *A Plebe*.

⁷⁰ Para saber mais sobre a vida e a obra de Edgard Leuenroth ver KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária - imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*, São Paulo, Tese de doutorado/USP, 1988.

⁷¹ Para saber mais sobre a repercussão no Brasil do caso desse dois operários anarquistas executados nos EUA em 1927, ver MOURA, Clóvis. *Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro*, São Paulo, Brasil Debates, 1979.

⁷² JEREMIAS, Marcolino; SILVA, Liana F.da; SILVA, Rodrigo R. da; RAMOS, Leandro M. (orgs). *Três Depoimentos Libertários – Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Giménez Moreno*, Rio de Janeiro, Achiamé, 2002, p. 145.

expulso do país, voltando em seguida. Mesmo na década de 1930 ainda era vigiado de perto pela polícia política, pois, segundo a Relação de Anarquistas⁷³ elaborada pelas autoridades em 1926, fazia viagens de propaganda, e combinava “não só movimentos subversivos, como também o fabrico de bombas de dinamite e máquinas infernais”⁷⁴. A vida e a obra de Florentino de Carvalho já tiveram o seu pesquisador⁷⁵, mas vale ressaltar que sua presença em assembléias e suas conferências também eram constantes durante todo o período de 1931 e 1935.

Já o espanhol Manuel Campos faleceu em 1925, com apenas 33 anos de idade, vítima de tuberculose, mas não sem antes sofrer as agruras da repressão policial. Foi preso em Santos e, apesar dos protestos em contrário, foi expulso do país em novembro de 1914, responsabilizado pelas agitações dos estivadores do porto de Santos. Conseguiu retornar e tornou-se redator d'*A Plebe* por um curto período. Foi novamente preso junto a outros anarquistas por ocasião da greve insurrecional de 1918 no Rio de Janeiro. Em 1919 foi libertado e novamente preso em 1920. Disseminou-se uma intensa campanha de denúncia contra a arbitrária prisão de Campos e contra o delegado Ibrahim Nobre, responsável por sua prisão⁷⁶. A pressão dos jornais libertários, entre eles *A Plebe*, e dos operários e estivadores obteve sucesso. Manuel Campos então mudou-se para o Rio de Janeiro, trabalhando na construção civil. Porém, já encontrava-se muito doente, acometido pela tuberculose adquirida nas prisões do governo, o que o levou à morte algum tempo depois⁷⁷.

Pedro Augusto Mota tornou-se anarquista e atuou no Ceará até mudar-se para São Paulo e assumir a redação d'*A Plebe* em 1924. Foi um dos muitos anarquistas enviados para a Clevelândia por ter sido um dos signatários de um manifesto, em 5 de julho de 1924, em que os anarquistas afirmavam seu posicionamento frente aos acontecimentos

⁷³ Os documentos policiais da década de 1930 constantemente referem-se à “Relação de Anarquistas”. Tal documento consiste em uma lista elaborada em 1926 com os nomes de diversos anarquistas atuantes na década de 1910 e 1920, descrevendo suas atividades e suas prisões. Os investigadores constantemente recorriam a elas para obter dados sobre algum militante anarquista detido durante a Era Vargas.

⁷⁴ Cópia do índice no. 1 da Relação de Anarquistas, 15/02/1931 - Prontuário DEOPS-SP no. 144 – Florentino de Carvalho.

⁷⁵ NASCIMENTO, Op.Cit.

⁷⁶ Para saber mais sobre a atuação desse delegado que perseguiu ferozmente os trabalhadores em Santos, ver SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*, Campinas, Ed. Unicamp, 2003, em especial o capítulo 7 da parte 2.

⁷⁷ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.4*, Florianópolis, Insular, 1997, p.p. 131-136.

revolucionários em andamento. Conseguiu fugir e veio a falecer em janeiro de 1926 em Saint Georges, na Guiana Francesa.⁷⁸

O redator-gerente de *A Plebe* em sua nova fase, iniciada em 1932 e que abarca o período desse estudo, foi Rodolfo Felipe. Esse militante, que atuou de maneira intensa na década de 1930, merece mais atenção do que vem recebendo nos estudos acadêmicos. Rodolfo Felipe foi diretor dos periódicos libertários *La Barricata* e *Germinal* e participou ativamente da Greve Geral de 1917. Em carta pessoal enviada a Edgar Rodrigues⁷⁹, o próprio Felipe afirma ter começado a militar nas fileiras anarquistas em 1908 e ter dedicado sua vida ao ideal por mais de 40 anos. Nascido em Bragança, interior de São Paulo, em 1892, foi tipógrafo e pedreiro, além de editor de livros através das editoras *A Inovadora* e *A Sementeira*. Na mesma carta a Edgar Rodrigues, Rodolfo segue dizendo:

“Como militante dei minha atividade direta nos jornais: ‘Germinal’, ‘Guerra Social’ e ‘A Plebe’, e indiretamente em ‘A Lanterna’, ‘Luta Social’, ‘Rebelião’, ‘Patuléia’, ‘A Vanguarda’, ‘Guerra Sociale’, ‘La Bataglia’ e outras publicações mais efêmeras”⁸⁰.

Traços de sua vida e de sua atuação aparecerão ao longo desse trabalho, na medida em que, como redator de *A Plebe*, Rodolfo Felipe foi diversas vezes preso e tem um prontuário em seu nome nos arquivos do DEOPS.

Excetuando-se Manuel Campos e Pedro Augusto Mota, ambos falecidos na década de 1920, os demais redatores de *A Plebe* possuem prontuários nominais no Acervo DEOPS-SP, assim como há um inteiramente dedicado ao próprio periódico.

Há outros militantes anarquistas que valem ser destacados, devido a sua atuação na década de 1930.

Um deles é Pedro Catalo. Anarquista, poeta e sapateiro nascido em 1901, teve seu primeiro contato com o anarquismo em 1921 quando ingressou na União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas de São Paulo. Participou ativamente de diversas greves, da campanha pró Sacco e Vanzetti e das agitações anti-fascistas. Em 1928, com outros

⁷⁸ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.5*, Florianópolis, Insular, 1998, p.p. 57-60; e SAMIS, Op.cit., p. 220.

⁷⁹ RODRIGUES, Op.Cit., p.p. 97-98.

⁸⁰ Idem, ibidem.

companheiros sapateiros, fundou o Grupo Teatral da União dos Artífices em Calçados e encenou diversas peças libertárias. Escreveu, traduziu e dirigiu muitas peças teatrais, ganhando até prêmios como o do Festival de Teatro promovido pela Federação Paulista de Teatro Amador. Fundou os jornais *O Libertário* e *Dealbar* e morreu em 1969, deixando uma extensa obra teatral⁸¹. Catalo também escreveu diversos hinos e canções, assim como produziu versões em português de músicas estrangeiras, sempre pregando o ideal anarquista e denunciando os males sociais que afligiam os trabalhadores. A vida e a importância da obra deste incansável militante anarquista ainda estão por ser escritas, e junto a elas, sem dúvida, surgirá boa parte da história do teatro e da música anarquista no Brasil.

O português Adelino Pinho, segundo Edgar Rodrigues⁸², utilizou-se também dos pseudônimos “Pinho de Riga” e “Demócrito” em seus artigos na imprensa anarquista. Foi um dos principais articuladores e divulgadores do ensino racionalista inspirado em Francisco Ferrer y Guardia no Brasil, fundando em 1913 a Escola Moderna nº2 em São Paulo. Foi guarda-livros até tornar-se professor, indo posteriormente, devido à repressão à pedagogia da qual era adepto, lecionar no interior do Estado e finalmente mudando-se para Poços de Caldas. Aparece como importante ativista na década de 1930, na medida em que na ausência de Rodolfo Felipe, mantinha *A Plebe* em funcionamento. A polícia, assim o qualificava em seu prontuário: “atuou bastante de 1917 a 1923, escrevendo nas colunas de *A Plebe*, artigos sediciosos”⁸³.

Maria Lacerda de Moura teve uma longa e polêmica atuação no movimento libertário brasileiro, passando por três décadas de produção teórica – escreveu muitos livros e artigos – e atividades – proferiu diversas conferências e participou de uma “experiência comunitária” em Guararema⁸⁴. Curiosamente seu prontuário nominal aberto pelo DEOPS possui poucos documentos, todos concentrados em meados de 1933, quando Maria Lacerda esteve em São Paulo proferindo uma série de palestras de caráter antifascistas e contrárias às guerras. Porém, é sempre citada em muitos documentos policiais, arquivados em outros

⁸¹ Ver RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.5*, Florianópolis, Insular, 1998, p.p. 37-50 e VARGAS, Maria Thereza (org.). *Teatro Operário na Cidade de São Paulo*, São Paulo, IDART, 1980.

⁸² RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.1*, Rio de Janeiro, VJR, 1994, p.p. 45-46.

⁸³ Doc.01, Prontuário DEOPS-SP no. 04 – Adelino Pinho.

⁸⁴ Sobre a trajetória pessoal e política de Maria Lacerda de Moura ver LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*, São Paulo, Ática, 1984.

prontuários, relatando algumas de suas atividades ou de pessoas que a tinham como amiga ou que possuíam livros de sua autoria. Esse é o caso da festa em homenagem a Afonso Schmidt e de diversas conferências realizadas na sede da FOSP, no CCS ou pelo Comitê Antiguerreiro.

O escritor Afonso Schmidt, nascido em 29 de junho de 1890 em Cubatão, participou intensamente do movimento libertário nas duas primeiras décadas do século XX, sendo redator do jornal *Voz do Povo* no Rio de Janeiro, colaborador de *A Plebe* e *A Lanterna* e fundador da Cooperativa Gráfica que, ao lado João da Costa Pimenta e Edgard Leuenroth, iniciou a publicação do jornal *A Vanguarda*. Participou da fundação do PCB em 1922. Afonso Schmidt também foi prontuariado pelo DEOPS. Nos documentos policiais consta ser ele “ex-membro do PC”, pois “conforme corre nos meios comunistas, o jornalista (...) foi expulso do Partido Comunista, por este ser o representante do capitão Luiz Carlos Prestes em São Paulo”⁸⁵. Encontra-se apreendido uma cópia da peça teatral “Ao Relento”, composta de um ato e que termina com a execução do hino *A Internacional*.

Dentre seus muitos livros, escreveu *Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista* que acabou, em carta pessoal de Maria Lacerda de Moura endereçada a Rodolfo Felipe, sofrendo duras críticas. Maria Lacerda aproveita para dar uma alfinetada no movimento libertário por conta de sua relação dúbia com Schmidt, afirmando que ele “é o eterno bebê dos anarquistas de São Paulo, e de vez em quando solta uma mijada (...) e vocês ficam encantados”⁸⁶. O fato é que os romances, peças e poesias de Afonso Schmidt eram amplamente divulgados entre os anarquistas, e ele era reconhecido no catálogo de *A Sementeira* como autor de “muitos panfletos e artigos revolucionários”. Parte de sua trajetória literária foi recentemente fruto de um mais do que merecido estudo⁸⁷. Schmidt faleceu em 1964, um ano após ter recebido o prêmio de intelectual do ano, instituído pela União Brasileira de Escritores. Teve reconhecimento público como um dos maiores

⁸⁵ s/Doc, Prontuário DEOPS-SP no. 11 – Afonso Schmidt.

⁸⁶ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol. I*, Rio de Janeiro, VJR, 1994, p. 49.

⁸⁷ PAULILLO, Maria Célia R. de A. *Tradição e Modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*, São Paulo, Annablume, 2002.

escritores brasileiros e seus livros tiveram grandes tiragens, sendo popularizados pelo Clube do Livro⁸⁸.

Esses são apenas alguns dos principais militantes e agrupamentos libertários ativos na década de 1930 e por nós identificados. Há muitos outros, homens e mulheres, uns conhecidos, outros anônimos, muitas vezes elevados à ameaça à ordem social e política do país, vigiados e prontuários pelos investigadores e delegados do DEOPS. Dentre eles, vale citar alguns: Donato de Vitis, Natalino Rodrigues, Francisco Augusto Neves, José Carlos Boscolo, Agostinho Farina, José Oiticica, Angelo Lasheras, Benedito Romano, Alexandre Cerchiai, Eleutério do Nascimento, João Peres Parada, Avelino Fernandes, Ernesto Gattai, Antonio Araújo Ribeiro, Atílio Pessagno, Gusmão Soler, Francisco Valdivia e Napoleão Saldanha.

Seus nomes, infelizmente, aparecerem nesse estudo, pois em algum momento foram vítimas da repressão policial levada a cabo pela Polícia Política paulista, como veremos a seguir.

⁸⁸ O Clube do Livro foi um projeto fundado em 1943 que consistia em angariar associados que por contribuição periódica recebiam um livro por mês, incentivando a leitura e a formação de bibliotecas econômicas, padronizadas e com textos de qualidade. Afonso Schmidt participava ativamente do projeto, tendo sido membro do Conselho de Seleção. Foram publicados quase 20 títulos do autor nesta coleção, sendo um por ano, durante quase duas décadas.

Capítulo 2 - Repressão ao Anarquismo em São Paulo

O pânico contra-revolucionário das classes dirigentes se expressava em todas as facetas da vida social: nas atitudes frente ao sindicalismo, à educação do povo em suas maneiras e diversões, às suas publicações e sociedades, e aos seus direitos políticos.

E. P. Thompson

2.1 – A Repressão na Primeira República

O anarquismo foi alvo de intensa repressão em vários períodos da história, não só no Brasil, mas na maioria dos países em que se desenvolveu e acumulou força política, sendo visto pelas autoridades como uma ameaça à ordem vigente. Em São Paulo, há um histórico de repressão política que se desenvolveu juntamente com as primeiras greves operárias e o surgimento das primeiras organizações de orientação anarquista. Leis e decretos foram criados e aplicados numa tentativa de minar as forças do movimento através de expulsões e desterros de estrangeiros e militantes, proibição de formação de agrupações políticas, empastelamento de jornais, repressão às manifestações de rua e prisão de muitos anarquistas e simpatizantes.

Já nos primeiros registros policiais que tratam diretamente da repressão ao anarquismo em São Paulo e no Rio de Janeiro que se têm notícia, por volta de 1893, de acordo com Christina Lopreato⁸⁹, o jornal anarquista já era considerado um tipo de “prova do crime”. A apreensão de jornais já figurava no rol das ações repressivas, lado a lado com a vigilância, as detenções e prisões de militantes, assim como com o fechamento de entidades e sindicatos de tendência anarquista, dentre outras práticas policiais. Um breve olhar sobre a história do movimento operário no Brasil durante as primeiras décadas do século XX é suficiente para notar que tais procedimentos policiais foram aplicados contra os operários e anarquistas em diversos momentos de nossa história republicana.

⁸⁹ LOPREATO, Christina. “O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil”, *Verve*, n° 3, 2003, p.p. 75-91.

Podemos disso depreender que o operário em geral, era considerado um “marginal”, ou melhor, era conduzido à “marginalidade”, na maioria das vezes por carregar alguns sinais considerados degradantes pela elite e pelos governantes: ser pobre, imigrante e, as vezes, politizado, participando de greves e manifestações. Dentre esses marginalizados, aqueles que praticavam ações individuais ou coletivas de conscientização ou de combate às opressões do capitalismo e dos governos recebiam um outro *estigma*, ainda mais cruel e mais pesado, por parte das elites, marca que passava a ser carregada como intrínseca ao próprio ser, incrustada no íntimo do operário: ser um anarquista.

Segundo Erving Goffman,

“a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”⁹⁰.

Ou seja, cada indivíduo tem uma *identidade social real*, forjada pelos atributos que ele possui ou demonstra possuir, e uma *identidade social virtual*, aquela esperada e atribuída socialmente para cada categoria de indivíduos. As pessoas que não apresentam uma correspondência entre as identidades real e virtual são estigmatizadas. *Estigma*, portanto, é comumente utilizado de maneira depreciativa, podendo referir-se a pessoas que possuem, entre outras coisas, algum tipo de “culpa de caráter” – por suas características distintivas não serem imediatamente perceptíveis, são consideradas como *desacreditáveis*. Goffman enumera algumas características que levariam a se inferir “culpa de caráter” em indivíduos que demonstrem “distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical”⁹¹. Uma pessoa estigmatizada sofre vários tipos de discriminação, por não ser considerada “completamente humana”, sendo assim legítimo qualquer tipo de violência contra ela. Esse processo de estigmatização possibilitou a construção de uma imagem do anarquista como “criminoso” ou “desajustado” que, em grande parte, merecia ser vigiado, controlado e reprimido pelas forças policiais do Estado. Somava-se ao estigma de *anarquista* o de *estrangeiro*.

⁹⁰ GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 11.

⁹¹ Idem, p. 14.

O florescer das idéias anarquistas no Brasil foi comparado, pelas elites do início do século, à imagem de uma “planta exótica”, algo vindo da Europa, com a chegada dos imigrantes, e que não firmaria raízes por aqui, pois no Brasil não haveria o “clima” necessário para seu desenvolvimento. Alegava-se não haver “luta de classes” no Brasil, devido à “cordialidade, passividade e apego à ordem”⁹² do povo brasileiro e à aparente paz social existente entre o povo e as elites. A falta de instrução das camadas mais pobres – muitos eram analfabetos, mesmo entre os imigrantes – e o desejo dos trabalhadores ascenderem socialmente foram entendidos como dois dos principais fatores para justificar a teoria da “paz social” brasileira em meados dos anos 1900.

Os anarquistas eram indesejados e por isso o anarquismo devia ser combatido, como se fosse um vírus, utilizando-se técnicas de isolamento e prevenção. Os anarquistas contestavam a moral burguesa e todas suas forças sustentadoras, assim como apresentavam aos trabalhadores a possibilidade de, através da conscientização e da ação direta, libertarem-se de seus grilhões e acabarem com a exploração que sofriam cotidianamente.

Por representarem “ameaça à ordem”, os anarquistas foram fortemente perseguidos e tornaram-se vítimas de intensa repressão por parte do governo. Muitos estrangeiros foram deportados do país como resultado da manipulação de leis de imigração por parte do governo a fim de tornar legítimas as arbitrárias expulsões de militantes. Levas enormes de “perigosos agitadores estrangeiros” foram “varridos” do solo brasileiro. Em carta enviada ao jornal *Diário Popular*, Nereu Rangel Pestana escreveu sobre a expulsão de Gigi Damiani, procedida sem ordem de prisão, processos ou julgamento desencadeada por sua resistência ao assalto à redação d’*A Plebe* por estudantes, concluindo: “Seu crime é exclusivamente ser anarquista e editor de *Alba Rossa*”⁹³.

Segundo afirmação de Sílvia Magnani, “em última instância o anarquismo era reduzido a um ato criminoso”⁹⁴, idéia reforçada por Paulo Sérgio Pinheiro, que, referindo-se às leis de expulsão de estrangeiros, aponta que as mesmas não hesitavam em

“modificar o conceito de ‘residente’ definido pela Constituição Federal: os anarquistas, por se oporem à ‘ordem social’(...)”

⁹² MAGNANI, Sílvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p.15.

⁹³ RODRIGUES, Edgar, *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*, São Paulo, Global, 1984, p.178.

⁹⁴ MAGNANI, Op.cit., p.17.

constituíram um ‘elemento flutuante’, instável, que vagava pelo país para difundir seus ideais e métodos, não podendo, portanto, serem considerados residentes”⁹⁵.

Segundo Lená Medeiros de Menezes,

“toda política de imposição da disciplina na capital⁹⁶ passou necessariamente pela conjugação entre expulsão e deportação, ainda que aquela, pela visibilidade dada ao combate aos estrangeiros, apareça destacada”⁹⁷.

E segue:

“a postura permanente de esvaziamento político da capital, caracterizou-se assim, pelo embarque forçado de indivíduos considerados nocivos e perigosos para fora da capital”⁹⁸.

Em São Paulo ocorreram, do mesmo modo, deportações sem apurações detalhadas da origem do acusado ou da confirmação de sua culpabilidade. A expulsão era, para as elites da época, um bom mecanismo para livrarem-se dos militantes anarquistas, pois a

“deportação tinha óbvias vantagens sobre os julgamentos nos tribunais. Era mais rápida, mais eficiente e menos sujeita a recursos. É que para a deportação o governo não necessitava de provas – vagas acusações eram suficientes”⁹⁹.

Com relação às deportações de “subversivos” nacionais, Alexandre Samis¹⁰⁰ demonstra todo o processo de implantação e funcionamento da Clevelândia, a colônia penal agrícola localizada no extremo norte do país, dedicada ao recebimento de desterrados acusados de diversos “crimes”, dentre eles, anarquismo.

A justificação para a expulsão de anarquistas estrangeiros foi baseada na teoria da “planta exótica”, numa suposta conspiração internacional contra o capitalismo e o governo e na tão propagada origem estrangeira dos militantes, sempre classificados como

⁹⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Mr. Dulles rides again”, *Estudos Cebrap*, no. 9, São Paulo, p. 159.

⁹⁶ Refere-se a então capital federal, Rio de Janeiro.

⁹⁷ MENEZES, Lená Medeiros de, *Os Indesejáveis*, Rio de Janeiro, Eduerj, 1996, p.285.

⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁹⁹ MARAM, Sheldon Leslie, *Anarquistas imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.39.

¹⁰⁰ SAMIS, Op.cit.

“indesejáveis” nas páginas dos jornais mantidos pelas elites. Nos trechos que transcrevemos a seguir, extraídos do artigo "Dos Anarquistas ao Povo do Brasil: Quem somos e o Que Queremos" publicado no periódico operário *Spártacus* de 27 de setembro de 1919, podemos notar uma dupla resposta à teoria de que o anarquismo seria uma peste importada da Europa:

"É verdade que muitos dos militantes anarquistas, entre nós, são estrangeiros, não nasceram no Brasil. Mas isso nada tem de extraordinário. País essencialmente de imigração, vivendo as suas indústrias principalmente do braço e da inteligência do imigrante, é naturalíssimo que os centros de maior população operária no Brasil contenham forte e predominante percentagem de estrangeiros. E como o anarquismo se propaga e se radica especialmente entre as classes operárias, não é menos naturalíssimo que muitos desses operários sejam anarquistas. (...) Agora, o que é absolutamente falso é que todos os anarquistas, entre nós, sejam estrangeiros. É uma grandíssima mentira, contra a qual protestamos com toda a veemência, nós, que este manifesto laçamos, todos nascidos no Brasil e orgulhosos das nossas convicções libertárias. (...) Estrangeiros em última análise, somos todos e tudo no Brasil. Brasileiros autênticos e puros são exclusivamente os índios que os nossos avós estrangeiros e nós próprios dizíamos e vamos dizendo, no passado e no presente. A nossa língua é estrangeira. Os nossos costumes são estrangeiros. As nossas religiões são estrangeiras. As nossas letras são estrangeiras. As nossas ciências são estrangeiras. As nossas artes são estrangeiras. As nossas indústrias são estrangeiras. A nossa politicalha é estrangeira. A nossa república e a nossa constituição são estrangeiras. Já tivemos um império estrangeiro. Numa palavra: tudo que possuímos em matéria de civilização é absolutamente estrangeiro"¹⁰¹.

O manifesto acima citado foi assinado por 60 militantes anarquistas de diversas profissões. Dele podemos extrair os dois principais argumentos contra a teoria da “planta exótica”. O primeiro diz respeito à tendenciosa afirmação de que o anarquismo no Brasil

¹⁰¹ *Spartacus*, no. 09, 27/09/1919.

era uma ideologia exclusiva de imigrantes expulsos de seus países por atividades subversivas, e que vieram para a América semear a “luta de classes”, nessas paragens pacíficas ao sul do Equador. A maioria dos imigrantes chegou ao Brasil com um mesmo objetivo: buscar uma vida melhor do que aquela que viviam em seus países de origem. Chegando aqui encontraram as mesmas ou piores agruras: exploração cotidiana do trabalho na lavoura e nas fábricas e alto custo de vida, incompatível com os salários que recebiam. Muitos dos militantes anarquistas eram de fato esses estrangeiros, que decidiam dar um basta à sua exploração e a dos demais, buscando agir rumo a uma transformação social revolucionária. Mas os brasileiros viviam os mesmos ou até mais graves problemas econômicos e sociais que os estrangeiros, o que os levava, na mesma medida, a procurar o anarquismo e as greves e agitações populares como forma de revolta.

Há ainda, nesse mesmo sentido, um outro fator. Muitos dos militantes anarquistas chegaram ao Brasil sem que tivessem envolvimento com o movimento anarquista em seus países de origem ou, o que é muito comum, emigraram junto com os pais, ainda crianças. A não ser que se entenda o anarquismo como um vírus que pode ser adquirido ou uma marca de nascença de certas etnias ou nacionalidades, parece cada vez mais difícil comprovar a esmagadora “origem estrangeira” do anarquismo no Brasil. Segundo o militante Salvador Alacid,

“não é facilmente que descubrem que eu não sou brasileiro, e isto explica-se sabendo-se que, tendo 19 anos, estou a 15 no Brasil. Tudo quanto me rodeia é brasileiro: amigos, parentes, e eu mesmo sou brasileiro nos hábitos, nos costumes. Aqui aprendi a ler, a pensar, aqui comecei a odiar a tirania da autoridade, aqui fui republicano, socialista, e finalmente anarquista. Quando vim de fora mal sabia unir duas palavras. Nas mesmas condições há muitos na propaganda. (...) A semente está lançada e não será com a expulsão (...) que estancareis o progresso das idéias”¹⁰².

Os anarquistas do início do século XX já compreendiam a importância da *cultura* na formação do indivíduo e na construção de sua identidade. Além de notarem uma visão progressista quanto à questão da nacionalidade ou origem étnica, ainda demonstravam uma

¹⁰² A Terra Livre, nº25, 25/01/1907.

clareza política quanto à indiferença da origem nacional de quem milita em suas fileiras. Em resposta às ameaças de expulsão de estrangeiros, o jornal *O Congresso* publicou:

“‘Quem não estiver satisfeito que vá buscar melhor sorte em sua pátria’, dizem-nos; mas nós respondemos que a nossa pátria é o mundo, os nossos compatriotas são hoje os operários em geral e que os estrangeiros são, para nós, todos os capitalistas. O mundo é o grande laboratório das nossas energias, e portanto, onde quer que estejamos, estamos em nossa pátria e temos o dever – ou a necessidade – de lutar pela nossa emancipação”¹⁰³.

Os editores da folha *A Terra Livre* perguntavam:

"Devemos (...) assistir impassíveis sem um protesto contra os tiranos de cima que nos querem privar do concurso de companheiros nossos, só porque nasceram além de uns riscos convencionais, traçados com o sangue de milhares e milhares de vítimas desta madrasta organização, traços que eles dizem representar os confins sagrados da pátria, e nos quais nós não vemos senão o marco da espoliação, do assassinato...?"¹⁰⁴.

As medidas repressivas contra os anarquistas – prisões, dispersão de greves, empastelamento de jornais, deportações e expulsões – ganharam, durante os primeiros anos da República, vestes de controle de uma epidemia anarquista, ou ainda, de combate à uma conspiração internacional que ameaçava o bem-estar e a cordialidade do passivo povo brasileiro. O real motivo para tais ações policiais e jurídicas parece ser outro: o perigo que os anarquistas representavam à burguesia e ao Estado, manifestado através da educação do povo para a libertação da exploração, do esclarecimento, da propaganda libertária, da militância cotidiana e da realização de greves.

Diante da crescente ameaça de movimentos políticos e sociais na virada dos anos 1920, tornou-se urgente que as elites e o Estado criassem novas táticas repressivas, que viriam emergir, oficialmente, no último mês de 1924, como veremos a seguir.

¹⁰³ *O Congresso*, n°49, 16/02/1907.

¹⁰⁴ *A Terra Livre*, 05/02/1907.

2.2 – As práticas repressivas do DEOPS

A repressão ao movimento anarquista aconteceu de forma intermitente e por vezes respondia aos momentos de maior atividade sindical ou aos períodos considerados críticos, como no caso de supostas arquiteturas de levantes e revoluções. Durante as três primeiras décadas do século XX a repressão política aconteceu, ora manifestada pela aprovação de leis de criminalização do anarquismo e de expulsão de estrangeiros, ora através de procedimentos ilegais e abusivos, como prisões arbitrárias, dispersão violenta de manifestações e assaltos às redações de periódicos ou organizações operárias. Porém, em dezembro de 1924, com a criação do DOPS, Departamento de Ordem Política e Social, estabeleceu-se uma polícia especializada e investigativa, voltada para o controle de “crimes políticos” e “crimes sociais”, responsável por uma repressão sistemática e sistematizada, atendendo a uma necessidade que o Estado tinha em continuar em marcha rumo à “manutenção da ordem” e à uma “higienização social”, combatendo os “indesejáveis” como se combate uma peste que ameaça a “saúde social” do país.¹⁰⁵

A Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS - SP)¹⁰⁶ foi instituída através da Lei Estadual N°2034 de 30 de dezembro de 1924¹⁰⁷, na gestão de Carlos de Campos como governador, que visava reorganizar a polícia em São Paulo durante o governo do presidente Arthur Bernardes, de 1922 a 1926, período conturbado, caracterizado pela vigência quase permanente de estado de sítio. Assim percebe-se a tentativa de implementação, por parte das classes dirigentes, de um amplo aparato de cunho administrativo-legal a fim de controlar todas as manifestações de descontentamento político. A fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922 e, mais marcadamente, as manifestações tenentistas em levantes por vários estados em 1924 concorreram,

¹⁰⁵ LOPREATO, Op.Cit.

¹⁰⁶ Optou-se por utilizar a denominação DEOPS-SP, pela qual o órgão tornou-se mais conhecido, apesar das diversas mudanças de nomenclatura que sofreu ao longo de sua existência. Ver AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio V.L.; SWENSSON JR, Walter Cruz (orgs), *No Coração das trevas: O DEOPS-SP visto por dentro*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

¹⁰⁷ Há uma completa coletânea das leis que conformaram e modificaram o DEOPS através de seus quase 60 anos de existência legal em AQUINO; MATTOS; SWENSSON JR (orgs), Op.cit.

conjuntamente com “as mobilizações operárias no período de 1917-1920”, para que o Estado e a burguesia propusessem

“tímidas medidas na área da legislação social ao mesmo tempo que se esforçavam, com bem mais entusiasmo, a fortalecer e a modernizar os instrumentos de repressão”¹⁰⁸.

A criação de um órgão de segurança como o DEOPS teve como objetivo organizar de maneira mais eficiente um processo de repressão, que se encontrava em andamento desde o início do século XX. O seu intuito era conter os movimentos sociais e a ameaça tenentista, pois as autoridades da República Velha assustaram-se com as agitações grevistas da década de 1910 e com o movimento revolucionário dos tenentes dos primeiros anos da década de 1920. Os anos posteriores à criação do DEOPS são caracterizados por uma nova forma de ação dos órgãos de segurança do Estado e uma nova visão e aplicação da lógica da repressão às expressões políticas e aos excluídos sociais – negros, capoeiras, desempregados, pobres, etc. Apesar do governo implantado após o golpe de 1930 ter introduzido novos atores e novos arranjos no cenário político-social e uma aparente liberalização em seus primeiros meses, a repressão manteve-se crescente, havendo inclusive uma intensificação do trabalho e uma maior articulação entre os órgãos policiais, assim como uma radicalização na repressão política aos vários movimentos de contestação existentes.

Durante as pesquisas junto aos prontuários do DEOPS, pudemos de fato notar que a partir de meados de 1930 a polícia política passou a funcionar sistematicamente e com maior intensidade, pois é neste período que concentra-se a maioria dos documentos oficiais, sendo muito raros a identificação de documentos referentes aos anarquistas que datem da década de 1920¹⁰⁹. Os prontuários permaneceram sob custódia da Polícia Federal após a extinção legal do DEOPS em 1983, servindo ainda como fonte de informação para ações

¹⁰⁸ HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle", *Remate de Males*, nº 5, 1985, p.106.

¹⁰⁹ Rara exceção é a sempre citada e consultada “Relação de Anarquistas” elaborada em 1926. Isso não significa que a polícia não elaborasse documentos ou exercesse vigilância sobre os anarquistas, mas sim que nos prontuários a que tivemos acesso a documentação concentra-se com maior frequência entre os anos de 1930 e 1941. Talvez na década de 1920 não houvesse o esforço verificado posteriormente de unificar as informações em um prontuário único, podendo ter documentos sobre um mesmo assunto espalhados por diversos departamentos de polícia.

policiais e militares¹¹⁰, até que em 1991 foram definitivamente disponibilizados para consulta do público em geral. Também colocou-se em pauta a possível manipulação e destruição de documentos após a extinção do organismo. O que se sabe é que a repressão política levada a cabo pelo DEOPS sobreviveu legalmente por quase 60 anos no Brasil, atravessando grande parte de nossa história recente, servindo tanto aos regimes escancaradamente ditatoriais como aos governos dos períodos ditos mais “liberais”, sem contudo deixar de atuar de sua maneira característica: impingindo o terror e colecionando arbitrariedades. Essas arraigadas práticas policiais deixaram suas profundas marcas na sociedade brasileira até os dias de hoje¹¹¹.

Ainda que o foco principal da atuação do DEOPS tenha sido em parte alterado a partir de 1935 – com seu olhar voltando-se contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL) o PCB e os seus aliados, principalmente em resposta à Intentona Comunista – e em 1938 – perseguindo os integralistas após tentarem derrubar o governo Vargas – a repressão ao anarquismo e aos anarquistas não deixou de existir. Mesmo com a participação do Brasil na 2ª. Guerra Mundial, quando a polícia política voltou-se também contra os cidadãos originários de países do Eixo – alemães, italianos e japoneses – os documentos apontam uma permanência da repressão aos anarquistas durante os anos de 1930 a 1937, e até posteriormente, chegando a meados da década de 1940, de maneira intermitente.

A polícia política e social costumava sistematizar e catalogar as informações e o documentos produzidos e apreendidos como “prova do crime”, montando pastas recheadas de papéis, cada qual correspondendo um número e devido nome de seu protagonista, seja ele um indivíduo, um grupo ou uma organização. Os prontuários produzidos pelo DEOPS são, sem dúvida, uma nova fonte de informação que merece ser estudada. Segundo Clive

¹¹⁰ AQUINO; MATTOS; SWENSSON JR., Op.cit., p.p. 25-26.

¹¹¹ Podemos citar como emblemáticos dois casos recentes: uma série de reportagens divulgadas há algum tempo pela Folha de S.Paulo a respeito de documentos militares que se prestavam à vigilância de movimentos sociais (*Folha de S. Paulo*, 15/07/2001); e o procedimento do GRADI (Grupo de Repressão e Análise de Delitos de Intolerância), denunciado em São Paulo por grupos de direitos humanos por seus procedimentos de infiltração de agentes e de vigilância de movimentos sociais, chegando a ser alcunhado como “um novo DOPS” (Cf. “GRADI, um novo DEOPS?” in *DH – Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais –SP*, Ano II, no. 3, Nov/2002).

Emsley¹¹², a pesquisa junto aos arquivos policiais rende novas informações aos historiadores sociais, que talvez revele, por um lado, mais os medos e preocupações da elite do que as potenciais ameaças à ordem estabelecida; por outro, contribui para a reconstrução da dinâmica desses movimentos políticos, assim como é essencial para a compreensão do *modus operandi* das instituições de repressão e da lógica através da qual esse modelo se justificava.

O estudo das técnicas de repressão torna mais visíveis os meios como foram construídos e colocados em prática os mecanismos de legitimação do aparato policial, assim como as próprias ações repressivas contra dissidências políticas. Uma análise dos objetivos por trás de tais técnicas pode colaborar na reconstrução da visão policial e do imaginário necessário para que se produzisse e reproduzisse a ação da polícia política. Os prontuários do DEOPS possibilitam enxergar esses movimentos pela ótica particular dos investigadores, sendo assim reveladora de uma informação produzida de uma posição particular e específica da realidade, não podendo ser tomada como a única fonte de análise possível, nem como a mais importante. Deve-se estar atento para as armadilhas que este tipo de objeto apresenta ao historiador. Para ficarmos apenas em um quase corriqueiro exemplo, lembramos do risco de se utilizar e incorporar a linguagem policial de maneira acrítica, classificando as pessoas e grupos vigiados pela polícia de “extremistas” e “perigosos”, sem figurar entre as necessárias aspas, tão ao gosto dos “defensores da ordem”.

Em seu artigo sobre a polícia política na França durante a Terceira República, de 1875 a 1940, Jean-Marc Berlière¹¹³ aponta quais eram as principais características desse tipo de ação policial. Basicamente, os investigadores ficavam encarregados de coletar informações sobre seus possíveis alvos, das mais diversas maneiras: observação direta, cooptação de informantes dentro dos próprios movimentos, interceptação de correspondência, infiltração de observadores e de agentes provocadores, e busca de dados

¹¹² EMSLEY, Clive. “Introduction: Political Police and the European Nation-State in the Nineteenth Century” In MAZOWER, Mark. (org). *The Policing of Politics in the Twentieth Century – Historical Perspectives*, Providence/Oxford, Berghahn Books, 1997.

¹¹³ BERLIÈRE, Jean-Marc. “A Republican Political Police? Political Policing in France under the Third Republic – 1875-1940” In MAZOWER, Mark. (org). *The Policing of Politics in the Twentieth Century – Historical Perspectives*, Providence/Oxford, Berghahn Books, 1997.

que poderiam ser utilizados como “prova” em jornais, através de matérias recortadas e anexadas à prontuários, sublinhando os nomes de possíveis pessoas ou organizações a serem investigadas. A coleta de dados seria a atividade que mais tomaria tempo e exigiria os maiores esforços por parte da instituição policial. A análise dos dados ficaria, muitas vezes, em segundo plano por questões técnicas, materiais e intelectuais. As ações da polícia política são, quase sempre, baseadas em tais “provas”, produzidas pelo próprio aparato de vigilância e repressão. Muitas vezes prisões, torturas e assassinatos são justificados por esse tipo de “prova” do crime. A ação do DEOPS, surpreendentemente, assemelhava-se, até nos mínimos detalhes – como a utilização de sublinhados de nomes – ao descrito por Berlière, demonstrando, aparentemente, haver uma unidade de ação das polícias políticas em várias partes do mundo, não obstante suas especificidades e adaptações locais. Acreditamos que, a partir do manuseio e da descrição de alguns documentos ao longo desse trabalho esses procedimentos ficarão mais claros, através da sua implementação prática.

Recentemente o historiador Ginzburg afirmou que “juízes e historiadores estão vinculados pela busca das provas”¹¹⁴, porém têm métodos diferentes de colher, analisar e apresentar suas “provas”. Os historiadores, hoje em dia, baseados numa postura anti-retórica, utilizam-se de citações a outros textos e documentos, que cria um efeito narrativo truncado e dissonante, porém mais eficaz do que o método de discursos fictícios e longas listas de autores. Daí a recorrência de notas nas margens ou rodapés das páginas dos livros de história. Para se conseguir um “efeito de verdade”, superando a vivacidade da observação direta, e poder reconstruir uma narração sobre fatos, baseados em provas, os historiadores recorrem à citações diretas ou indiretas, evidências colhidas durante o processo de pesquisa, agrupadas e analisadas – e também citadas – com um arranjo particular a cada autor. Já os juízes, e por consequência outros membros do poder judiciário, assim como das forças policiais e repressivas, transformam cada indício em prova que depõe a favor ou – na maioria das vezes – contra um indivíduo “acusado” de um delito ou crime. As provas se encadeiam na constituição de uma espécie de estória que nem sempre é completa e linear, mas sim construída pelos investigadores e delegados por

¹¹⁴ GINZBURG, Carlo. *Relações de Força – História, retórica, prova*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 62.

pequenos fragmentos de “fatos”, que através de suas próprias mãos transformavam “ficções” em um enredo desejado e conveniente a seus interesses, através de fontes “reais”: delações, vigilâncias, depoimentos, interrogatórios, apreensões de documentos como fotos, cartas, panfletos, livros e jornais. O “efeito de verdade” sustentado pelo DEOPS foi construído à base do medo e da violência. A polícia sempre necessitou erigir um inimigo e ataca-lo com todas suas forças para com isso poder “mostrar serviço” e autojustificar-se.

Ao nos debruçarmos sobre os documentos policiais produzidos pelo DEOPS nos anos 1930 e 1940, tentamos decifrar o *modus operandi* da polícia política em São Paulo, baseada em vigilância, censura postal e prisões arbitrárias. A construção de uma retórica, ou seja, de uma narração destinada a “convencer”, tendo como fim “a eficácia, não a verdade”¹¹⁵, é reproduzida em vários prontuários policiais. Nos prontuários encontramos histórias das mais diferentes, desde descrições de situações de real tensão durante as diligências, até procedimentos e argumentos cotidianos e operações policiais que tomam, aos olhos do historiador, caráter anedótico, de tão absurdas à primeira vista.

Submergidos em ações ilegais, muitas vezes informantes ou infiltrados criavam situações e produziam relatórios com a finalidade de comprovar suas opiniões a respeito de um “suspeito”. Marcos Florindo¹¹⁶ realizou sua pesquisa mudando o foco da observação, deixando de lado as vítimas da repressão e dedicando-se a entender os vigilantes. Traçando a trajetória dos investigadores, policiais ou militantes informantes, é possível perceber que mesmo dentro de um regime altamente centralizado, burocratizado e hierarquizado pequenos lapsos de personalidade vazavam das páginas dos relatórios reservados. Muitos “reservados” imprimiam suas opiniões nos relatórios e assim gozavam, muitas vezes, de elevado crédito entre os delegados e superintendentes. Temos que ter em mente que, para além de um suposto compromisso com a manutenção da ordem, os “reservados” tinham o desejo de ascensão profissional e ganhos financeiros. Assim, a escrita tornou-se o principal intermediário entre os fatos observados pelos policiais à paisana e as instâncias superiores que tomavam as decisões quanto à censura e prisão de certos “elementos”. Um relatório bem escrito, enfático, com opiniões fortes e “embasadas” era provavelmente bem

¹¹⁵ Idem, p. 48.

¹¹⁶ FLORINDO, Op.Cit.

considerado, a ponto de influenciar diretamente na decisão de um delegado quanto à “culpa” ou “inocência” dos vigiados. Essa instância menor que concentra tamanha responsabilidade nas mãos dos investigadores não pode ser ignorada ao se debruçar sobre os documentos encontrados nos prontuários. Assim, curiosamente parece haver uma inversão dos papéis, colocando a hierarquia policial de ponta cabeça, na medida em que, apesar da decisão final supostamente ser do delegado ou do superintendente do DEOPS, os infiltrados tinham todo o poder concentrado em suas mãos, podendo, através de um relatório, absolver ou decretar a “culpa” de um cidadão, imputando-lhe o termo “extremista”, “agitador” ou “perigoso”. Durante as observações de Guarany, Florindo nota a mudança de seus alvos. Em certas épocas, o “secreta” forçava as tintas contra um militante, até que conseguisse que esse fosse detido. Posteriormente, buscava delatar outros e deixava de lado as atividades do primeiro, tudo aparentemente de maneira arbitrária e ao seu bel prazer.

Esse jogo perverso envolvendo delegados, investigadores, “cagüetas” e os próprios vigiados aparece a todo momento, pois muitos dos “secretas” eram na verdade militantes que se prestavam a trabalhar para a polícia, traindo seus companheiros de idéias, por terem abandonado a luta ou simplesmente por julgarem ser financeiramente vantajoso. Não por acaso, Florindo cita como exemplos de “bons secretas” dois investigadores que circulavam também nos meios libertários: Mário de Souza e Guarany. Ambos eram constantemente elogiados pelos seus superiores, forma pela qual se conseguia galgar mais um degrau na busca por promoção dentro da repartição. Apesar da flagrante frieza com que os investigadores exerciam seu “trabalho”, por trás dos relatórios nota-se a presença humana, que em busca de objetivos pessoais, podia ser capaz de traições e de todo tipo de vilania contra as suas escolhidas “vítimas”. As conseqüências disso estão também marcadas na coleção de arbitrariedades que acompanha a história do Brasil, até os dias de hoje.

A Era Vargas, umas das muitas épocas em que o autoritarismo se fez presente nesse país, e a ação repressiva do DEOPS em São Paulo ou de seu órgão correspondente em outros estados da federação ainda estão por ser totalmente descobertas. Buscando traçar o panorama dos jornais anarquistas vigiados e censurados pela polícia política durante os anos de 1930 a 1945 nos deparamos com uma enorme amostra de outros materiais que

consistem num novo acervo “escondido” entre as capas das referidas pastas. Fontes primárias por excelência, os jornais apreendidos – de diversas orientações políticas e escritos em diferentes idiomas – abrem novas possibilidades de pesquisas para além dos relatórios e documentos produzidos pela polícia, de acordo com seu filtro e sua visão da “realidade”. Uma gama incontável de outras fontes encontram-se depositadas em tais prontuários: panfletos, livretos, livros, manifestos, fotos, cartas e cartazes. Assim um arquivo que vem sendo pesquisado há algum tempo abre-se sempre para novas possibilidades de análise a partir de sua diversidade de fontes e pistas dispersas, basta saber lê-las com olhos atentos para conseguir introduzir mais algumas peças no complexo quebra-cabeça que foi construído para compreender a repressão política levada a cabo pelo DEOPS por quase 60 anos. Essas pistas abrem um novo caminho para entender não só a lógica repressiva do período estudado, mas também toda uma faceta esquecida ou apagada da história do Brasil: os militantes anônimos, as publicações censuradas e desaparecidas e as estratégias de resistência e sobrevivência das pessoas comuns frente ao aparato estatal. Os documentos produzidos pela polícia política – arquivos, fichas, prontuários e relatórios policiais – “tratam geralmente de vidas obscuras e de casos sem importância”¹¹⁷ e carregam histórias de quem foi um dia considerado um “perigo à ordem vigente”. Cabe ao historiador trazer essas vidas e esses casos à luz e demonstrar seu interesse geral.

2.3 – A Imprensa Anarquista nos registros do DEOPS

O universo dos materiais impressos pelos anarquistas, constituído pelos jornais – periódicos e esporádicos – panfletos, folhas, livros e brochuras publicados pelos militantes libertários, tem uma inegável função formadora de opiniões e fomentadora de revolta entre os trabalhadores, pois

“é através do discurso oral ou escrito que as idéias circulam seduzindo, reelaborando valores e gerando novas atitudes”¹¹⁸.

¹¹⁷ GINZBURG, Op.cit., p.62.

¹¹⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*, Cotia, Ateliê, 2002, p. 32.

Robert Darnton, em sua análise sobre a literatura sediciosa na França durante o século XVIII, esboça um *corpus* específico dos livros proibidos que contestam “todas as ortodoxias – religiosas, filosóficas, políticas” e “zombam dos valores da Igreja e do Estado”. A influência dessa literatura na eclosão da Revolução Francesa deve ser considerada na medida em que “sentimos uma poderosa fermentação ao lermos esses textos”¹¹⁹. Afirmar que a literatura seria responsável pela passagem de um estado de sedição a um estado de revolução aberta e declarada talvez seja uma interpretação precipitada, pois há uma conjunção de causas em torno de todo processo revolucionário. Darnton acredita que

“não podemos medir claramente seus efeitos na ação nem recuperar a arriscada alquimia que transmuta a sedição em Revolução, mas podemos seguir seus traços e sabemos com certeza que ela se comunica por um instrumento temível: o livro”¹²⁰.

O autor centra-se na circulação e leitura de livros, porém podemos inserir outros meios de imprensa escrita nessa categoria sediciosa. A importância dos livros, mas também dos jornais e folhetos anarquistas, na formação política e na propagação de ideais revolucionários, assim como o papel por eles exercido ao noticiar as agitações, reuniões e palestras, merece atenção ao se tentar compreender a organização do movimento e a construção de sua visão de mundo, tanto quanto ao se estudar a visão policial sobre seus editores e leitores.

Tomando os jornais como um importante meio de circulação e popularização do ideal anarquista, chegando a praticamente todo o Brasil, através de uma ampla rede de contatos, não é possível negar seu caráter educativo e moralizante. Sendo basicamente doutrinário, com o objetivo de conscientizar e somar novos adeptos ao ideal ácrata, esses periódicos exerceram papel essencial na formação de muitos militantes.

Durante a pesquisa junto aos prontuários do DEOPS, foram encontrados, anexos às pastas nominais, diversos tipos de materiais apreendidos, que configuram uma grande amostra de fontes primárias, disponíveis aos historiadores e interessados em entender o

¹¹⁹ DARNTON, Robert. *Edição e sedição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 160.

¹²⁰ Op.Cit., p.161.

funcionamento da repressão durante o período getulista. Destacam-se os muitos livros, jornais e panfletos confiscados pelos investigadores, assim como algumas cartas e manuscritos e fotos particulares. Todo esse *corpus* documental serviu outrora como “prova” de algum suposto crime. Hoje toma a dimensão de registros históricos tanto da ação policial como da existência e produção material e intelectual de grupos e indivíduos considerados “perigosos”.

Uma análise mais detalhada de tais registros ajudará para que tentemos compreender a lógica da vigilância e da censura à imprensa anarquista que atingiu todas as fases do processo de sua concepção, idealização, confecção, impressão e distribuição.

Proibições expressas de circulação, apreensão de exemplares em bancas e nas mãos de militantes, “batidas” policiais às redações e censuras quanto aos conteúdo e teor dos artigos impressos, foram práticas comuns durante o referido período.

Documentos produzidos pela própria polícia política e social apontam a folha anarquista como um “perigo à ordem social”. Logo, podemos medir a ameaça sentida pelas autoridades e os motivos que desencadearam os mecanismos de repressão a esses livros e jornais como meio de atingir o movimento anarquista como um todo, para além do castigo aos indivíduos, buscando golpear de maneira severa sua produção intelectual e uma de suas principais formas de expressão pública. Assim, julgava-se diminuir a circulação de informações contrárias aos interesses do governo, ceifando de vez as “idéias proibidas”, que tinham esses “papéis impressos” como um dos seus mais importantes meios de divulgação e popularização.

Muitos jornais anarquistas foram apreendidos pelos investigadores do DEOPS, em diversas situações e por diferentes motivos, cabendo assim, uma análise mais detalhada de alguns desses casos e das pessoas e situações envolvidas em cada um deles.

A Lanterna

Um dos jornais mais perseguidos pelo DEOPS foi o periódico anticlerical *A Lanterna*. A marcação cerrada sobre o periódico anticlerical fica explícita no informe

reservado de dois investigadores que, dias após o seu ressurgimento, em julho de 1933, já relatava que

“o jornal agitador anticlerical ‘*A Lanterna*’ vai ser impresso agora na Gráfica Paulista, à rua da Glória, no. 42”¹²¹.

No prontuário dedicado ao jornal encontram-se anexadas cópias de folhetos, panfletos e convites relacionados às atividades d’*A Lanterna*. Em um festival realizado no Salão Celso Garcia na sede da Associação das Classes Laboriosas, em que discursaram Luiza Peçanha e o próprio Edgard Leuenroth, um dos investigadores presentes na platéia observou que

“a maioria dos espectadores eram de fora, pessoal de algum trato, mostrando bem quão eficiente tem sido a propaganda feita pelo jornal”¹²².

A presença de arapongas em reuniões e *meetings* anarquistas era comum, havendo investigadores designados para “cobrir” cada grupo suspeito. É curioso também como muitos trechos dos relatórios reforçam o hábito de expressar uma opinião pessoal do investigador quanto ao que observou em serviço. Durante a comemoração da queda da Bastilha realizada dia 13 de julho de 1934 na sede da Federação Operária de São Paulo, promovida pelo jornal *A Lanterna*,

“houve representação de 2 peças, bastante obscenas, interessando muito à Polícia de Costumes”¹²³.

Nesse festival, segundo um informe reservado, estiveram presentes muitos militantes, “quase todos elementos perigosos à ordem pública”, tanto na audiência, como no palanque, denunciando a semelhança entre a Bastilha francesa e os presídios paulistas.

A edição de 20 de julho de 1933 encontra-se apreendida no prontuário. Nela podemos ter uma noção de quão ferrenha eram as críticas ao clero tecida em suas páginas: na capa há uma ilustração sob o título “Quando os povos civilizados limpam a sua casa, atiram o lixo para o Brasil” onde vemos um barco cheio de padres, monges e freiras em que um deles, apontando, grita

“Terra! Terra! O Pão de Açúcar! O Brasil! Eis-nos em nosso Paraíso”¹²⁴.

¹²¹ Doc.01, Prontuário DEOPS-SP no. 1553 – *A Lanterna*.

¹²² Doc.03, Prontuário DEOPS-SP no. 1553 – *A Lanterna*.

¹²³ Doc.02, Prontuário DEOPS-SP no. 1553 – *A Lanterna*.

Num panfleto apreendido que anunciava o reaparecimento da folha anticlerical nos anos 1930, o clero é assim caracterizado:

“A sua influência nefasta infiltrou-se como um vírus peçonhento por toda a parte: no âmbito familiar, devassando os lares; nas escolas, tentando dominar as consciências das crianças e da mocidade; na política, transformando os templos em centros eleiçoeiros, servindo-se do confessionário para arrancar votos em favor dos jesuítas de casaca; em todos os ramos da administração pública, com o fim de manejar em proveito de seus privilégios odiosos; nos centros associativos. Nas esferas comerciais e industriais, para explorar todas as situações, fazendo da caridade um instrumento de mercantilismo vil, colocando-se ao lado dos vencedores do momento, defendendo a ação dos potentados em detrimento dos direitos do povo”¹²⁵.

A repressão ao anticlericalismo seguiu com a perseguição às diversas Ligas Anticlericais. O investigador Guarany informou a fundação da Liga Anticlerical de Campinas em 1934, quando uma caravana da FOSP e do CCS dirigiu-se para o evento solene, entre eles Gusmão Soler, Francisco Valdivia e Napoleão Saldanha. Segundo o policial que deslocou-se até Campinas¹²⁶ e assistiu à palestra, na cidade era “enorme o conjunto dos que combatem o clero”¹²⁷.

Em novembro de 1935, sob o temor das agitações comunistas, a Liga foi fechada e seu responsável Atílio Pessagno¹²⁸ preso. Na sede, a polícia encontrou diversos números do periódico *A Lanterna*, assim como dezenas de outros jornais e livros de teor anarquista. Pessagno afirmou, em sua declaração perante o delegado de Campinas,

“combater o clericalismo, por meio de conferência, por meio de imprensa, fazendo uso, neste caso, do jornal *A Lanterna*”¹²⁹.

¹²⁴ *A Lanterna*, no. 355, 20/07/1933.

¹²⁵ Doc.05, Prontuário DEOPS-SP no. 1553 – *A Lanterna*.

¹²⁶ Note-se a livre circulação do infiltrado Guarany entre os libertários, a ponto desse acompanhar atividades em outras cidades, sem que, supostamente, levantasse alguma suspeita em relação ao seu duplo papel.

¹²⁷ Doc.01, Prontuário DEOPS-SP no. 2904 – Liga Anti Clerical de Campinas.

¹²⁸ Prontuário DEOPS-SP no. 3748 – Atílio Pessagno.

¹²⁹ Doc.04, Prontuário DEOPS-SP no. 3748 – Atílio Pessagno.

Dentre as alegações para o fechamento da liga e a prisão de seu representante constavam que era de conhecimento geral seu “ideal extremista” e que Pessagno certa vez “não tirou o chapéu para uma procissão católica”¹³⁰, atestando seu desprezo pela Igreja. A polícia procurava ligações de Pessagno com os “agitadores comunistas”, mas o mesmo quando interrogado afirmou nada ter com o comunismo, com o PCB ou com a ANL, por ser um anarquista. Mesmo assim foi mantido preso por cerca de dois anos, “considerado elemento perigoso pelas suas idéias e pelas suas atitudes”¹³¹. Posteriormente, já em 1947, o escrivão “Magalhães”, durante uma reorganização do arquivo do DEOPS, notando que o processo havia prescrito, arquivou-o anotando a seguinte conclusão:

“Se ele é anarquista, não pode ter ideologia comunista, pois esta última exige e obriga disciplina férrea”¹³².

Mais uma vez deixa-se transparecer a opinião pessoal em documentos oficiais, desta vez de um baixo funcionário da burocracia estatal após o fim do Estado Novo, além da comprovação de que, ainda em 1947 tais documentos eram consultados pelas autoridades.

Já Francisco Cianci foi denunciado por carta anônima para a polícia por receber mensalmente 300 cópias do jornal anarquista *L'Adunata dei Refrattari*, publicado em Nova Iorque em língua italiana. Em busca na sua residência os investigadores encontraram muitos materiais “comprometedores”, entre eles um panfleto anticlerical de autoria, segundo relatório do serviço especial da polícia, “do perigoso anarquista Francisco Cianci, líder da Federação Operária de São Paulo” que “constantemente costuma fazer propaganda contra o regime burguês capitalista e contra o governo do Armando Salles, taxando-o de fascista!”¹³³. O episódio rendeu à Cianci alguns dias de detenção.

Também em uma busca de apreensão realizada na casa e na oficina de Ernesto Gattai¹³⁴ a polícia encontrou grande quantidade de publicações anarquistas e, entre elas, 85 exemplares de *A Lanterna*. Já no prontuário de Pedro Brandão de Oliveira, encontra-se apreendido um cupom de assinatura do periódico anticlerical em seu nome e uma carta

¹³⁰ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 3748 – Atilio Pessagno.

¹³¹ Doc.08, Prontuário DEOPS-SP no. 3748 – Atilio Pessagno.

¹³² s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 3748 – Atilio Pessagno.

¹³³ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 625 – Francisco Cianci.

¹³⁴ Doc.21, Prontuário DEOPS-SP no. 4688 – Ernesto Gattai.

comentando sobre a viagem do redator do jornal, Edgard Leuenroth, ao Rio Grande do Sul¹³⁵. Durante a vigilância estrita das atividades dos cidadãos, o DEOPS deparava-se com indivíduos e grupos que pregavam o anticlericalismo e ao mesmo tempo ligavam-se ao ideal anarquista.

A movimentação anticlerical no Brasil se desenvolveu em diversos setores sociais e em correntes políticas diversas, incluindo anarquistas, socialistas, maçons e outros “livres-pensadores”. Porém, *A Lanterna* foi, sem dúvida, o veículo mais conhecido dentre muitos outros e o que teve uma longa duração. Foi através de suas páginas que em 1910 ecoou por todo o Brasil o “Caso Idalina”¹³⁶, no qual padres eram acusados de estuprar e assassinar uma menor órfã que se encontrava sob os cuidados do Orfanato de Artes e Ofícios Cristóvão Colombo, mantido pela igreja católica. A pergunta “onde está Idalina?” se multiplicou através da imprensa anticlerical e anarquista, panfletos e comícios, obrigando que fosse aberto um inquérito para apuração das denúncias. Esse episódio evidenciou a força do jornal *A Lanterna* que além de levar a frente a campanha em suas páginas, possibilitou que a desconfiança e o ódio aos padres tomasse proporções preocupantes para a Igreja e para o Estado, ao assumir posturas de ataque aos que trajavam hábitos e ao agregar grande número de pessoas em manifestações públicas, proibidas e reprimidas pela polícia paulista com violência.

Desde os primeiros anos do século XX o anticlericalismo foi profundamente associado ao anarquismo¹³⁷ e os anarquistas freqüentemente demonstravam seu grande interesse pelas páginas anticlericais de *A Lanterna*, atraídos pela sua ácida crítica à religião católica. Muitos dos editores e colunistas de jornais anticlericais em São Paulo, no interior e em outros Estados eram simpatizantes das idéias anarquistas. Os anarquistas acreditavam que o combate à Igreja era parte de sua luta pela liberdade humana, pois entendiam que os padres eram aliados dos opressores e colaboravam para a manutenção da escravidão do povo. Segundo Eduardo Valladares,

¹³⁵ Doc.10, Prontuário DEOPS-SP no. 3097 – Pedro Brandão de Oliveira.

¹³⁶ Ver SOUZA, Wlaumir Doniseti. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante – das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*, São Paulo, Unesp, 2000.

¹³⁷ VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e Anticlericalismo*, São Paulo, Imaginário, 2000.

“os libertários eram incansáveis nas denúncias de que o Estado traz privilégios e miséria e a Igreja, sua íntima aliada, viola as consciências. Sempre tentavam mostrar que a vida miserável dos trabalhadores não era decorrente de uma vontade divina, e sim da união existente entre os capitalistas e seus parceiros, a Igreja e o Estado”¹³⁸.



O anticlericalismo era combatido pelo clero, pela burguesia e pela polícia sob a acusação de ser produto de “militantes estrangeiros” e de “afrontar a mentalidade do povo brasileiro, que possuía sangue católico nas veias”¹³⁹. Em resposta à primeira acusação os anarquistas lembravam, de forma sarcástica, que o cristianismo, tanto quanto o anarquismo ou outras doutrinas políticas, não eram próprias das Américas, e que a vinda de padres estrangeiros para pregar o catolicismo deu-se desde o período colonial, mantendo-se até as primeiras décadas do século XX.

Por mais tensas que possam ter sido as relações entre o Estado e a Igreja em alguns períodos de nossa história, principalmente nos

primeiros anos após a proclamação da República, o clero sempre procurou a acomodação com o Estado. Pregando a obediência, a subserviência e o respeito à hierarquia, aliados à

¹³⁸ Idem, p. 14.

¹³⁹ Idem, p. 66.

suas práticas sociais paternalistas e à sua atuação no meio sindical, a Igreja colaborou no processo de exclusão da Primeira República, conseguiu assim reconquistar alguns de seus privilégios e estabeleceu-se, após alguns anos de regime republicano, novamente como um poder dentro da sociedade.

No período em que Getúlio Vargas esteve no poder, o DEOPS manteve-se atento às críticas e ataques ao clero por vezes associando o anticlericalismo ao anarquismo ou mesmo a uma postura “subversiva”, “imoral” e de “desordem social”. Por mais que a suposta separação entre Estado e Igreja fosse propagada e que o próprio regime instalado após o golpe de 1930 não estivesse, à primeira vista, ligado diretamente à Igreja, a repressão aos anticlericais se fez, como já visto, presente sob diferentes justificativas. As próprias páginas de *A Lanterna* alertavam para essa associação ao publicar uma charge em que um padre de mãos dadas com uma figura feminina, representando a alegoria da república, diz: “É excusado tentar escapar, pois serás minha, como a ‘velha’ o foi”, sob o título “‘Eles’ e a República Nova”¹⁴⁰.

A Plebe

A preocupação dos investigadores em relação às publicações anarquistas revela-se de forma mais aguda pela intensa perseguição ao periódico *A Plebe* e a seus editores e colaboradores.

Em relatório reservado de 30 de janeiro de 1933 podemos notar a estrita vigilância que o periódico libertário sofria:

“Acaba de sair o número 11 do jornal libertário ‘A Plebe’, órgão direto da Federação Operária de São Paulo e que encerra artigos de conhecidos anarquistas residentes em São Paulo”¹⁴¹.

Na verdade, o “órgão oficial da FOSP”, mesmo segundo outro relatório da própria polícia, era *O Trabalhador*, cujo diretor era o espanhol Hermínio Marcos. Os investigadores informam que *A Plebe* é “órgão indireto” da FOSP, por dar “acolhimentos às

¹⁴⁰ *A Lanterna*, no. 355, 20/07/1933.

¹⁴¹ Doc.13/16, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

notas referentes à Federação”. Segue ainda afirmando sobre a “inconveniência em continuar a serem editadas essas publicações” e que sejam “pelo menos, submetidas à censura, como todos os outros jornais da capital”. E termina o documento solicitando providências junto ao Chefe de Polícia local, “com o intuito de zelar pela ordem social”, para que se ponha fim à propaganda feita por ambas publicações, pois,

“conforme se poderá verificar de seus escritos, os jornais em questão propagam abertamente a doutrina anarquista, em linguagem sempre acessível aos trabalhadores, tornando-os verdadeiros e sinceros adeptos do ideal anárquico”¹⁴².

Com o intuito de cumprir tal ordem, a polícia paulistana iniciou uma verdadeira caça ao jornal *A Plebe*. Apenas dois dias depois do envio de tal documento, em 11 de março, cinco inspetores saíram às ruas da capital realizando “batidas” em diversas bancas de jornal, a fim de apreender todos exemplares a venda¹⁴³. Encontraram 495 cópias.¹⁴⁴ Notadamente houve um embate de forças entre a polícia e os editores d’*A Plebe* que, mesmo sob fogo cerrado insistiam em continuar com a sua publicação. Tal conflito pode ser verificado através de uma anotação à caneta no relatório reservado de 04 de abril de 1933:

“*A Plebe* não se sujeita à censura. Isto é ilegalidade punível. À polícia compete essa repressão”¹⁴⁵.

Rodolfo Felipe, seu redator-gerente, foi preso diversas vezes por ser o responsável pela *A Plebe*. Foi detido em 27 de fevereiro de 1933 por “propaganda anarquista”, sem nenhuma acusação ou prova concreta, e remetido ao Presídio Político do Paraíso, segundo ordem do delegado do DEOPS Viriato Carneiro Lopes, “por motivo político e por ter declarado que é anarquista”¹⁴⁶. Após a sua detenção, que gerou os protestos, e sua posterior

¹⁴² Doc.06, Prontuário DEOPS-SP no. 2303 – *A Plebe*.

¹⁴³ Doc.09, Prontuário DEOPS-SP no. 2303 – *A Plebe*.

¹⁴⁴ O número de bancas inspecionadas e a distribuição geográfica delas pela cidade dá uma noção do alcance da distribuição d’*A Plebe* naquele período: “Largo S.Bento,, Rua José Paulino, Estação da Luz, Avenida Tiradentes, Praça do Correio, Largo da Sé, Praça do Patriarca, Largo do Tesouro, Praça Antônio Prado, Largo da Concórdia, Estação do Norte, Largo do Belém, Avenida São João, Penha, Rua Teodoro Ramalho, Consolação e Rua Paraíso”. Idem.

¹⁴⁵ Doc.21, Prontuário DEOPS-SP no. 2303 – *A Plebe*.

¹⁴⁶ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 400 – Rodolfo Felipe.

libertação no dia 16 de março, apenas duas semanas depois foi intimado para esclarecimentos. O redator-gerente havia sido preso em 1924, junto com outros companheiros, justamente por estar à frente de *A Plebe* e fazer críticas ao governo, desrespeitando a lei de imprensa vigente na época. Acabou detido outras vezes: em 06 de outubro de 1933, novamente por propaganda anarquista e em 12 de novembro de 1934 por publicar artigos censurados n' *A Plebe*.

Foi preso em novembro de 1935 e solto em março seguinte. Acaba detido novamente à uma hora da manhã de 08 de maio de 1936 em sua própria residência, onde é encontrada uma grande quantidade de jornais e um livro de hinos “subversivos”¹⁴⁷, o que lhe rendeu quatro dias sob custódia do DEOPS. Posteriormente, viajou a passeio para a cidade de Santos e acabou preso, após um banho de mar, em 08 de junho de 1936, junto com Gusmão Soler. Permaneceu na cadeia até que, em 16 de junho de 1937, o processo levado ao Tribunal de Segurança Nacional no Rio de Janeiro contra Felipe e Soler foi arquivado e finalmente o editor d' *A Plebe*, já doente, foi posto em liberdade após quase um ano de “prisão preventiva”.

Sobre suas prisões Rodolfo Felipe relata: “estive no [presídio] Maria Zélia durante 19 meses” e “conheci quase todos os postos policiais de São Paulo”¹⁴⁸.

Não só editar jornais e escrever em suas colunas caracterizava-se, aos olhos dos investigadores de Ordem Política e Social, um crime punível com prisão. Muitas pessoas foram detidas e “fichadas” pelo DEOPS por venderem seus exemplares ou a apenas por possuírem uma edição de *A Plebe*.

Como provas da perseguição policial ao periódico há várias edições apreendidas nos prontuários do próprio jornal e de seu editor, Rodolfo Felipe, assim como alguns anexados ao prontuário da Federação Operária de São Paulo.¹⁴⁹ Edições confiscadas de *A Plebe* foram ainda anexadas aos seguintes prontuários nominais: Angelo Venâncio¹⁵⁰, Francisco Giraldes Filho¹⁵¹ e Melchiades Pereira de Souza¹⁵². Ernesto Gattai, além de cópias de *A*

¹⁴⁷ Doc 30, Prontuário DEOPS-SP no. 400 – Rodolfo Felipe.

¹⁴⁸ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.5*, Florianópolis, Insular, 1998, p.p. 97-98.

¹⁴⁹ *A Plebe* no. 5, 24/12/1932, no. 8, 14/01/1933 e no. 9, 17/01/1933, Prontuário DEOPS-SP – 716 – Federação Operária de São Paulo.

¹⁵⁰ *A Plebe* no. 72, 29/09/1934, Prontuário DEOPS-SP no. 2764 – Angelo Venancio.

¹⁵¹ *A Plebe*, no. 91, 22/06/1935, Prontuário DEOPS-SP no. 3117 – Francisco Giraldes Filho.

Lanterna, tinha em sua casa 108 exemplares diferentes de *A Plebe*¹⁵³. O italiano Donato de Vitis¹⁵⁴ e os espanhóis Francisco Arouca¹⁵⁵ e Alfredo Chaves Alonso¹⁵⁶ foram presos por distribuírem exemplares do jornal, assim como Antônio Petan¹⁵⁷ acabou preso por ser seu correspondente e por fazer a distribuição na cidade de Ribeirão Preto. Atilio Pessagno¹⁵⁸, quando da batida policial na Liga Anticlerical de Campinas, possuía também *A Plebe*. O operário espanhol Antônio Aguillar¹⁵⁹ acabou preso ao ser surpreendido lendo jornais anarquistas, dentre eles *A Plebe*, num bonde da capital. Um caso singular, também ocorrido num bonde, deu-se com Benedito Romano¹⁶⁰, o qual levou a polícia a apreender edições do periódico em sua residência.

Na já referida edição número 11 do jornal podemos ler um relato de tais prisões:

“Ultimamente, temos tido vários camaradas e simpatizantes presos durante dias a fio por distribuírem boletins convocatórios de assembléias e um outro por vender *A Plebe*”¹⁶¹.

Uma nota publicada na edição 15 demonstra as várias investidas da polícia contra o semanário:

“A polícia está, agora, atacada de fobia contra ‘A Plebe’, não pode ver o nosso jornal sem que lhe cause pavor, só o pensar que haja criaturas que o leiam.

Para evitar que ‘A Plebe’ seja difundida entre o povo, já não se escolhem os meios.

O princípio jesuítico de que ‘os fins justificam os meios’ mais uma vez está sendo aplicado. Ainda no dia 14 do corrente foram presos os camaradas Virgílio Munhoz e Luiz Vasques, o primeiro por estar a vender

¹⁵² *A Plebe*, no. 66, 07/07/1934, Prontuário DEOPS-SP no. 3034 – Melchiades Pereira de Souza.

¹⁵³ Doc.21, Prontuário DEOPS-SP no. 4688 – Ernesto Gattai.

¹⁵⁴ Prontuário DEOPS-SP no. 1088 – Donato de Vitis.

¹⁵⁵ Prontuário DEOPS-SP no. 147 – Francisco Arouca.

¹⁵⁶ Prontuário DEOPS-SP no. 1465 – Alfredo Chaves Alonso.

¹⁵⁷ Prontuário DEOPS-SP no. 1585 – Antônio Petan.

¹⁵⁸ Prontuário DEOPS-SP no. 3748 – Atilio Pessagno.

¹⁵⁹ Prontuário DEOPS-SP no. 2394 – Antônio Aguillar.

¹⁶⁰ Conforme veremos adiante no episódio envolvendo a Caixa Postal 195. Prontuário DEOPS-SP no. 1262 – Benedito Romano.

¹⁶¹ *A Plebe*, no.11, 28/01/1933.

‘A Plebe’, numa assembléia da Aliança dos A. em Calçados; o segundo por estar a fazer o mesmo no Centro Cosmopolita. E por cometer tal ato, até o dia 20, ainda estavam reclusos, mal grado os esforços despendidos no sentido de os libertar”¹⁶².

Já na edição número 18, de março de 1933, pode-se compartilhar um desabafo dos redatores que, apesar de longo, merece ser reproduzido na íntegra, pois mostra bem as constantes perseguições que *A Plebe* sofreu até aquela data:

“Jornal de luta: de luta viva, agitada, é feita a história de ‘A Plebe’.

Não há violências, brutalidades, injustiças, infâmias de que não tenha sido vítima, a partir de 1917.

Insultos, injúrias, calúnias, vivem a atirar-lhe os seus inimigos atingidos pelo ferro escaldante de sua crítica. Movem-lhe intrigas, tecem ao seu redor as teias de suas infâmias. Mas, ‘A Plebe’ prossegue impávida a sua obra libertadora.

Perseguem, prendem, maltratam, provocam, deportam, assassinam componentes de seu grupo. Mas ‘A Plebe’ lança o ocorrido no débito da burguesia e continua a lutar pela emancipação proletária.

Apreendem edições, ameaçam, perseguem aos seus distribuidores; dificultam, suspendem sua publicação. Mas ‘A Plebe’ vence as dificuldades, ressurgue com nova vida e continua a batalhar por um mundo libertário.

Cercam, fecham, assaltam, destroçam suas sedes. Mas ‘A Plebe’ dentre os destroços e as cinzas levanta o lábaro da liberdade anárquica e continua o caminho por entre as multidões oprimidas e a lutar com elas.

Peregrinando pelos recantos brasílicos ou por terras de além-mar andam muitos daqueles que lutaram nesta barricada libertária. Nas brenhas das matas da Clevelândia jazem algumas ossadas de militantes de ‘A Plebe’.

Mas ‘A Plebe’ continua a sua marcha para a frente, em busca da vitória do povo sofrido.

¹⁶² *A Plebe*, no.15, 25/02/1933.

Como ontem hoje volta ‘A Plebe’ a ser atingida. O seu redator foi preso e sua última edição apreendida.

Mas, a exemplo do que sempre tem sucedido, ‘A Plebe’ vence o obstáculo e aqui está de novo no seu posto de batalha.

Registramos o ocorrido, somamo-lo ao anotário da história de ‘A Plebe’ e, serenamente, sem fanfarronices, mas com a firmeza de quem sabe o que quer e luta pelo que quer, prosseguimos na peleja em prol do ideal libertário”¹⁶³.

O Trabalhador

Segundo informações de seu prontuário, Hermínio Marcos vinha sendo vigiado pela polícia desde 1915, quando, sob o pseudônimo de “Rocambole”, supostamente dirigiu cartas com ameaças de morte a alguma pessoa não-identificada com o fim de extorsão. Porém, em sua declaração ao delegado de ordem social Ignácio da Costa Ferreira, em 06 de outubro de 1933, Hermínio afirmou que “milita nos meios anarquistas desde 1918”. Consta ainda nos documentos policiais que participou ativamente numa greve dos funcionários da limpeza pública em 1920 e que seu nome figura na “Relação de Anarquistas”. No mesmo documento é descrito como uma pessoa “de atitude francamente revolucionária” e que procurava “sempre induzir operários laboriosos e pacíficos a enveredarem pelo caminho das greves violentas, afim de lançá-los numa revolução social”¹⁶⁴. Ainda era considerado agressivo por responder desrespeitosamente às autoridades e por expressar seu ideal libertário, atacando qualquer governo constituído. Devido a seu papel dentro da Federação Operária mantinha correspondência com diversos grupos e militantes estrangeiros, inclusive com a Federación Obrera Regional Argentina (FORA), com a C.N.T. e a Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.), com sede em Berlim, o que aguçava ainda mais a desconfiança da polícia paulista.

¹⁶³ *A Plebe*, no. 18, 25/03/1933.

¹⁶⁴ Doc. 1, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

Os documentos referentes à vigilância às atividades de Hermínio Marcos concentram-se entre os anos de 1931 e 1934, período em que realizou dezenas de conferências e comícios, chegando a reunir, por vezes, cerca de 1000 pessoas. Tudo sob os atentos olhos dos investigadores do DEOPS.

Foi preso diversas vezes, acusado de “agitador”. Todos os relatórios policiais apontam-no como uma figura de destaque no meio anarquista paulista e um orador que, sem poupar palavras, impressionava a audiência, arrancando reações em forma de gritos de “abaixo o Estado” ou “morte aos políticos”. Referindo-se à reunião realizada no dia 02 de janeiro de 1933, o investigador que presenciou a homenagem a dois operários anarquistas mortos¹⁶⁵, onde discursou, entre outros, Hermínio Marcos, relatou que o

“trabalho vagaroso e inteligente de alguns elementos cultos do meio operário, (...) ao lado da força sugestiva e exaltada de outros, vai tomando um caráter verdadeiramente educativo dos seus princípios e ideais, o que não deixa [de] se constituir sério perigo para a nossa sociedade, para o Estado e para o País”¹⁶⁶.

Em janeiro de 1933, uma caravana de investigadores do DEOPS da capital dirigiu-se para Sorocaba com a missão de colaborar com as autoridades policiais locais para debelar a greve decretada nas fábricas Votorantim e Nossa Senhora da Ponte, que juntas somavam quase 5.000 operários¹⁶⁷. Em uma das diligências, Hermínio Marcos foi detido, junto a outros militantes da FOSP, dentre eles Francisco Cianci, ao chegarem à cidade. Albino Sbrana¹⁶⁸ foi detido por receber “boletins subversivos” enviados pelo correio pela

¹⁶⁵ O investigador denomina os operários anarquistas mortos como “Antoninho de tal e Cipolla”. A homenagem referia-se à Ricardo Cipolla, morto durante um festival libertário em 31 de dezembro de 1922 por Indalécio Iglesias, para muitos anarquistas, tido como policial infiltrado e à Antonino Dominguez, assassinado pelo ex-anarquista e membro do PCB Pedro Bastos durante uma reunião em 14 de fevereiro de 1928, quando Dominguez tentava desmascarar as manobras comunistas no Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro. Ambos eram sapateiros e a homenagem foi encabeçada pela União dos Artífices de Calçados de São Paulo. Ver RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos (1922-1946)*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1972.

¹⁶⁶ Doc. 13, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

¹⁶⁷ Detalhes sobre essa e outras greves do período, ver AZEVEDO, Op.cit.

¹⁶⁸ Albino Sbrana foi um sapateiro italiano que participara de greves na cidade de Sorocaba nos anos 1920 e voltou a ser detido em 1933. Prontuário DEOPS-SP no. 041 – Albino Sbrana.

Federação Operária e Fernando Navarro¹⁶⁹ acabou preso ao desembarcar na estação de trem com uma mala cheia de boletins de propaganda. Os conflitos ocorridos durante essa greve resultaram na morte do operário Vitorino Domingues, durante uma investida policial contra uma manifestação.

Os registros policiais apontam ainda a participação de Hermínio Marcos junto à Confederação Operária de São Paulo, ao Comitê Antiguerreiro e ao Comitê Antifascista, sendo ainda citado como participante das reuniões para formação da Frente Única Antifascista, que enfrentaria os integralistas em 07 de outubro de 1934, no episódio conhecido como a “batalha da Sé”. Segundo Eduardo Maffei,

“os líderes que compareceram às reuniões preparatórias foram Edgard Leuenroth, que dirigia *A Lanterna*, Pedro Catalo, brasileiro que conversava em espanhol, sapateiro intelectualizado, que deixou, publicadas, cinco peças teatrais (...), mais Rodolfo Felipe, então diretor de *A Plebe*, Gusman Soler e Hermínio não me lembro de quê”¹⁷⁰.

Esse último era Hermínio Marcos.

O anarquista voltou a ser preso diversas vezes entre os anos de 1931 e 1934 e o último registro de seu prontuário dá conta de sua libertação do Presídio Político do Paraíso em 19 de julho de 1934. O periódico *A Plebe*¹⁷¹ noticia que Hermínio foi preso em um hotel quando de sua viagem ao Rio de Janeiro em meados de agosto do mesmo ano e processado, com fins de expulsão. Acabou sendo deportado para a Espanha¹⁷², junto com outros 16 trabalhadores.

Sendo *O Trabalhador* um eficiente meio de propagação das idéias anarquistas nos sindicatos e de resistência às investidas do governo contra as organizações proletárias,

¹⁶⁹ Fernando Navarro era filiado à Liga Operária da Construção Civil e em janeiro de 1933 recebeu a missão de levar boletins da FOSP para distribuir entre os trabalhadores em greve em Sorocaba, acabando preso ao desembarcar do trem. Prontuário DEOPS-SP no. 1937 – Fernando Navarro.

¹⁷⁰ Segundo Eduardo Maffei, “os líderes que compareceram às reuniões preparatórias foram Edgard Leuenroth, que dirigia *A Lanterna*, Pedro Catalo, brasileiro que conversava em espanhol, sapateiro intelectualizado, que deixou, publicadas, cinco peças teatrais (...), mais Rodolfo Felipe, então diretor de *A Plebe*, Gusman Soler e Hermínio não me lembro de quê”. Esse último era Hermínio Marcos. MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1984, p.p. 76-77.

¹⁷¹ *A Plebe*, nº73, 13/10/1934.

¹⁷² RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.2*, Rio de Janeiro, VJR, 1995, p. 142.

tornou-se alvo da polícia política. Em suas páginas encontram-se ferrenhas críticas ao governo e a todas autoridades, assim como ao Ministério do Trabalho.

Dentre os prontuários analisados, é em nome do suíço Felix Zirolia¹⁷³ que encontra-se anexada uma cópia de *O Trabalhador* de 1º. de maio de 1932 e a notícia de sua prisão junto a José Surckre “por portar jornais e panfletos” libertários. Ainda no prontuário da Federação Operária de São Paulo¹⁷⁴ pode-se achar a edição nº2, ano II do mesmo jornal, datado de fevereiro de 1933 e um exemplar do nº2, ano I, de 05 de dezembro de 1931 no prontuário da União Sindical dos Profissionais do Volante¹⁷⁵, no qual foi publicada as bases de acordo da FOSP.

Outros Jornais

Diversos outros títulos de periódicos anarquistas podem ser encontrados anexados aos prontuários, figurando como uma suposta prova de um “crime”. Jornais anarquistas nacionais e estrangeiros eram apreendidos aos montes pela polícia, seja através de assaltos a redações, entidades ou até mesmo às casas de militantes, seja através da censura postal imposta durante todo o período ou ainda casualmente, quando algum investigador se deparava com algum transeunte lendo ou distribuindo alguma folha anarquista.

A seguir relacionamos todos os jornais de orientação libertária apreendidos pela polícia política entre os anos 1924 e 1945 em São Paulo e por nós identificados. Nem todos encontram-se anexados aos prontuários, porém nos relatórios reservados e, em especial, nos diversos autos de busca expedidos pelos delegados do DEOPS, constam sua identificação e posterior apreensão.

¹⁷³ *O Trabalhador*, no. 6, 01/05/1932, Prontuário DEOPS-SP no. 1685 – Felix Zirolia.

¹⁷⁴ Prontuário DEOPS-SP no. 716 – Federação Operária de São Paulo.

¹⁷⁵ Prontuário DEOPS-SP no 2005 – União Sindical dos Profissionais do Volante.

Tabela de jornais anarquistas apreendidos pelo DEOPS (1924-1945)

Nome	Ano/Número	Data	Prontuário
A Lanterna	Nº 394	04/05/1935	1262 – Benedito Romano
A Lanterna	Ano XI Nº 355	20/07/1933	1553 – A Lanterna
A Plebe	Ano II Nova Fase Nº 75	10/11/1934	400 – Rodolpho Felipe
A Plebe	Ano II Nova Fase Nº 97	15/09/1935	2303 – A Plebe
A Plebe	Ano I Nova Fase Nº 11	28/01/1933	2303 – A Plebe
A Plebe	Ano I Nova Fase Nº 18	25/03/1933	2303 – A Plebe
A Plebe	Ano III Nova Fase Nº 97	14/09/1935	1262 – Benedito Romano
A Plebe	Ano I Nova Fase Nº 09	17/01/1933	716 - Federação Operária de São Paulo
A Plebe	Ano I Nova Fase Nº 08	14/01/1933	716 - Federação Operária de São Paulo
A Plebe	Ano I Nova Fase Nº 05	24/12/1932	716 - Federação Operária de São Paulo
A Plebe	Ano II Nova Fase Nº 66	07/07/1934	3034 – Melchiades Pereira de Souza
A Plebe	Ano II Nova Fase Nº 72	29/09/1934	2764 – Ângelo Venancio
A Plebe	Ano III Nova Fase Nº 91	22/06/1935	3117 – Francisco Giraldes Filho
A Plebe			1579 – Ass. de Classe e Sindicatos
A Voz dos Profissionais do Volante	Ano I Nº 2	01/03/1934	2005 - União Sindical dos Profissionais do Volante
Ateneo	Ano I Nº 3	07/1941	1262 – Benedito Romano
Avanzada	Ano I Nº 6	06/1941	1262 – Benedito Romano
Boletim da U.S.P.V.	Ano I Nº 1	01/05/1933	2005 - União Sindical dos Profissionais do Volante
Cultura Proletaria	Ano XIV Nº 698	13/09/1941	1262 – Benedito Romano
Cultura Proletaria	Ano XIV Nº 697	06/09/1941	1262 – Benedito Romano
El Luchador	Ano I Nº 51	25/12/1931	2394 – Antonio Aguillar
El Obrero Gráfico	Ano XXXIII Nº 301	s/d	1262 – Benedito Romano
Humanidade	Ano I Nº 1	07/1936	1262 – Benedito Romano
L'Adunata dei Refrattari	Ano XV Nº 46	21/11/1936	2001 – Hugo Vittorio

L'Adunata dei Refrattari	Ano XX N° 31	02/08/1941	1262 – Benedito Romano
L'Adunata dei Refrattari	Ano XX N° 37	13/09/1941	1262 – Benedito Romano
La Continental Obrera			710 – União dos Trabalhadores da Light
La Obra	Ano XIII N° 63	02/1948	1914 – Centro de Cultura Social
La Protesta	Ano XLV N° 7906	08/1941	1262 – Benedito Romano
La Protesta	Ano XLV N° 7907	09/1941	1262 – Benedito Romano
Musu Zodis	Ano II N° 15	31/?/1934	1899 – Eleutério Nascimento
O Trabalhador	Ano I N° 2	05/12/1931	2005 – União Sindical dos Profissionais do Volante
O Trabalhador	Ano II N° 2	02/1933	716 – Federação Operária de São Paulo
O Trabalhador	Ano I N° 6	01/05/1932	1685 – Felix Zirolia
O Trabalhador			1579 – Ass. de Classe e Sindicatos
O Trabalhador da Light	s/ano s/no.	1935	710 – União dos Trabalhadores da Light
O Trabalhador da Light	s/ano s/no.	01/03/1931	211 – João Baccheto Filho
O Trabalhador da Light	Ano III N° 3	01/05/1934	840 – Light São Paulo
O Trabalhador Padeiro	Ano V N° 4	16/11/1933	868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo
O Trabalhador Padeiro	Ano V N° 5		868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo
O Trabalhador Têxtil	Ano VIII N° 92	01/05/1952	577 – União dos Trabalhadores Gráficos
O Trabalho	Ano I N°5	S/d	3753 – João Alvez Cortez Valente
Tierra y Libertad	Ano IV N°113	28/04/1933	2394 – Antonio Aguillar

Em diversos prontuários há jornais apreendidos. No prontuário do padeiro anarquista Eleutério do Nascimento, por exemplo, encontra-se apreendido, curiosamente, uma edição de 1934 do jornal comunista escrito em lituano *Musu Zodis*. Suas páginas tecem críticas ao governo getulista, transparecem uma postura antifascista e dão nota sobre a prisão de manifestantes ocorrida no largo da Concórdia, quando de uma homenagem à Sacco e Vanzetti.

A troca de informações entre os anarquistas brasileiros e militantes estrangeiros era intensa. Muitas pessoas recebiam materiais do exterior para distribuir em São Paulo. O caso de Angelo Lasheras serve tanto para ilustrar mais um episódio de perseguição aos jornais libertários, a seus receptores, distribuidores e leitores, como aponta o tratamento dispensado aos estrangeiros residentes na capital por parte da polícia.

Em seu trabalho, Viviane Teresinha dos Santos analisa a perseguição à comunidade italiana em São Paulo e conclui que

“durante os anos de 1924 a 1945 a comunidade italiana radicada no Estado de São Paulo esteve constantemente sob a vigilância da polícia política”¹⁷⁶.

Durante os anos 1920 os agentes do DEOPS apenas observavam a ação dos anti-fascistas italianos, que já naquele período denunciavam a ameaça à liberdade que o *fascio* e seu maior expoente, Benito Mussolini, representavam. Os anarquistas italianos, nesse mesmo período, foram violentamente reprimidos, vítimas de prisões, desterros e expulsões. Já em meados dos anos 1930 a preocupação policial volta-se, em grande parte, para os italianos acusados de conspirações comunistas no Brasil. Posteriormente à promulgação de leis nacionalistas em 1938, os fascistas tornam-se alvos de uma branda vigilância, por serem defensores da *italianità*. E finalmente, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, todos italianos foram considerados “súditos do Eixo”, passíveis de controle por parte dos órgãos de manutenção da ordem.

Assim como na Primeira República, a Era Vargas foi marcada pela construção da imagem do estrangeiro como um conspirador, uma ameaça invisível e permanente à ordem. Os “estrangeiros indesejáveis”, nocivos à segurança nacional, eram eleitos como inimigos

¹⁷⁶ SANTOS, Viviane Teresinha dos, *Rivoluzionari in San Paolo: A comunidade italiana e a polícia política (1924 – 1945)*, Dissertação de mestrado, USP, 2003, p. 260.

pelo governo getulista e constantemente vítimas de processos arbitrários de expulsão, baseados em declarações policiais ou em denúncias que não eram devidamente averiguadas pelos órgãos competentes.

Ao analisarmos os prontuários policiais podemos notar que não só os italianos foram perseguidos – espanhóis, portugueses, lituanos, russos, judeus, etc também figuram entre os “indesejáveis” em um país cada vez mais “verde-e-amarelo”. Há alguns casos em que a polícia “comprovou” a ligação de algum estrangeiro no Brasil com “células” no exterior, como, por exemplo, agentes comunistas de Moscou ou espiões à serviço do *Duce*. Porém, na maioria das vezes nada era comprovado e ficava evidente a ilegalidade da operação policial e do processo de expulsão.

Para compreendermos a dimensão do cerco aos estrangeiros nesse período, emprestemos o levantamento, realizado por Lúcia Silva Parra¹⁷⁷, que arrolou 93 prontuários nominais de anarquistas¹⁷⁸. Dentre eles apenas 23 suspeitos nasceram no Brasil, e entre os 70 restantes, excetuando oito de nacionalidade não foi identificada, todos eram estrangeiros, com maior destaque para italianos (25), espanhóis (23) e portugueses (10). Acreditamos que esses números demonstram muito mais a orientação racista e xenófoba da polícia, que brandia aos quatro ventos o nacionalismo em consonância com as elites e o governo, do que uma real amostra da configuração do movimento anarquista e seus adeptos.

Para ilustrar os procedimentos policiais para com estrangeiros acusados de serem anarquistas, tomemos o caso de Angelo Lasheras (ou Las Heras)¹⁷⁹. Segundo a polícia, sua origem é incerta, provavelmente tendo nascido em Marrocos. Em 1936, quando Angelo foi preso, contava com 46 anos e declarou ao delegado ter chegado no Brasil há 43 anos e só ter passado para as fileiras anarquistas há oito anos. Ou seja, Angelo Lasheras chegou ao Brasil por volta de 1893, com três anos de idade, e tornou-se anarquista em meados de 1928. Este é um claro exemplo que insere novos dados, relativizando a teoria sustentada pela elite, e ainda hoje reproduzida por alguns historiadores, de que os militantes

¹⁷⁷ PARRA, Op.Cit., p. 23.

¹⁷⁸ Ao final desse trabalho encontram-se arrolados os prontuários de anarquistas ou de indivíduos ou grupos relacionados, direta ou indiretamente, ao anarquismo resultado da presente pesquisa.

¹⁷⁹ Prontuário DEOPS-SP nº 1020 – Angelo Lasheras.

anarquistas nascidos no exterior trouxeram as sementes da “planta exótica” para o Brasil, quando muitos, sendo Lasheras somente um deles, politizaram-se e fizeram-se anarquistas em terras brasileiras.

Na década de 1930 encontramos Lasheras exercendo a profissão de pintor e de desenhista, sendo responsável por diversas ilustrações – além de artigos – de *A Plebe* e produzindo gravuras e quadros com temática libertária, os quais doava para grupos anarquistas a fim de serem rifados como meio de colher fundos para manter as suas atividades.

Lasheras, em 1936, sofreu a acusação de receber do exterior, dentre outros jornais anarquistas, exemplares de *Brazo y Cerebro*, periódico espanhol. Os exemplares foram descobertos pela censura postal, o que levou os agentes do DEOPS a fazerem uma busca em sua residência “a fim de que fosse descoberto tudo o que comprovasse a atividade irregular de seu morador em face da segurança social e estabilidade das instituições”¹⁸⁰. Foram encontrados diversos materiais anarquistas, entre eles livros, jornais e boletins, resultando na sua detenção. Angelo, durante interrogatório em 30 de junho de 1936, não negou sua filiação ao anarquismo e afirmou ter se tornado anarquista através de leituras de livros e jornais libertários. Disse ainda que recebia periodicamente material anarquista e que devido à situação do país muitas pessoas se recusavam a lê-los. Contra a acusação de comunista, alegou nada ter a ver com essa ideologia, sendo partidário do anarquismo. Não contente com as declarações de Angelo, a polícia política mandou-o ao Presídio Maria Zélia para aguardar uma decisão quanto ao seu caso. Dois advogados entraram com um pedido de *habeas corpus*. Em 20 de junho de 1937 – um ano depois – há uma resposta sobre a petição do *habeas corpus*, onde lê-se que Angelo fora “processado para efeito de expulsão do território nacional, em virtude das suas atividades subversivas”, porque “recebia constantemente de Barcelona toda sorte de material de propaganda da Federação Anarquista Internacional e o distribuía entre operários deste Estado” e que

¹⁸⁰ Doc.10, Prontuário DEOPS-SP nº1020 – Angelo Lasheras.

“dentre os processos usados atualmente para provocar a subversão da ordem política e social, tem-se constatado ser o anarquismo o que representa maior perigo, dadas as violentas medidas por ele aconselhadas e executadas”¹⁸¹.

Seguiu-se ainda, em tom de conselho, a orientação dada por Venâncio Ayres, delegado de ordem social, de que o solicitante não deveria ser solto.

Travou-se uma pequena batalha judicial entre os advogados de Angelo e a justiça, que acabou por negar o *habeas corpus* e seguir com o processo de expulsão. Nesse meio tempo, outros dez estrangeiros processados junto com Angelo Lasheras, enquadrados na lei de expulsão são soltos. Todos pertenciam à ANL ou ao PCB.

Rodolfo Felipe lembrou o companheiro Lasheras em um discurso realizado em junho de 1938:

“O Lasheras é o único que, infelizmente, continua entre as grades da cadeia pública à espera duma solução para o seu caso, doloroso, por deixar de ser comum. Ele aguarda ainda hoje, depois de dois longos anos de detenção, não um processo, pois já o teve: a sua expulsão. Agora quem o mantém preso são as formalidades burocráticas e judiciárias que deverão decidir entre estas duas alternativas: ou manda-lo para a Europa, ou pô-lo em liberdade. Mas, o que é certo é que a maquinaria que deve resolver esse caso deve estar emperrada, pois se assim não fosse já o deveria ter solucionado. Ao amigo Lasheras vai a nossa mais cordial saudação”¹⁸².

Apesar de sua deportação ter sido aprovada em ofício assinado pelo próprio presidente Vargas, baseada na alegação de que era “um elemento nocivo aos interesses do país e perigoso à ordem social”, ela nunca foi consumada. Foi solto em 1939 para poder visitar seu pai que se encontrava muito doente¹⁸³.

Muitos outros estrangeiros anarquistas sofreram as agruras da repressão, pagando com prisões e expulsões seus supostos crimes de produzir, receber, distribuir, ou até mesmo ler jornais anarquistas. Dentre eles anotamos Hermínio Marcos Hernandez, em 1934,

¹⁸¹ Doc.15, Prontuário DEOPS-SP nº1020 – Angelo Lasheras.

¹⁸² RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.5*, Florianópolis, Insular, 1998, p. 95.

¹⁸³ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP nº1020 – Angelo Lasheras.

Oreste Ristori em 1936, Avelino Fernandes Neblind e Gusmão Soler em 1937 e muitos outros.

Assim era tratada a maioria dos estrangeiros que caíam nas mãos dos policiais do DEOPS: encurralados por acusações e “provas” produzidas pela própria polícia e à mercê das arbitrariedades policiais e judiciais, sempre ameaçados de prisão e expulsão.

Mas, a perseguição do DEOPS incidia também contra os brasileiros natos, como é o caso de Benedito Romano, um dos episódios mais curiosos de repressão à imprensa, envolvendo a Caixa Postal 195.

No referido endereço, já no início de década de 1940, em pleno Estado Novo, chegou um pacote “muito suspeito”. Vale relatar o caso, que nos ajuda também a entender melhor os procedimentos que envolviam a vigilância e a repressão do DEOPS.

Em 1º de setembro de 1941 foi entregue ao Departamento de Ordem Política e Social da cidade São Paulo, pelo investigador Otavio Ramos Junior, um relatório¹⁸⁴ que informava ter sido encontrado um pacote, contendo jornais estrangeiros, endereçado à Caixa Postal 195, num banco do bonde da linha Penha, por volta de onze horas da manhã, quando este tomava-o no Largo da Concórdia. Por este “acaso”, a polícia da capital paulista iniciou uma verdadeira cruzada para desvendar tudo o que cercava esta “prova”, sem mesmo ter constatado a ocorrência ou denúncia de algum tipo de crime que devesse ser averiguado e nem mesmo ter conhecimento de seu suposto autor.

Diante do misterioso pacote de jornais o delegado Francisco de Assis Carvalho Franco, expediu um auto de exibição e averiguação. O pacote foi aberto na presença do próprio delegado e de duas testemunhas, Artur Reis Machado e Anacleto Rodrigues Dias, um dos quais era o próprio escrivão da delegacia. Segundo o relatório, foi exibido “à autoridade um pacote em forma tubular, amarrado ao centro com um pedaço de barbante, que continha uma etiqueta com os seguintes dizeres: Faja Postal. Impressos. – E.M. Caixa Postal 195. São Paulo. Brasil”¹⁸⁵. O pacote continha:

“20 exemplares Avanzada 6 e 7, respectivamente; 2 ex. Ateneo (em 1 deles estava escrito à lápis: ‘Não se esqueçam de Santos. Manda-me direção

¹⁸⁴ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP nº1262 – Benedito Romano.

¹⁸⁵ Idem.

de Rio e do interior do Estado’); 47 pequenos boletins impressos, redondos, colados, com os seguintes dizeres: ‘Vuotto, Mainini y de Diago han sido condenados! No dejemos impune el crimen! Juventudes Libertarias’; 23 idem ‘Muchachos, contra el crimen de la guerra. Acción revolucionaria. Juventudes Libertarias’; 28 idem ‘Proletários y estudiantes: antes que trincheras capitalistas, barricadas proletárias. Juventudes Libertárias’¹⁸⁶.

Os referidos materiais foram enviados para serem fotografados, e foi ordenado que fosse retirado um exemplar de cada item e que, finalmente, fosse

“recomposto o embrulho, tal como foi encontrado pelo investigador e colocado em uma caixa de coleta de correspondência, a fim de se conseguir que chegue o mesmo ao seu destino”¹⁸⁷.

Em seguida, no mesmo dia, foi expedida uma ordem de investigação determinando que a partir daquela data a Caixa Postal 195 passasse a ser observada a fim de que fosse “constatado qual a pessoa que retirará da mesma um pacote contendo jornais e boletins de propaganda anarquista”¹⁸⁸. O delegado informa ainda que a Caixa Postal pertence a Edgard Leuenroth e orienta para que a pessoa que retirasse o pacote fosse seguida, “a fim de determinar seu grau de atividade, ligações, etc.”¹⁸⁹. Muito curioso é o fato de o delegado saber de pronto a quem pertence a tal Caixa Postal, o que aponta uma eventual colaboração e/ou delação por parte da Repartição Geral dos Correios e Telégrafos da capital, que é a única fonte que possuiria informações desse caráter, tendo cedido inclusive o endereço do assinante – Rua Santa Clara, número 52, no bairro do Brás. A partir daí o delegado encarregado designou que o Dr. Elpídio Reali desse continuidade ao processo daquele dia em diante.

Em resposta à ordem expedida, o Gabinete de Investigações do DEOPS recebeu o seguinte relatório reservado:

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Idem.

“Cumprindo determinações de V.S., exaradas na ordem de serviço anexa, mandei observar a Caixa Postal No. 195, no sentido de identificar a pessoa que da mesma retirasse um pacote de jornais.

Informo-lhe que somente no dia 5 do corrente, sexta-feira, às 18 horas, é que o pacote foi retirado por um Sr. de estatura regular, corpulento, aparentando 36 anos de idade, rosto avermelhado, bigodes loiros e sem chapéu.

Esse Sr., saindo do correio, foi para a rua 15 de novembro e, à certa altura, abriu o pacote, retirando do mesmo qualquer coisa que guardou num dos bolsos da calça.

Prosseguindo, dirigiu-se para o café Acadêmico, à rua Direita, demonstrando procurar por alguém. Não encontrando a pessoa procurada rumou para o bar e restaurante “Pio”, à praça da Sé, onde comprou cigarros, palestrando ligeiramente com o vendedor e com outro rapaz que ali se encontrava. Saindo do bar desceu a praça da Sé e pegou o bonde “Penha”. Na av. Celso Garcia, esquina da rua Felipe Camarão, saltou e encaminhando-se por esta última, entrou na rua Potiguares, 171.

Decorridos 20 minutos o observado saiu dessa casa, encaminhando-se para o bar e confeitaria “Dalva”, à av. Celso Garcia, onde conversou com diversas pessoas.

Saindo da confeitaria pegou um bonde, saltando na esquina da av. Celso Garcia, com rua Julio César da Silva. Seguindo por esta última, virou a Joaquim Carlos e entrou no No. 165. Às 20,40 hs. ingressou nesta casa um Sr. todo encapotado, pois fazia muito frio, não tendo sido possível ao investigador tirar os seus traços cromáticos.

Às 22 horas o referido Sr. saiu, ainda encapotado, dirigindo-se para a rua Cachoeira, 499 – Vila – onde presumimos deve residir.

Pelo exposto, acreditamos que a pessoa objeto desta observação reside à r. Potiguares, No. 171 ou à r. Joaquim Carlos, 165, onde o investigador a deixou.

Saudações atenciosas.

O encarregado da seção de investigação de Ordem Social.

Carlos Marques”¹⁹⁰.

Após ter sido determinada a continuidade da observação em torno da “pessoa objeto” de “rosto avermelhado”, o investigador Aldo Nobis informou que viu, no dia 11 de setembro de 1941, os referidos adesivos colados em postes das ruas Cachoeira, altura do N°622 e Catumbi, altura do N°43-417. O fotógrafo da delegacia foi enviado ao local e fotografou o “delito”. Várias fotos encontram-se anexadas ao prontuário, somando-se às demais “provas” de um crime ainda desconhecido.

O Dr. Elpídio Reali informou que chegou, “de forma reservada”, ao seu conhecimento que “na Caixa Postal 195 encontra-se um novo pacote de jornais estrangeiros, anarquistas, endereçados a Manuel Vilar”¹⁹¹. No mesmo documento, datado de 20 de setembro de 1941, determina que seja mantida a observação à Caixa e que seja detida a pessoa que for retirar a correspondência.

O cumprimento da ordem de prisão foi descrita no relatório reservado número 102, que curiosamente não estava mais sob responsabilidade do investigador 919 e sim dos investigadores 829 e 917, Rui Manoel Sampaio Seabra e Manoel Inocência de Araújo, respectivamente. Somente no dia 1º de outubro de 1941, às 16 horas e 55 minutos, é que o “indivíduo de rosto avermelhado, bigodes loiros, que retirou no dia 5 de setembro passado um pacote da referida caixa”, recolheu dois pacotes que continham jornais.

Assim,

“os investigadores aproximaram-se do referido elemento e puderam verificar que os ditos jornais eram de fundo anárquico, motivo pelo qual, em cumprimento às ordens superiores, lhe deram voz de prisão (...) Em seguida os investigadores conduziram-no a esta delegacia e aqui verificamos tratar-se do antigo comunista Benedito Romano, que há muitos anos abandonou o Partido Comunista, para ligar-se aos anarquistas”¹⁹².

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

Com Benedito Romano foram apreendidos exemplares dos jornais *El Obrero Gráfico* (Argentina), *La Protesta* (Argentina), *Cultura Proletária* (Nova York, em espanhol) e *L'Adunata dei Refrattari* (Nova York, em italiano).

Acompanhado do escrivão da delegacia, o delegado Elpídio Reali realizou uma busca de apreensão na residência de Benedito Romano à rua Potiguares 171, com o intuito de encontrar “materiais de propaganda extremista” que possam ser “do interesse da justiça”. Foram encontrados e apreendidos diversos tipos de materiais de caráter anarquista, como livros, jornais, boletins e fotografias. Apenas uma parte encontra-se anexada ao prontuário.

Em poder de dezenas de publicações apreendidas na Caixa Postal e na casa de Benedito Romano, a polícia política deu largada à uma maratona de depoimentos, a fim de buscar que tipo de “criminoso” escondia-se por trás daquele “material subversivo”.

O primeiro a prestar declarações perante o delegado de ordem política e social foi justamente Benedito Romano, que na época contava com 29 anos de idade e declarou ser pedreiro e tecelão. Romano informou que entrou para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1931, abandonando suas fileiras em 1933, por não concordar com a postura das lideranças, que mandavam e desmandavam, além de receberem um salário vindo de Moscou para exercer suas funções. Afirmou que tornou-se anarquista pelo contato com militantes como Edgard Leuenroth, Hermínio Marcos, Pedro Catalo, Rodolfo Felipe, entre outros, na sede da Federação Operária de São Paulo, órgão que reunia diversos sindicatos de orientação anarquista. Disse ainda que na Federação não havia chefes, somente trabalhadores representantes de seus sindicatos, mas que não mandavam, pois entre os anarquistas cada um “governa-se *per si*”.

O “declarante” disse ainda que prestava auxílio ao periódico libertário *A Plebe*, fazendo o trabalho de empacotamento e distribuição, até o fechamento do jornal pela polícia. Segundo ele, “a divulgação das idéias” continuou somente através das publicações estrangeiras recebidas no endereço do jornal, a Caixa Postal 195. Benedito Romano era o responsável por recolher a correspondência que chegava, assim como de manter em dia o aluguel da Caixa, que era “paga semestralmente, com o dinheiro colhido entre todos simpatizantes”, não havendo um valor fixo, pois cada um colaborava de acordo com suas

possibilidades. Romano ainda comentou que a Caixa Postal 195 “está a serviço do anarquismo desde 1900”.

Uma breve pesquisa, utilizando outras fontes como suporte – bibliografia, jornais e outros prontuários – aponta mais algumas informações sobre a Caixa Postal 195. Esse endereço figurou como forma de contato com diversos jornais: *A Lanterna*, durante seus primeiros números e em sua segunda fase por volta da década de 1910; *A Plebe*, desde seu primeiro número, em 1917, até meados dos anos 1930; e *A Obra* na década de 1920, cujo redator foi Florentino de Carvalho. A Caixa Postal 195 era também o endereço da editora e distribuidora de livros *A Sementeira*, mantida por Rodolfo Felipe. A ampla difusão dessa direção aparece em listas de endereços de anarquistas do mundo inteiro como forma de se por em contato com os militantes brasileiros. Era também utilizado pela seção brasileira da Federação Anarquista Universal, e como Romano expôs em sua declaração, também era utilizado por diversos militantes para receber correspondência e materiais como jornais e revistas de cunho libertário.

Benedito Romano, ainda em seu depoimento, afirmou que até 1936, o responsável pela manutenção e recolhimento de cartas da Caixa era Rodolfo Felipe, editor d’*A Plebe*. Confirmou que retirou um pacote de jornais no dia 05 de setembro, mas que só os distribuiu a partir do dia seguinte, após voltar do trabalho. Não encontrou no pacote nenhum adesivo e afirmou estar surpreso em saber de tais adesivos afixados em postes da Light.

Quando questionado sobre a existência de um movimento anarquista no estado de São Paulo, afirmou não saber, pois não há uma coordenação que possa quantificar os militantes, como há no PCB. A atividade anarquista na época encontrava-se bem reduzida, pois avaliavam que aquele era um período de muita confusão social. Sobre as suas ligações com outros militantes, disse manter laços mais estreitos com Pedro Catalo e que conhece, mas não tem ligações diretas com Edgard Leuenroth ou Rodolfo Felipe. Distribui os jornais entre os amigos mais próximos que se encontram sempre no *Café São Paulo* na Praça da Sé ou no *Café Acadêmico* na rua Direita.

Aproveitou a oportunidade para discorrer sobre a “ideologia que abraçou”:

“O anarquismo, como seu próprio nome indica – an / arquia: não governo – não tem chefes. (...) Essa ideologia, nega por princípio a

existência da autoridade e do governo (...) Governar-se-á cada um *per si*, mas tudo no interesse da coletividade”¹⁹³.

Ressaltou também que as relações entre os anarquistas e os comunistas são as piores possíveis, senão nulas, devido a divergências ideológicas e de ação.

Em 20 de outubro de 1941 foi tomado o depoimento de Pedro Catalo, 41 anos, casado e sapateiro. Relatou que havia duas publicações, sendo *A Plebe*, dirigida por Rodolfo Felipe, de caráter anarquista e *A Lanterna*, dirigida por Edgard Leuenroth, de cunho anticlerical. Porém, com as medidas tomadas pela polícia em 1935, *A Plebe* teve sua redação fechada e nada se tem publicado desde então. Os jornais estrangeiros eram recebidos em caráter de permuta, mas mesmo com o fim do envio de jornais brasileiros, os mesmos continuavam chegando à Caixa Postal 195. O militante Benedito Romano ficou incumbido de receber as publicações e distribuir algumas entre os mais chegados, que tratariam de inutiliza-las, assim como acontecia com o restante do material. O declarante disse não manter atividade política e que desconhecia qualquer tipo de atividade em andamento. Catalo disse que utilizava o endereço da Caixa para receber correspondência pessoal de seu sobrinho e jornais estrangeiros “sem coloração política”. Porém recebia cartas de militantes estrangeiros que, segundo a polícia, o consideravam como um bem conhecido intelectual no meio anarquista. Explicou que a propaganda intelectual do anarquismo se faz pelas cartas e publicações entre vários países, “com exceção do Brasil, por isso não ser permitido pelas autoridades”. Pedro Catalo apresentou as cartas a fim de “ser sincero e leal” e prometeu não se corresponder com militantes estrangeiros por não ser “permitido pelas nossas leis”. Declarou ainda que dedicava-se a pequenos escritos de peças teatrais que sempre, quando encenadas obtinham o “competente visto da censura”. Desconhecia as atividades de Romano, o qual considerava “não propriamente um intelectual, mas um apaixonado”, ou de que havia algum anarquista em atividade. Nada sabia sobre os adesivos afixados nos postes da Light.

Rodolfo Felipe, pedreiro de 50 anos, declarou, no mesmo dia, que militou no anarquismo por 30 anos até que *A Plebe* foi fechada pela polícia, que até então tinha registro e era de publicação legal. Mantinha permuta com jornais estrangeiros para divulgar

¹⁹³ Idem.

e tomar conhecimento das atividades no país e no exterior. Tais jornais eram remetidos à Caixa Postal 195, alugada em nome d'*A Plebe*. Explicou que em 1909, ou antes, Edgard Leuenroth alugou essa caixa quando da publicação d'*A Lanterna*, que existiu até 1913. Manteve a assinatura em seu nome até a publicação d'*A Plebe* em 1917 e mesmo quando Edgard transferiu a direção do jornal para Felipe em 1922, não alterou seu nome junto aos Correios. Por ter se tornado um endereço muito conhecido, os jornais não cessaram de chegar. Desde 1935, após o fechamento d'*A Plebe*, não realizou nenhuma atividade anarquista e limitou-se a encontrar alguns velhos companheiros, entre os quais eram distribuídos os jornais recém-chegados. Segundo ele, cada um “age de *per si*”, não havendo direção ou supremacia de indivíduos e que “os elementos se relacionam entre si mais por um sentimento de afinidade pessoal do que propriamente por ordem doutrinária”. Nada soube sobre os boletins colados em postes pela cidade. Afastou-se de atividades políticas desde 1937, quando saiu do presídio Maria Zélia, onde esteve detido por suas “atividades anarquistas”.

Já aos 60 anos, o jornalista Edgard Leuenroth compareceu à Delegacia de Ordem Política e Social para depor acerca do caso envolvendo a Caixa Postal alugada em seu nome. Começou dizendo que se interessou por questões sociais em 1900 e tornou-se anarquista logo em seguida. Acentuou sua simpatia pelo movimento por meio da publicação do jornal *A Plebe*, o qual dirigiu até 1922, passando-o posteriormente às mãos de Rodolfo Felipe. Passou então a publicar *A Lanterna*, até outubro de 1935, quando da lei que proibiu a sua publicação pelas autoridades constituídas. Todos seus jornais sempre tiveram existência legal e eram registrados de acordo com a lei de imprensa. Desde 1938 deixou de exercer qualquer atividade ligada ao “ideal”, até mesmo parando de proferir palestras sobre questões sociais em agrupações sindicais e literárias. Na época era diretor da Associação Paulista de Imprensa e membro da Associação Paulista de Propaganda, únicos grupos a que ainda dedicava vida associativa. Edgard Leuenroth confirmou a história contada pelos demais declarantes. Disse ainda que a Caixa Postal era d'*A Plebe*; que sempre receberam jornais estrangeiros a título de permuta; que desconhecia se ainda chegavam correspondências ao endereço; que conhecia Benedito Romano, um “moço distinto e trabalhador”. Ressaltou que as leis vigentes não permitiam difundir qualquer tipo

de material de caráter político-social e que evitava encontrar-se com velhos companheiros como Pedro Catalo e Rodolfo Felipe, para que esses encontros não tivessem uma interpretação dúbia. Concluiu dizendo que não sabe porque a Caixa ainda figura em seu nome, talvez por ser longo o processo de transferência e que desconhece qualquer atividade de cunho libertário na capital.

Entre os depoimentos encontram-se também declarações dos dois investigadores que detiveram Benedito Romano, tendo ambos apenas confirmado a história envolvendo a observação da Caixa Postal. Também se tomou declaração das pessoas que moram nos endereços em que Romano foi no dia 05 de setembro, depois da retirada do pacote, que afirmaram simplesmente desconhece-lo.

Todo o primeiro volume do prontuário de Benedito Romano no DEOPS trata do caso da Caixa Postal 195, sendo o mesmo encerrado com a seguinte frase:

“Este cartório desconhece o motivo da paralisação deste inquirito, cujo despacho último, datado de 1º de setembro de 1941, sem assinatura, aliás, não foi devidamente cumprido, indo inclusos à autoridade processante”¹⁹⁴.

Já no segundo volume podemos encontrar mais pistas sobre Romano, que podem desvendar qual foi, enfim, o “crime” cometido pelo mesmo.

Segundo sua Ficha de Identificação¹⁹⁵, Benedito Romano voltou a ser detido em janeiro de 1944, tendo na ocasião declarado já “ter sido preso há mais ou menos 2 anos por receber jornais”. É possível encontrar diversas Fichas de Identificação e Datiloscópicas de Benedito Romano, sendo que cada uma corresponde a uma detenção. Em uma delas declara ter sido “preso por esse mesmo motivo 4 vezes”. Ainda acabou detido outras vezes, por organizar um abaixo-assinado e uma paralisação na fábrica de tecidos Artex em 1944 e por distribuir boletins comunistas nos idos de 1931. Em resumo, Benedito Romano foi preso nas seguintes datas: 09 de outubro de 1931, 28 de novembro de 1931, 18 de novembro de 1933, 11 de junho de 1934, 11 de dezembro de 1934, 01 de outubro de 1941 e 08 de janeiro de 1944.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Folha 30, Prontuário DEOPS-SP nº1262 – Benedito Romano.

Num relatório encontramos a seguinte descrição:

“Benedito Romano é o elemento exaltado de todos os tempos (...) apontado como elemento comunista e anarquista”.¹⁹⁶

Mas enfim, qual é a verdadeira acusação contra Romano? Qual foi o “crime” cometido para que tenha sido perseguido e detido por tantas vezes pela polícia política? Retirar jornais anarquistas recebidos na Caixa Postal 195 seria a resposta?

Livros anarquistas: a preocupação com a leitura

No prontuário de Benedito Romano não há só jornais apreendidos. Foram anexados vários livros também, que, aparentemente, preocupavam as autoridades. Maria Luiza Tucci Carneiro dedicou-se a entender a censura no Brasil, tendo como *corpus* documental os prontuários do Arquivo DEOPS. Em *Livros Proibidos, Idéias Malditas*¹⁹⁷, traçou um perfil dos intelectuais e dos livros vigiados e proibidos pela polícia política, partindo de um resgate histórico da censura, desde os tempos da inquisição, passando pelos autores iluministas, chegando às repúblicas modernas e enfatizando o papel da censura nos regimes totalitários vividos já no século XX. Sua pesquisa apresenta todo o rol de intelectuais que sofreram a perseguição por parte do aparelho estatal, independente de seus matizes ideológicos, entendendo a dissidência vista pelos olhos dos agentes do DEOPS. As diversas forças políticas em disputa durante o regime de Vargas, anarquistas, comunistas, trotskistas, integralistas, nazistas, e muitas outras, foram vítimas do braço de ferro de um Estado que ansiava por controlar a sociedade de tal maneira que as leituras do povo eram uma constante ameaça à sua estabilidade. Por dedicar-se amplamente à censura durante o período Vargas, Tucci Carneiro proporciona uma visão geral dos processos movidos contra leitores, escritores, gráficas e editoras no Brasil. Justamente por seu caráter amplo, creio não ter sido possível uma aproximação que possibilitasse uma análise mais aprofundada de cada uma dessas correntes e de sua produção editorial. No intuito de vir a somar-se a esse

¹⁹⁶ Folha 15, Prontuário DEOPS-SP nº1262 – Benedito Romano.

¹⁹⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*, Cotia, Ateliê, 2002.

esforço de compreensão de como se procedia a censura aos livros, dedicaremos alguma atenção aos livros anarquistas apreendidos pelo DEOPS.

Dentre as publicações confiscadas pelos investigadores encontram-se muitos livros apreendidos durante as diligências realizadas, sendo que parte deles estão anexadas aos prontuários policiais. Na edição dos *Inventários DEOPS* dedicada aos anarquistas¹⁹⁸ podemos encontrar arroladas algumas referências a essas apreensões e a esses livros, porém pretendemos dedicar algumas páginas a fim de contextualizar tais apreensões e descrever um pouco o conteúdo de alguns “livros proibidos”.

Num documento apreendido pelo DEOPS podemos ler:

“Foi com o aparecimento do livro que a noite tenebrosa dos mil anos desapareceu. E será pelo livro que a Humanidade toda há-de abraçar-se um dia, no mais puro idealismo de Amor e Saber”¹⁹⁹.

Esse é um trecho do texto que vem em destaque no “catálogo de propaganda dos bons livros” de *A Sementeira*, editora paulistana cujo gerente era Rodolfo Felipe. Ao lado do próprio nome da editora figuram dois desenhos com legendas que servem como uma espécie de explicação do nome *A Sementeira*.



¹⁹⁸ PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela Liberdade: O Movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS-SP (1924-1945)*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

¹⁹⁹ Doc.03, Prontuário DEOPS-SP no. 3753 – João Alves Cortez Valente. Há também uma cópia no Prontuário DEOPS-SP no. 581 – Delegacia de Polícia de Jundiá.

Nesse catálogo, apreendido pela polícia, podemos ter uma visão do tipo de leitura que interessava aos anarquistas e àqueles que, de certa maneira, simpatizavam com esse ideal. O catálogo é dividido em seções, por áreas de interesse ou por escolas literárias. Logo na primeira página consta a “Literatura Brasileira”, representada pelos autores Afonso Schmidt, Vicente de Carvalho, Paulo Torres, Belmonte, Antônio Celestino, Bernardo Guimarães e José de Alencar. Há um texto explicativo sobre a seleção dos poucos títulos à venda:

“Embora ainda pobre como romance ou novela social, na literatura já se destacam ótimos livros firmados por penas valorosas. Somente agora, após a revolução de 30 é que os problemas sociais estão apaixonando nossos homens de letras, o que faz prever que dentro em breve teremos um grosso cabedal literário no terreno das concepções modernas da filosofia e da ciência”.

De Afonso Schmidt, o catálogo oferece o livro “Pirapora”, composto por cinco contos muito elogiados pelo editor, considerados como verdadeiras “jóias da literatura rebelde e social”. Schmidt, provavelmente, foi o escritor nacional mais lido e respeitado entre os libertários da época.

A polícia guardou um recorte de jornal onde é noticiada uma festa em homenagem à Afonso Schmidt, promovida em março de 1933 por seus “amigos e admiradores”, na ocasião do lançamento do referido livro *Pirapora*. A reunião aconteceu no sítio de José Gavronski no subúrbio da cidade e contou com a presença de Maria Lacerda de Moura, Galeão Coutinho, Mamede Freire e Aplecina do Carmo como oradores, além de apresentação musical da pianista Marinha Porto e da cantora Gauthier Gonçalves, recital com poesias do homenageado por Jurema Santos Gavronski e uma orquestra com 30 músicos. Em relatório reservado, o investigador Mário de Souza relata que “no almoço que foi oferecido ao jornalista Afonso Schmidt em Carvalho de Araújo²⁰⁰, só compareceram

²⁰⁰ Carvalho de Araújo era uma estação de trem na região leste da capital paulista, fundada em 1875, com o nome de Lajeado, pela E. F. do Norte. Nos anos 30, o nome foi alterado para Carvalho de Araújo, homenageando um diretor da Central, João Carvalho de Araújo. O nome de Carvalho de Araújo teria sido alterado para Guaianazes em novembro de 1943. Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/guaianazes.htm>. Acesso em 20/05/2005.

elementos extremistas”²⁰¹, o que corrobora que muitos infiltrados tinham livre circulação, mesmo em espaços mais reservados, como a referida festa. Aqui também notamos as opiniões pessoais do observador e sua tentativa de fazer acusações graves, que acabou tornando-se quase que uma piada, devido às expressões que o mesmo se utiliza:

“O ágape foi realizado em plena desordem, pois, que ao invés de se servirem nas mesas, iam para a cozinha e comiam como se fosse uma cachorrada faminta”²⁰².

Mesmo que Afonso Schmidt tenha passado para as fileiras comunistas na década de 1920 e delas tenha sido expulso posteriormente, os anarquistas continuavam considerando-o um boêmio e um libertário, reflexo que tinham seus escritos e em especial o caráter libertário de seus personagens. Edgar Rodrigues crê que “não tinha perdido o hábito de falar libertariamente” quando de seu discurso durante a reunião em Carvalho de Araújo, onde fez uma “confissão de fé pacifista”²⁰³.

Dentre os demais livros de literatura brasileira anunciados estão dois de poesias, sendo um de Vicente de Carvalho, parnasiano e republicano santista, e outro de Paulo Torres, jornalista que iniciou Lívio Abramo no ofício e que preocupava-se sempre em incluir questões sociais e colocar a classe trabalhadora como protagonista em seus escritos.

Há ainda duas comédias de crítica aos costumes. Uma delas é de autoria de Antonio Celestino, provavelmente de cunho anti-clerical, levando em conta o pequeno resumo que é apresentado, e a outra é intitulada “Assim falou Juca Pato” de Belmonte, numa nítida alusão a Nietzsche.

Belmonte foi um famoso cartunista paulista que criou o personagem Juca Pato, personificando e ironizando as camadas médias paulistanas, com suas preocupações econômicas e políticas, que sempre “levava na cabeça”, motivo pelo qual Juca era careca. Tecendo duras críticas aos governos e poderosos, Belmonte não perdoava as arbitrariedades de Getúlio Vargas, nem o avanço nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Influenciado pela leitura de autores como Eça de Queiroz, Schopenhauer e, é claro, Nietzsche, o cartunista afirmava que “o artista tem que viver entre o povo, embora não deva fazer

²⁰¹ Doc 18, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

²⁰² Idem.

²⁰³ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.1*, Rio de Janeiro, VJR, 1994, p. 49.



concessões à popularidade”, acrescentando que não se deve criar uma aristocracia artística e que a arte deve ser entendida por todos. Talvez por suas duras críticas à elite e às arbitrariedades dos governos, através de charges que ridicularizavam a “classe média paulistana” e, em especial, a figura de Getúlio Vargas, os anarquistas, que sempre foram simpáticos à sátira como meio de crítica, tivessem interesse pelo personagem de Belmonte²⁰⁴.

E finalmente figuram dois autores “consagrados”. O primeiro deles é Bernardo Guimarães com sua novela *O Seminarista*, publicado em 1872. Bernardo Joaquim da Silva Guimarães nasceu em Ouro Preto em 15 de agosto de 1825 e faleceu em 10 de março de 1884 na mesma localidade. Tornou-se

famoso por ser autor de *A Escrava Isaura*, romance escrito em 1875. A simpatia que possivelmente despertava entre os libertários era devido à sua vida boêmia, mas principalmente por ter decretado a absolvição e a liberdade de todos os presos da cidade, quando exerceu a função de juiz em Catalão, estado de Goiás. O livro à venda por Rodolfo Felipe narra a trajetória de um rapaz obrigado pela família a ser padre, tendo que abandonar sua amada, por acreditar que ela teria se casado. Ao deixar o seminário, o protagonista vê que ela não havia se casado e não resiste à sedução da mulher e ao amor que sente por ela. Após a morte da amada, o padre enlouquece. A certa altura do livro podemos ler:

"A educação claustral é triste em si e em suas conseqüências; e o regime monacal, que se observa nos seminários, é mais próprio para formar ursos do que homens sociais. Dir-se-ia que o devotismo austero, a que vivem

²⁰⁴ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/belmonte.htm>. Acesso em 14/11/2004.

sujeitos os educandos, abafa e comprime, com as suas asas lóbregas e geladas, naquelas almas ternas, todas as manifestações espontâneas do espírito, todos os vôos da imaginação, todas as expansões afetuosas do coração. O rapaz que sai de um seminário, depois de ter estado ali alguns anos, faz na sociedade a figura de um idiota. Desazado, tolhido e desconfiado, por mais inteligente e instruído que seja, não sabe dizer duas palavras com acerto e discrição, e muito menos com graça e afabilidade. E, se acaso o moço é tímido e acanhado por natureza, acontece, muitas vezes, ficar perdido para sempre"²⁰⁵.

A dura crítica ao autoritarismo familiar e ao celibato, assim como à igreja feita por Bernardo Guimarães, foi o motivo pelo qual seu livro foi incluso nas recomendações da editora anarquista.

Já o livro *O Guarani* do escritor romântico José de Alencar necessita uma análise mais acurada para traçar os possíveis paralelos com as idéias libertárias. Sabemos que já em 1904, como observa Francisco Foot Hardman²⁰⁶, o jornal *O Amigo do Povo* oferecia como um dos prêmios das rifas beneficentes ao periódico, entre outros materiais doados, o livro *Lucíola*, de José de Alencar.

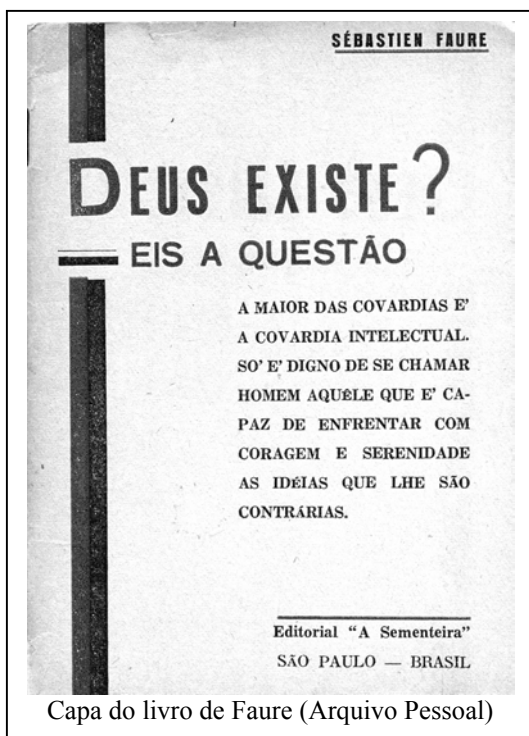
Assim, o catálogo prossegue recomendando autores da literatura russa, como Dostoievski, Tolstoi, Tchecov, Turgueniev, Andreiev e Gorki, sendo que cada qual ao seu estilo leva “luz aos corações embrutecidos pela escravidão, descobrindo forças latentes e em estado embrionário nas criaturas torturadas pelas algemas”. A atração dos anarquistas pelos escritores russos pode ser de óbvia explicação, levando em conta o papel que eles tiveram nas práticas revolucionárias em seu país, a fim de derrubar “o maior e mais tirânico dos impérios absolutistas dos tempos modernos”. Da literatura francesa encontram-se à venda livros de Voltaire, Victor Hugo, Lamartine, Emile Zola, Balzac e Maupassant, todos muito recomendados pelas suas qualidades literárias e pelos retratos de uma época de efervescência ocorrida na França. As obras para crianças também se faziam presentes numa seção intitulada “Leitura Infantil e Amena”. Monteiro Lobato e Lewis Carroll representavam

²⁰⁵ <http://www.geocities.com/paulopes.geo/oseminarista.doc>, p. 26. Download em 07/11/2004.

²⁰⁶ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria Nem Patrão*, São Paulo, UNESP, 2002, p. 319.

a primeira e os livros de Mendes Fradique e Euclides de Andrade, a segunda. Assim, podemos perceber a diversidade de estilos e de cores dos autores ficcionais indicados e distribuídos pelo catálogo de Rodolfo Felipe.

Num limiar entre a ficção e a obra de propaganda, encontram-se alguns livros classificados como “Teatro Social”: *O Semeador* de Avelino Foscolo, *Greve de Inquilinos* de Neno Vasco, *Electra* de Peres Galdós e *O Vagabundo*, de M. Larangeira. Era muito freqüente a representação de peças teatrais de cunho social em festivais beneficentes organizados pelos libertários²⁰⁷, que serviam tanto para arrecadar fundos para as publicações, sindicatos ou projetos e comitês específicos, como para divulgar o ideal e proporcionar momentos de lazer para os trabalhadores.



Capa do livro de Faure (Arquivo Pessoal)

Porém, a maior parte do catálogo dedica-se a expor obras não-ficcionais e de caráter científico e doutrinário. Na seção “Religião e Anticlericalismo” destaca-se a obra de Benjamin Motta, *A razão contra a fé*. Outros seis títulos são oferecidos, todos atacando o catolicismo em suas práticas – padres, milagres, influência política – ou em seus preceitos. Em destaque, na mesma página, há o anúncio de dois futuros lançamentos: *A Confissão*, “folheto de combate anticlerical” compilado por Edgard Leuenroth²⁰⁸ e *Doze Provas da Inexistência de Deus*, de Sébastien Faure, que foi uma das mais polêmicas e mais populares obras desse autor anarquista. Essas publicações e o anúncio do

²⁰⁷ Sobre teatro libertário HARDMAN, Op.cit.; RODRIGUES, Edgar. *O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1992; e VARGAS, Maria Thereza (org.). *Teatro Operário na Cidade de São Paulo*, São Paulo, IDART, 1980.

²⁰⁸ Nunca publicado.

periódico *A Lanterna* estampado no catálogo de *A Sementeira* atestam os estreitos laços entre os anarquistas e os anticlericais em São Paulo, que mantinham contatos e realizavam festivais e publicações em parceria.

O opúsculo *Doze Provas da Inexistência de Deus* teve sua primeira edição no Brasil, conforme Adelaide Gonçalves e Jorge Silva²⁰⁹, justamente em 1934, lançada pela editora *A Sementeira*. Foi identificada uma nova edição ainda na década de 1930, sob um novo título: *Deus Existe? Eis a Questão*, pela mesma editora. Já na década de 1950 a Editora Germinal do Rio de Janeiro o reedita sob o título *Provas da Inexistência de Deus*. Mais recentemente soubemos de duas novas edições: em 1996 uma brochura pela Editora Lumpem e há poucos anos pela Editora Achiamé, ambas do Rio de Janeiro. A novidade da obra de Faure é sua crítica atéia, superando um certo agnosticismo vigente entre os anticlericais – e até entre muitos anarquistas – e atacando o “Deus” das religiões para o qual os crentes rezam, utilizando-se das próprias crenças dos deístas como ponto de partida para sua contestação. E Sebastien Faure pode tratar desse tema com a propriedade de poucos, pois aos 17 anos tornou-se noviço por convite dos padres jesuítas do colégio em que estudava, que viram nele a vocação para o “caminho de Deus”. Após a morte do pai, abandona a vida religiosa para sustentar sua família. Aos poucos torna-se ateu fervoroso e adepto do anarquismo, ideais pelos quais militou até sua morte em 1942.

Também de autoria de Sebastien Faure, constava, em destaque na primeira página do catálogo, o livro *A Dor Universal*²¹⁰, uma obra que deveria ser lida “por todas as pessoas que se interessam pela solução da questão social, sob um ponto de vista humano”. O livro à venda destaca o prefácio de José Oiticica, que apresenta a obra “sob um ponto de vista anarquista”. Para muitos, *A Dor Universal* figura ao lado de *A Conquista do Pão* de Kropotkin, como uma das melhores obras de propaganda do anarquismo, fazendo com que

²⁰⁹ GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. *A Bibliografia Libertária – O Anarquismo em Língua Portuguesa*, São Paulo, Imaginário, 2001.

²¹⁰ No levantamento realizado por Adelaide Gonçalves e Jorge E. Silva não consta a publicação de *A Dor Universal* no Brasil. Foi possível identificar uma edição em português com as mesmas características apontadas no catálogo de *A Sementeira*, porém lançada por Edições America Latina, de Buenos Aires, com tradução de J. Monteiro e o prefácio de José Oiticica. GONÇALVES e SILVA, Op.cit.

o leitor compreenda e sinta “quão belo e puro é o ideal libertário”, sendo “capaz de convencer os corações mais duros”²¹¹.

Outros destaques do catálogo são dois livros de José Carlos Boscolo, *A Dor Anônima* e *Verdades Sociais*. O segundo, em edição de 150 páginas da própria *A Sementeira*, é uma espécie de autobiografia seguida de um auto de fé do anarquismo, onde o autor relata suas observações desde menino e, posteriormente, passa a desenvolver teoricamente as idéias dos principais autores anarquistas – Bakunin, Kropotkin, Gori, Ferrer, Malato, entre outros. Um dos capítulos se intitula, curiosamente, “Proletocultura”, termo definido por Boscolo em artigos do jornal *O Combate* por volta de 1929, que pode ser visto como uma alternativa dos trabalhadores à cultura educada e burguesa. Segundo Edgar Rodrigues, foram queimados pela polícia 400 exemplares do livro *A Dor Anônima*²¹² na década de 1930.

Na seção “Livros de Cultura Sexual” estão listados diversas obras escritas por “doutores” que versam na sua maioria sobre liberdade sexual e sobre aspectos físicos e biológicos da prática do sexo. Os anarquistas sempre foram vistos como muito “liberais” na questão sexual e no papel da mulher na sociedade por quebrarem tabus característicos da sociedade conservadora-católica. Há ainda dois livros de Fábio Luz Filho, classificados na seção “Sobre Cooperativismo”. O autor era filho do anarquista Fábio Luz e é considerado “o pai do cooperativismo” no Brasil pelos seus 35 anos dedicados ao tema, seja através de seus inúmeros livros, seja por sua atuação no setor de cooperativas do Ministério da Agricultura. Talvez por ser defensor da redistribuição da terra e da reforma agrária – contrariando os interesses dos latifundiários – e por incluir em seus livros relatos sobre os *kibbutzim*, *kolkoz*es e *sovkoz*es, assim como experiências cooperativas nacionais, esteja entre as recomendações de leituras para os libertários. Também, na mesma página, se anunciou o livro *Cimento*, do escritor russo Fedor Gladkow que “em suas 400 páginas nos faz viver dias de glória e de amargura pelo qual tem passado o povo russo depois da revolução bolchevista”, ou seja, o livro, possivelmente, é uma crítica à burocracia revolucionária instalada na Rússia após 1917.

²¹¹ Nota do Editor em FAURE, Sebastien. *Deus Existe? Eis a Questão*, São Paulo, A Sementeira, s/d.

²¹² RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.3*, Florianópolis, Insular, 1997, p. 156.

Na seção “Obras de Ciência e Filosofia” há livros de Oscar Wilde, Friedrich Nietzsche, Max Nordau, Charles Darwin e José Ingenieros. Os temas recorrentes são as teorias da evolução do homem e análises psicológicas e filosóficas do comportamento humano. A presença de Wilde e Nietzsche é de fácil compreensão, pois ambos são considerados pensadores antiautoritários, o primeiro por sua “alma libertária” e o segundo por sua aguda iconoclastia, e sempre tiveram ampla difusão no meio anarquista, em especial entre os individualistas. As teorias evolucionistas e positivistas também sempre se fizeram presentes no meio libertário, aqui representadas por Darwin. Um livro de Max Nordau, *Paradoxos*, ganhou destaque por ser “demolidor dos preconceitos sociais”. O espanto pode ficar por conta da venda de sete títulos diferentes do professor e criminologista argentino José Ingenieros que foi, segundo Alexandre Samis²¹³, amplamente difundido nos meios intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX, mesmo nos círculos socialistas. Em seus estudos sobre criminologia, inspirados em Lombroso, não demonstrava simpatias pelo anarquismo, chegando a fazer uma classificação dos tipos anarquistas, sempre buscando explicações biológicas, psicológicas e individuais para a explicação de um delito.

As “Obras de Maria Lacerda de Moura” estão destacadas por letras maiores e em negrito. No catálogo são oferecidos, seguidos de uma breve descrição do conteúdo, os seguintes títulos da autora: *Civilização: Tronco de Escravos*, *Amai...e não vos Multipliqueis*, *A Mulher é uma Degenerada*, *Han Ryner o Amor Plural* e *Serviço Militar para Mulheres? Recuso-me! Denuncio!*, este último lançado pela própria editora de Rodolfo Felipe.

Porém, a seção onde se concentram os escritos mais declaradamente anarquistas é a da “Coleção Sociológica”. Dois dos principais livros de propaganda do anarquismo, são oferecidos ao leitor de língua portuguesa: *O Anarquismo* e *A Conquista do Pão* – este último disponível também em língua italiana. Ambos são de autoria de Kropotkin e são tidos como leituras de iniciação às idéias anarquistas, devido à sua simplicidade lingüística e de apresentação dos temas, mas também por sua profundidade filosófica irretocável e completo domínio do assunto, apresentado de forma clara e apaixonada. Possivelmente *A*

²¹³ SAMIS, Op.cit., p. 46-49.

Conquista do Pão foi a obra mais lida entre os militantes. São muitos os que atestam a essa leitura o seu primeiro contato e a sua introdução às práticas anarquistas ou, pelo menos, sua simpatia pelo ideal professado por Kropotkin. O pesquisador social Edgar Rodrigues, por exemplo, em entrevista a Jorge E. Silva afirmou:

“(...) Juntei uns tostões e comprei meus primeiros livros: *A Velhice do Padre Eterno* do poeta Guerra Junqueiro e *A Conquista do Pão* de Pedro Kropotkin”²¹⁴.

O alcance das obras de Kropotkin nas primeiras três décadas do século XX foi enorme. A polícia política relatou a apreensão de um exemplar de *La Conquista Del Pan* na residência do “doutor” Raul Mendes de Castilho Brandão na cidade de Presidente Prudente junto com alguns outros títulos de orientação comunista. O referido doutor era um médico muito prestigiado na cidade e declarou à polícia não saber como aquele título estava entre os seus livros²¹⁵. O jornalista Victor de Azevedo Pinheiro, um dos processados após as rebeliões de novembro de 1935, considerado “trotskista” pela polícia política, teve sua biblioteca apreendida. Em meio a dezenas de livros de autores comunistas, como Marx, Lênin, Trotsky, Bukharin e outros, destoa o exemplar de *A Grande Revolução* do anarquista Kropotkin²¹⁶.

Dois livros de Florentino de Carvalho, mais um autor anarquista fichado pelo DEOPS²¹⁷, apareciam no catálogo: *Da Escravidão à Liberdade* e *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo*. Também de um anarquista brasileiro, é anunciado o futuro lançamento de *Quem não Trabalha, não Come* de Adelino Pinho, um dos editores d’*A Plebe* sob constante vigilância policial. No catálogo ainda consta que o livro *Rimas e Cantigas* de Carlos Bacelar encontrava-se “no prelo”.

Na mesma medida em que os periódicos anarquistas costumavam anunciar em suas páginas livros à venda, *A Sementeira* incluiu um convite à assinatura dos jornais *A Plebe* e *A Lanterna* de São Paulo e da revista argentina *Nervio*.

²¹⁴ <http://www.agrorede.org.br/ceca/edgar/ENTRER.htm>. Acesso em 05/05/2003.

²¹⁵ Doc. 2, Prontuário DEOPS-SP no. 3038 – Raul Mendes de Castilho Brandão.

²¹⁶ Doc. 5, Prontuário DEOPS-SP no. 441 – Victor de Azevedo Pinheiro (volume 1).

²¹⁷ Prontuário DEOPS-SP no. 144 – Florentino de Carvalho.

Porém, dessa seção, dois livros merecem destaque, por termos encontrado exemplares dos mesmos anexados aos prontuários policiais: *Anarquismo Libertário e Revisionismo Autoritário* de Errico Malatesta²¹⁸ e *Poesias e Hinos Libertários*, uma coletânea de diversos autores – ambos publicados pela *A Sementeira*.

Identificamos quatro exemplares do livreto de Malatesta apreendidos pela polícia e anexados aos prontuários. Um deles foi confiscado de Benedito Romano, durante o episódio em torno da Caixa Postal 195. Há um junto ao prontuário da FOSP. Outro está guardado junto à cópia de *O Trabalhador* de 1º. de maio de 1932 apreendido com Felix Zirolia, já citado anteriormente. O último deles está anexado ao prontuário de Lívio Abramo, que era neto de um anarquista e chegou a ilustrar jornais libertários na década de 1920. As relações de Lívio com o movimento anarquista não são claras. Sabemos que ele ilustrou várias edições dos *Quaderni della Liberta*, editados por Alessandro Cerchiai e Nino Daniele, inclusive aquele de autoria de Giovanni Rossi sobre a Colônia Cecília²¹⁹. Além disso, houve durante algum tempo uma aproximação entre anarquistas e artistas de esquerda, talvez devido à colaboração de várias correntes políticas unidas com o intuito de combater o fascismo e o integralismo, formando a Frente Única Antifascista, ou por um interesse em comum quanto às atividades artísticas, mais especialmente, a pintura e o teatro social. Sabemos que a presença de membros do Clube dos Artistas Modernos em conferências libertárias era comum, como atesta a cópia do relatório de investigação produzido pelo agente Guarany, onde o mesmo afirma que durante conferência de Florentino de Carvalho na sede do Centro de Cultura Social, notou a presença de Tarsila do Amaral na platéia²²⁰.

No livreto de 24 páginas de Malatesta lê-se que “o produto da venda deste folheto reverterá em benefício da publicação do opúsculo ‘A Caminho do Anarquismo’ de Eduardo Milano”

²¹⁸ Recentemente reeditado por uma pequena editora independente de São Paulo, após ter sido encontrado um exemplar junto ao prontuário da FOSP: MALATESTA, Errico. *Anarquismo Libertário e Revisionismo Autoritário*, São Paulo, Index Librorum Prohibitorum, 2000.

²¹⁹ ROSSI, Giovanni. *Un episodio d'amore libero nella Colonia Cecilia*, São Paulo, Quaderni della Liberta, s/d.

²²⁰ s/Doc, Prontuário DEOPS-SP no. 144 – Florentino de Carvalho.

O conteúdo do livreto pode ser compreendido a partir da seguinte pergunta proposta pelo autor: “Podem os anarquistas, sem cessar de serem tais, conceber um governo que não tenha a significação antilibertária do solícito governo?”. A resposta a essa essencial pergunta que compõe o cerne do opúsculo de Malatesta, opondo-se aos revisionistas, que propunham uma espécie de “governo anarquista”, é enfática: “sim”. Mas em seguida acrescenta, que “sim” somente se mudarmos, por exemplo, a “significação da palavra carrasco” concebendo-o como uma “alma boa e sensível que não faria mal nem às moscas” ou então se a palavra “cadeira” passasse a significar lâmpada elétrica, assim poderíamos acreditar que “uma cadeira (...) faça luz”. Essa polêmica se deu através das páginas do periódico *L'Adunata dei Refrattari*, pouco antes da morte de Malatesta.

Também publicado pela *A Sementeira*, encontramos duas cópias do livro *Alforria Final – Os Objetivos da Revolução Social Libertária* de Diego Abad de Santillán, que foi lançado posteriormente ao catálogo apreendido pela polícia. Um deles encontra-se no prontuário de Benedito Romano e o outro no de Gabriel de Carvalho²²¹, que teria sido apreendido na casa de José Lourenço, companheiro de trabalho de Gabriel nos Correios. A intenção de Rodolfo Felipe era publicar um livro por mês, porém tal projeto não se concretizou.

Outro livreto, curiosamente anunciado na “Coleção Sociológica” do catálogo da editora de Rodolfo Felipe, que encontramos apreendido, *Poesias e Hinos Libertários* de 1933, foi lançado por *A Sementeira* e está anexado, entre muitas outras publicações anarquistas, também no prontuário destinado a Benedito Romano. Acreditamos que cabe analisar conjuntamente todos os livros apreendidos que carregam a mesma proposta: imprimir e distribuir hinos e poesias anarquistas. Assim, nesse contexto, três desses livretos chamaram nossa atenção em meio a tantos outros documentos apreendidos. No prontuário da Federação Operária de São Paulo – FOSP – encontram-se confiscadas duas dessas publicações: *Hinos Libertários*, editado no Rio de Janeiro em 1921 – encontrado também no prontuário de Salvador de Matteo²²², em péssimas condições; e *Hymnos e Cânticos Libertários e Indicador das Associações Operárias*, também editado no Rio de Janeiro, no

²²¹ Prontuário DEOPS-SP no. 2894 – Gabriel de Carvalho.

²²² Prontuário DEOPS-SP no. 1283 – Salvador de Matteo.

ano de 1923. O terceiro livreto é o referido *Poesias e Hinos Libertários*. Talvez essas obras possam servir para lançar luz sobre alguns pontos ainda não explorados da cultura anarquista, que insistiu em continuar ativa, mesmo após a decretação de sua morte por parte da historiografia sobre o anarquismo no Brasil. Os pontos de intersecção entre a literatura – ficcional ou doutrinária – e a música podem colaborar para compreender a difícil divisão existente entre os campos da política e do lazer entre os libertários em São Paulo.

Dentre os três opúsculos citados alguns hinos repetem-se, o que é um indicador de sua ampla divulgação entre os libertários ainda nas décadas de 1920 e 1930. A letra que abre todos os livretos é *A Internacional*, possivelmente o hino operário mais conhecido do mundo, escrito em 1871 (em francês) por Eugène Pottier, logo após a intensa repressão à Comuna de Paris, mas só publicado em 1887. A composição da música é atribuída a Pierre Degeyter. Foi executada pela primeira vez somente em julho de 1888, oito meses após a morte de Pottier. Há traduções de *A Internacional* para dezenas de línguas, entre elas, para o português, consolidada por Neno Vasco, pseudônimo do anarquista português Gregório Nanianzeno Moreira de Queiroz Vasconcelos, editor dos jornais *O Amigo do Povo* e *A Terra Livre*²²³. Os investigadores do DEOPS demonstraram sua preocupação em relação a esse hino em alguns de seus relatórios, que também revelam o alcance e a divulgação que ele tinha no seio do movimento operário. Um relatório reservado de 11 de junho de 1934 reporta a vigilância a alguns operários – dentre eles, Benedito Romano – que ensaiavam a encenação da peça “Ao Relento”, de Afonso Schmidt, e cantavam *A Internacional*. Em novembro de 1933, após uma “conferência anti-integralista” no Salão das Classes Laboriosas, um grupo de militantes anarquistas e trotskistas que formavam o *Comité Antifascista* saiu em marcha entoando *A Internacional*. Durante o Congresso de Sociologia realizado em 1933 a canção foi entoada como forma de protesto contra a xenofobia expressada por um dos oradores, simbolizando o internacionalismo e o desprezo que os

²²³ Para saber sobre neno Vasco ver RODRIGUES, Edgar. *Os Libertários*, Rio de Janeiro, VJR, 1993 e SAMIS, Alexandre. "Uma Fracção da Barricada: Neno Vasco e os grupos anarquistas no Brasil e Portugal", *SOCIUS*, no. 1, 2004 - <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/wp/wp200401.pdf>. Download em 02/01/2005. Alexandre Samis atualmente desenvolve pesquisa de doutorado sobre Neno Vasco.

operários anarquistas e comunistas presentes tinham pelas divisões nacionais e pelo patriotismo²²⁴.

Outro hino que aparece nos livretos é *Filhos do Povo*, muito divulgado nos meios libertários do mundo inteiro. *Hijos del Pueblo* foi, supostamente, composto por um diretor de banda militar de Barcelona e ganhou o primeiro prêmio no concurso de Música Revolucionaria em Réus, pela seção aderida à Primeira Internacional. Há duas traduções de sua letra para o português, uma feita pelo próprio Neno Vasco e outra por Arsênio Palácios. Seu refrão é um chamado para a ação: “Levanta-te, povo leal, / Ao grito de Revolução Social!”.

Entre as duas referidas edições cariocas constam algumas diferenças. Na de 1921 constam sete letras de hinos distribuídas em doze páginas, na maioria traduções a partir de um original estrangeiro. Já no livreto editado em 1923 constam, em 26 páginas, doze letras ao todo, incluindo cânticos de origem nacional e destinados ao público brasileiro, como por exemplo, *Sertanejo Rebelde* e *Nhô-Procópio Pacifista*. Há também uma lista de endereços de diversas associações operárias atuantes no Rio de Janeiro.

Publicado em 1933, pela *Editorial A Sementeira* de Rodolfo Felipe, como uma brochura de 20 páginas vendida a um preço módico, *Poesias e Hinos Libertários* contém, além dos já citados *A Internacional* e *Filhos do Povo*, uma versão para o português – novamente produzida por Neno Vasco – do hino *Primeiro de Maio*, composto originalmente em italiano pelo advogado e militante anarquista Pietro Gori. *Inno del Primo Maggio* é para ser cantado sobre o coro de “Va, pensiero”, da ópera de Giuseppe Verdi, “Nabucco”. Essa canção faz parte da peça teatral “1º. Maggio”, provavelmente o “*bozzetto drammatico*” mais encenado pelos anarquistas no Brasil. O restante é composto por diversas poesias de cunho social ou revolucionário, incluindo *Rebelião* de Ricardo Gonçalves e *Clangor Anarquista* de Martins Fontes, entre outras. Nas últimas páginas do opúsculo e em sua contra-capas encontram-se anúncios das outras publicações da editora – Kropotkin, Florentino de Carvalho, Carlos Dias e Maria Lacerda de Moura são alguns deles – e do jornal, na época semanário, *A Plebe*.

²²⁴ Doc 13 e 15, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

A vigilância exercida pelo DEOPS não ignorava essas publicações nem o hábito dos anarquistas cantarem suas músicas de denúncia e protesto. O investigador designado para acompanhar a inauguração dos “Cursos Sociais” da FOSP em janeiro de 1933 constatou que “na sede da Federação é feita a distribuição do folheto ‘Hinos Libertários’, e são ensaiados os principais cânticos proletários”. Os policiais encontraram entre os livros de Benedito Romano a referida brochura de *A Sementeira*, além de *El Cancionero Revolucionário* e *Cancioneiro Vermelho*. Também foi recolhida pelos “tiras” uma cópia do hino *Maio Proletário*, escrito em 1940 por Pedro Catalo.

A pesquisa de Valéria G. de Oliveira²²⁵ realizada junto ao acervo e publicada na série *Inventários DEOPS*, faz um levantamento de alguns prontuários dedicados aos músicos e suas associações. Somente alguns primeiros apontamentos são indicados, como a classificação de três tipos de canções encontradas apreendidas pelo DEOPS: as relativas à ANL, as do PCB e as utilizadas pelos anarquistas. Infelizmente a autora não desenvolve uma análise mais detalhada das fontes, considerando um trabalho, segundo os parágrafos finais de seu artigo, “preliminar”. Infelizmente, os resultados obtidos parecem ainda inconclusivos. Pesquisas mais detidas podem levar a algumas descobertas interessantes com relação ao tema em questão. Abre-se assim mais um vasto campo para novas pesquisas junto aos prontuários do Acervo DEOPS-SP.

A leitura proibida

Qualquer publicação é como um grito no vazio se não conseguir atrair o atento olhar de leitores que se interessem pelos seus conteúdos. Os livros e, em especial, os jornais anarquistas tinham muitos e fiéis leitores, que para além de consumidores passivos, tinham a oportunidade de participar de alguma parte do processo de concepção, confecção ou difusão de alguma publicação, e muitas vezes faziam valer essa abertura e exerciam um papel ativo. Assim, qualquer publicação anarquista possuía uma rede de colaboradores e

²²⁵ OLIVEIRA, Valéria Garcia de. “A Música, o DEOPS e o Ideal Revolucionário (1924-1950)”, In ANDREUCCI, Álvaro G.A.; OLIVEIRA, Valéria G. de. *Cultura Amordaçada: Intelectuais e Músicos sob a Vigilância do DEOPS*, São Paulo, Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002.

articuladores que se revezava nas diferentes tarefas para conseguir manter, com fundos próprios, a periodicidade ou a continuidade dos trabalhos.

A polícia estava atenta ao poder de mobilização da imprensa anarquista. Muitos homens e mulheres foram detidos por possuírem algum envolvimento com livros ou jornais que faziam parte do *Index* da censura varguista: alguns eram responsabilizados por editarem materiais “subversivos” através de suas editoras ou gráficas; outros eram vigiados por serem autores de livros “perigosos” ou artigos “incendiários”; havia ainda aquelas pessoas e entidades que se encarregavam de vender e distribuir os exemplares; porém, vários eram presos e submetidos a interrogatórios e processos judiciais somente por possuírem algum desses livros ou por portarem algum exemplar de determinado periódico. Num ataque explícito à liberdade de pensamento e expressão, assim como ao direito de ter suas crenças e não ter sua privacidade violada, os investigadores entravam em residências, para vasculhar as bibliotecas de cidadãos, invadiam escritórios e gráficas, interpelavam pessoas nas ruas para averiguar seu gosto literário, sempre em busca de “provas” de um hipotético “crime” que qualquer um poderia estar cometendo ou pensando em cometer.

Avelino Fernandes foi denunciado como anarquista e colaborador de *A Plebe* por André Germain através de uma carta enviada de Portugal ao delegado do DEOPS. O missivista declarava que o acusado, também conhecido como Avelino Fernandes Neblind, residia em Guararema e era “mancomunado com anarquistas e comunistas”, acrescentando ainda que ele era um francês foragido que assumiu a identidade falsa de um anarquista espanhol, e que mascarava suas atividades com o papel de lavrador que exercia em um sítio de sua propriedade. Esse caso suscitou um pedido de informações por parte da polícia paulista junto às autoridades de Paris, Lisboa e Madrid, com a intenção de descobrir a verdadeira identidade do acusado, deixando claro que havia um intercâmbio de informações entre as polícias a nível internacional.

- Sem a menor dúvida o DEOPS designou agentes para ir até Guararema averiguar a denúncia. Concluíram, através da revista levada à cabo em julho de 1936 em sua residência, “que era centro de constantes reuniões de pessoas suspeitas”, ser Neblind “extremista”. Sua biblioteca foi toda apreendida e o Chefe do Serviço Especial da polícia acrescenta que, além de livros, foram

encontrados “inclusive números do jornal anarquista ‘A Plebe’ (...) cuja publicação foi proibida depois de sancionada a Lei de Segurança Nacional”²²⁶.

No mesmo documento dirigido ao delegado do DEOPS, na época designado como superintendente, que resumia a situação de Neblind, o redator afirma que testemunhas supostamente confirmaram a sua periculosidade às “instituições e ao regime vigente”. Curiosamente, todas as seis testemunhas arroladas afirmaram, em seus depoimentos anexados ao prontuário, que desconheciam as atividades anarquistas ou comunistas de Avelino, tomando conhecimento somente quando da chegada dos investigadores e da apreensão dos materiais referidos. Alguns deles apontaram as relações que o acusado mantinha com Maria Lacerda de Moura e que recebia correspondência de Rodolfo Felipe, assim como recebia publicações da Argentina. Dentre os materiais apreendidos em sua casa estão diversas cartas que atestam sua intensa correspondência com diversos anarquistas no Brasil e no exterior – França, Costa Rica e Argentina. Mantinha contatos com figuras como Sebastien Faure, Emile Armand, Artur Campagnoli, Rodolfo Felipe e Maria Lacerda de Moura. Essa última foi considerada, pelo teor das cartas apreendidas, sua “amante” em um dos documentos policiais²²⁷.

A sua relação com Maria Lacerda de Moura é citada no estudo de Miriam L. Moreira Leite²²⁸. Ela e Neblind teriam convivido na Comunidade de Guararema, fundada por Artur Campagnoli, onde, segundo Edgar Rodrigues, “prevalecia o sistema anarquista-individualista” e cada morador buscava viver sua própria vida em liberdade e independência, sem haver experiências comunitárias e coletivas de trabalho²²⁹. Numa tentativa de fuga das opressões do Estado e do Capital, esses indivíduos se retiraram da sociedade, realizando “um retorno à Natureza”, onde dedicavam-se à cuidar de seu pedaço de terra e de levar a frente a propaganda anarquista por meio de textos e cartas, eliminando seus preconceitos. Nesse ambiente de afastamento, Maria Lacerda pôde, além de escrever seus muitos livros e artigos, colocar em prática alguns de seus conceitos de educação, assim

²²⁶ Doc 32, Prontuário DEOPS-SP no. 2089 – Avelino Fernandes.

²²⁷ Doc 5, Prontuário DEOPS-SP no. 2089 – Avelino Fernandes.

²²⁸ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*, São Paulo, Ática, 1984.

²²⁹ RODRIGUES, Edgar. *Os Libertários*, Rio de Janeiro, VJR, 1993, p. 82.

como uma nova moral comportamental, avessa aos preconceitos e adepta do amor livre. Talvez pela sua característica de valorizar as ações individuais de recusa do sistema de valores capitalista e burguês, a polícia não tomou conhecimento da existência de uma “comunidade” em Guararema. Para o DEOPS aquilo não passava de um grupo de “extremistas”, sem caracterizar uma unidade política ou organizacional. Talvez porque realmente não fosse.

Já sobre André Germain, o prefeito da cidade, Waldomiro Marcondes, disse que também era francês e morou com Neblind, mas ambos acabaram brigando. Avelino Fernandes ou André Ferdinand Neblind foi processado e, através de portaria de 21 de dezembro de 1936, foi decretada sua expulsão. Aos 51 anos de idade acabou embarcado pela polícia no vapor Alcina em 05 de junho do ano seguinte, com destino à Marselha, junto com outros estrangeiros comunistas e anarquistas, como, por exemplo, Gusmão Soler. Em carta escrita à Emile Armand, após sua deportação, Neblind escreveu sobre sua expulsão e sobre Germain:

“há cerca de um mês você deve ter recebido aviso de nossa chegada à Barcelona. Fui denunciado como comunista por um fascista e, sem processo, fui expulso após 11 meses de prisão (...) Não estou tranquilo porque deixo no Brasil meu filho e Maria Lacerda, de quem estou sem notícias desde 8 de maio, pois ela também foi denunciada pelo mesmo fascista. Desse patife que foi ao Brasil declarando-se antifascista falaremos depois, pois, no momento ele mora na França. Por enquanto é melhor não tocar no assunto”²³⁰.

Os livros e a fornalha: incineração dos materiais apreendidos pelo DEOPS

O acervo do DEOPS-SP ainda não foi completamente explorado. Há muitos prontuários a serem estudados e catalogados. Durante muito tempo não se sabia o que era feito dos materiais apreendidos pela polícia política. A maior parte dos livros e jornais apreendidos, assim como outros utensílios não se encontram depositados no Arquivo do Estado. A partir da descoberta do prontuário de numero 131.867 pôde-se comprovar o

²³⁰ LEITE, Op.cit., p.p. 88-89.

destino de tudo o que foi confiscado e não anexado aos prontuários: a destruição. Nessa pasta encontram-se ordens determinando e relatórios descrevendo a incineração de toneladas de materiais. Em 1947 procedeu-se um levantamento junto ao depósito do DEOPS, localizado no prédio da antiga estação sorocabana, no bairro da Luz, conforme relatório assinado pelo delegado adjunto José Roger Pinto de Moraes, sendo encontradas muitas publicações apreendidas de processos já concluídos ou de procedência ignorada – um deles apresenta o surpreendente número de 64.087 livros. Sugere-se “como medida profilática, a industrialização ou incineração dos livros constantes da relação [anexa]”²³¹. Tal “medida profilática”, de acordo com o documento, devia-se ao fato de que os livros se encontravam em “condições precárias de conservação” em função do tempo. Assim fica nítida a perversidade de todo o aparato montado pela repressão, pelo menos entre 1924 e 1983: será que queimar os livros do depósito seria uma ação de caráter higiênico, na visão do delegado, tanto quanto a própria apreensão desses materiais teve o seu caráter de profilaxia social? A frieza e a indiferença com que a burocracia lida com questões tão sérias como a censura, a repressão e as vidas em jogo nisso, assim como a eliminação de parte importantíssima da produção política e cultural do Brasil, explicita-se na sugestão pragmática do delegado.

Entre os anos de 1947 e 1957, período abarcado pelos documentos encontrados, toneladas de papéis confiscados foram transportados por caminhões até o incinerador municipal, localizado na rua do Sumidouro, em Pinheiros, ou para fábricas de papel como a Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., instalada no bairro da Vila Maria.

Um relatório de 1957 arrola os materiais incinerados, entre eles “22 sacos contendo papéis velhos” e “bandeiras comunistas, fascistas e nazistas”, totalizando 1680 quilos provenientes do DOPS e 1420 quilos vindos da Força Pública. Na maioria das vezes, nas listas de materiais destruídos aparecem somente “um amarrado de livros em italiano”, “livros em japonês – Shindo Renmei”, “um pacote de jornais”, sem apresentar um número exato ou detalhar o título ou assunto da publicação. Mas é possível se ter uma noção das quantidades da qual falamos através do documento que confirma o recebimento de “11.090

²³¹ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 131.867 – Levantamento de material existente no depósito de material apreendido.

quilos de impressos, livros, jornais”, tudo “velho e usado” para que fossem industrializados. Após a separação do “material aproveitável”, cerca de oito toneladas, a indústria ainda efetuou o pagamento pelo material acumulado nos depósitos do DEOPS. Esses procedimentos – de incineração e industrialização de papéis – possivelmente foram constantes por toda a trajetória de apreensões do DEOPS. Muitos quilos de publicações da imprensa anarquista devem ter sido destruídos nessas levadas durante as décadas de 1940 e 1950, ou até mesmo antes disso.

Em meio a materiais de escritório quebrados, peças curiosas apreendidas pela polícia, como “troféus esportivos”, “placas de automóveis”, “farol ferroviário”, “pau de bandeira” e até uma “banca de jornal de ferro”, milhares de livros, jornais e panfletos foram destruídos pela chama que alimenta os regimes autoritários pelo mundo: o ódio, a intolerância e a opressão. Essas publicações, que carregavam visões de mundo consideradas ameaçadoras à “ordem”, foram produzidas por diversos homens e mulheres que expressavam diferentes credos políticos – anarquistas, comunistas, socialistas, etc. – e diferentes identidades – operários, negros, mulheres, etc. Esse ângulo da história foi apagado. Mas restam ainda alguns indícios e esperanças de que essas vozes caladas possam um dia ressurgir e imprimir novamente seu papel na construção da história política e social do Brasil.

Capítulo 3 – As formas da resistência anarquista

Ninguém pode ser perfeitamente livre até todos estarem livres

Herbert Spencer

3.1. – A infiltração policial

Como já vimos no desenrolar de nossa pesquisa, são grandes as amostras da vigilância exercida no período Vargas, atingindo diversos setores da sociedade, inclusive os anarquistas. As recorrentes detenções de militantes e a tentativa de dismantlar associações e grupos, assim como a censura e a repressão às publicações libertárias eram meios de tentar minar a expansão da resistência ao regime autoritário. Porém, esses militantes vigiados e submetidos às humilhações da prisão pelo DEOPS, simplesmente por carregarem em si “idéias malditas”, não eram indiferentes ao Estado policial em que se vivia na época. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro:

“romper o cerceamento censório tornou-se uma das metas dos intelectuais revolucionários que, através de idéias e livros, tentavam enfraquecer o projeto de hegemonia e dominação política defendida pelo Estado autoritário varguista”²³².

Ninguém ficava indiferente à repressão e à perseguição que era impingida pela polícia política. Alguns se colocavam numa posição mais defensiva e evasiva, enquanto outros não escondiam suas convicções e atacavam veementemente as arbitrariedades do Estado. Alguns relatórios de investigação demonstram a resistência de alguns desses militantes.

Apesar do comprovado poder que a repressão tem sobre suas vítimas, os anarquistas, muitas vezes insistiam em demonstrar que não se deixavam intimidar. Conforme relatório reservado datado de 09 de março de 1933, em reunião ocorrida na sede da FOSP, foi “discutido o caso da prisão de Rodolfo Felipe, redator d’*A Plebe*”. Hermínio

²³² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*, Cotia, Ateliê, 2002, p.47.

Marcos relatou que, em conversa com o Delegado do DEOPS, Dr. Bento Borges da Fonseca, este “concordou com ele, achando arbitrária” a prisão e acrescentou “que os comunistas têm mais direito de reunião, que eles anarquistas, porque quase todos os comunistas são nacionais, ao passo que os anarquistas são estrangeiros”²³³. Um outro relatório reservado revela que, além de se oporem às políticas trabalhistas de Getúlio Vargas, os anarquistas tinham ciência da infiltração de agentes realizada pela polícia política:

“Hermínio Marcos foi agressivo ao último limite contra os Poderes constituídos, depois de fazer referências ao Ministério do Trabalho e ao Departamento Estadual do mesmo (...). Aconselhou os ouvintes à rebeldia do operariado espanhol, terminando por dizer que o operário deve rebelar-se e não aceitar as imposições de quem quer que seja, inclusive não temer a polícia de Ordem Social, cujos representantes se ali estivessem nada poderiam fazer”²³⁴.

A Plebe não fazia questão de esconder que já sabia da atuação do DEOPS contra os anarquistas. Em outubro de 1933 podemos ler em suas páginas:

“Como já noticiamos em nosso numero passado, foram presos pela polícia de Ordem Política e Social vários camaradas”²³⁵.

Em uma reunião do Sindicato dos Artífices em Calçados e Classes Anexas, realizada na sede da mesma Federação em abril do mesmo ano, um dos delegados da classe

“atacou a polícia por ter prendido e proibido a circulação do jornal ‘A Plebe’, dizendo também que a polícia, agora, tem agido, porém com mais receio, porque sabe bem que os operários agora estão organizados e por isso a polícia já tem um pouco de medo”²³⁶.

Em nota produzida pela polícia num relatório encontramos o seguinte relato:

“Os elementos da Federação Operária dizem que foram convidados a comparecerem à presença do Dr. Delegado de Ordem Social. O Hermínio

²³³ Doc.18, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

²³⁴ Doc.58, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

²³⁵ *A Plebe*, no.44, 14/10/1933.

²³⁶ Doc.18 Prontuário DEOPS-SP no. 2303 – A Plebe.

Marcos Hernandez diz que apenas três dos diretores da Federação atenderam ao convite, sendo estes ouvidos pelo Dr. Caiuby, que lhes disse reconhecer a força que possui a Federação, mas que devia censurá-los por ter feito publicar um boletim que a todos ameaça, desde o Interventor até a própria tranquilidade social e pública. Disse que o Dr. Caiuby lhes fizera ver que o Dr. Chefe de Polícia pretendia fazer fechar a Federação, e só o não fazia atendendo à força que dispõe a mesma, embora esta não tenha armas – tem homens, mas não estão armados para uma luta. Queria o Dr. Chefe de Polícia evitar derramamento de sangue, por isso procurava ter entendimento para que a Federação mudasse de proceder nas suas ameaças. O Hermínio, referindo-se a esse encontro com as autoridades disse que agora tem conhecimento de que a polícia teme a Federação, e por isso, ia mandar imprimir e distribuir violentos boletins, não só dando notícia do fato, como ainda continuando nos seus ataques”²³⁷.

Em 30 de janeiro de 1933 houve um comício interno de protesto contra a repressão à greve realizada nas fábricas Votorantim e Nossa Senhora da Ponte na cidade de Sorocaba. Pedro Catalo, além de fazer uma exposição sobre o anarquismo, “violento como sempre (...) lavrou seu veemente protesto contra as prisões últimas verificadas em Sorocaba”²³⁸. O mesmo Catalo, em 22 de março de 1934²³⁹, utilizou “termos violentos” contra a polícia que encontrava-se de prontidão em frente ao Salão Cervantes, onde se realizava comício da Liga Operária da Construção Civil. Tais palavras violentas já eram de conhecimento dos investigadores que as anotaram durante uma reunião ocorrida em abril do ano anterior, quando os membros da FOSP protestavam contra a série de prisões que vinham sofrendo seus militantes:

“Se a canalhada policial pensa que nós, com isso, ficamos inativos, engana-se; pois é esse o papel dessa corja de crápulas: quem sabe se lá fora

²³⁷ Doc.21, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

²³⁸ Doc.16, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

²³⁹ Doc.13, Prontuário DEOPS-SP no. 377 – Pedro Catalo.

estão me esperando os cachorros da Ordem Social para que eu vá fazer companhia ao camarada Hermínio?”²⁴⁰

O investigador Guarany continua o relatório afirmando que Pedro Catalo falou

“contra o Gen. Waldomiro, a polícia, o clero, o Ministro do Trabalho, etc.,e, terminando, disse que tudo quanto acabava de afirmar, era para mostrar que não tinha medo, pois sabia que dentro de reunião se encontravam lacaios da polícia, para, em relatórios e a troco de miserável ordenado, tudo comunicarem às autoridades policiais”²⁴¹.

Em junho de 1933, Hermínio Marcos também atacou o General Waldomiro de Lima durante uma reunião do Comitê Anti-fascista, acusando-o de ter invadido dia 19 de maio de 1933, pessoalmente, a sede da Federação Operária e taxando-lhe de “o chefe fascista e único perseguidor dos homens livres”²⁴²

O mesmo Hermínio Marcos, encerrou seu discurso em protesto à repressão em Sorocaba, segundo um investigador, com as seguintes palavras:

“A Federação Operária tem se mantido calma até hoje. Mas se a polícia continuar com a sua reação, a Federação conclamará a greve geral, e formará trincheiras se preciso for”.²⁴³

Segundo o investigador Joaquim A. Gentil²⁴⁴ a resistência dos anarquistas extrapolava o mero discurso e as ameaças. Ele e outros oito investigadores ficaram de campana nos arredores do Salão das Classes Laboriosas, onde acontecia uma conferência antifascista dia 14 de novembro de 1933. Ao final da reunião diversos participantes saíram em passeata até a praça da Sé, onde entoaram *A Internacional* e gritavam palavras de ordem e davam “vivas ao comunismo e ao anarquismo”. Segundo Gentil, guiados pelos “líderes” Aristides Lobo, Hermínio Marcos, Pedro Catalo, João Perez e Rolando Henrique Guarany, os cerca de 150 manifestantes decidiram dirigir-se para o bairro do Brás em passeata. Com ordem de efetuar a prisão dos “líderes” e com apoio de reforços, Gentil relatou que ao

²⁴⁰ Doc.09, Prontuário DEOPS-SP no. 377 – Pedro Catalo.

²⁴¹ Doc.09, Prontuário DEOPS-SP no. 377 – Pedro Catalo.

²⁴² Doc 46, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

²⁴³ Doc 16, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

²⁴⁴ Doc 47, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

serem notados pelos manifestantes foram intimados a retroceder, pois os manifestantes, “de armas em punho”, teriam efetuado um disparo em sua direção, obrigando-os a atirar para cima como advertência. Assim, “formou-se violento tiroteio”. Desse conflito resultou a prisão de dezessete participantes da demonstração, dentre eles, Benedito Romano. O sapateiro italiano e anarquista Agostinho Farina, ferido na perna durante o confronto, acabou detido. Segunda a polícia, ele portava uma garrucha e um punhal.

O periódico *A Plebe* apresenta outra versão dos fatos. O *meeting* antifascista foi promovido pelo CCS e contou com uma farta audiência que assistiu às falas de um representante do Partido Socialista Brasileiro e de um editor do jornal antifascista *O Homem Livre*. No meio da segunda palestra, “elementos reconhecidamente integralistas” entraram no recinto, confiando no “espírito de tolerância e liberdade do ambiente”, com o intuito de atrapalhar a reunião. Diante da massa que enchia o salão Celso Garcia e após os protestos dos anti-integralistas presentes, fugiram, “indo colocar-se nas esquinas das ruas próximas”²⁴⁵. Ainda discursaram Hermínio Marcos e um representante do Centro de Cultura Social.

A notícia segue relatando o que se sucedeu após o término do encontro:

“Contrariamente ao que publicou a imprensa diária, mal informada ou propositalmente, os manifestantes saíram do salão incorporados, no terminar o comício, sem ter havido a intervenção da polícia, dirigindo-se em massa para a Praça da Sé, onde constava haver alguns grupos integralistas que pretendiam continuar as provocações.

Não se verificando nenhum incidente de monta, os anti-integralistas que residiam no Brás dirigiram-se para aquele bairro, afim de recolher-se às suas casas.

Ao transporem o parque D. Pedro II, logo no começo da Avenida Rangel Pestana, foram inesperadamente surpreendidos por um grupo de policiais, que, de revólver em punho, intimou os manifestantes a parar.

Como os manifestantes não alimentavam intenções hostis, receberam com natural desconfiança os policiais, que à primeira impressão supunham

²⁴⁵ *A Plebe*, no. 48, 02/12/1933.

ser integralistas, estabelecendo-se alguma confusão, havendo, então, troca de tiros, ficando nessa ocasião ferido o camarada Agostinho Farina da União dos Artífices em Calçados”²⁴⁶.

Apesar do episódio ter sido tratado como um conflito entre anarquistas e comunistas de um lado e integralistas e fascistas de outro, onde a polícia apenas interveio²⁴⁷, podemos extrair outras possíveis conclusões. O documento policial não relata nenhum confronto com integralistas, tomando o episódio como uma manifestação do “Partido Comunista” e informando que os investigadores obtiveram autorização do “Sr. Dr. 1º Delegado Auxiliar” para efetuar a prisão dos “dirigentes”.

A primeira questão intrigante é a observação de Edgar Rodrigues²⁴⁸, segundo a qual alguns dos inspetores policiais eram francamente simpáticos ao fascismo e alguns deles serviam nas fileiras integralistas ao mesmo tempo em que serviam à polícia de São Paulo. Essa informação é comprovada por Marcos Florindo que relata ser

“perceptível em diversos documentos preparados pelos reservados do DOPS as simpatias pela doutrina de Plínio Salgado”²⁴⁹.

Os policiais não costumavam informar casos como o descrito acima nas páginas d’*A Plebe* em seus relatórios. Os infiltrados que eram designados para observar as ações dos grupos antifascistas, em sua maioria, sempre culpavam-lhes pelos tumultos, inocentando os “camisas verdes”, como num relato policial citado por Florindo, segundo o qual os libertários organizavam-se em “blocos para provocar nas reuniões fascistas distúrbios vários, começando por dar apartes e terminando por dar tiros”²⁵⁰.

Salta aos olhos uma segunda observação interessante sobre o assunto, depreendida de nossa pesquisa: a curiosa presença de Rolando Henrique Guarany, apontado como um dos líderes da manifestação anti-integralista. Esse elemento pode ser justamente o agente infiltrado Guarany, encarregado de vigiar os anarquistas por longos períodos e autor de diversos dos relatórios encontrados nos prontuários. Segundo Marcos Florindo, esse

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ PARRA, Lúcia Silva. Op.Cit, p. 76.

²⁴⁸ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol. I*, Rio de Janeiro, VJR, 1994, p. 91.

²⁴⁹ FLORINDO, Op.Cit. p. 116.

²⁵⁰ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 716 – Federação Operária de São Paulo.

“reservado” fazia papel de “agente duplo”, podendo tanto ser um policial infiltrado nos meios libertários como um militante que se tornou araponga e delator. Guarany, mais provavelmente, se enquadrava na segunda opção. Em ambos os casos sua suposta presença na manifestação e a identificação dele como um de seus líderes é preocupante, pois demonstra o grau de confiança que ele teria no meio.

Em maio de 1935, o araponga Guarany escreve um relatório onde justifica sua ausência em uma reunião da ANL para os seus superiores:

“Como informei há dias verbalmente, a Federação operária mudou-se para a Praça da Sé No. 39 – 2º andar. Como este prédio é pequeno, fui encarregado de procurar outro em melhores condições.

O prédio da Rua Quintino Bocaiúva, que estava em atraso de aluguéis, três meses, já foram pagos estes atrasos.

Como tenho estado em serviço na Federação, não estive presente à reunião da Aliança Nacional Libertadora”²⁵¹

Esse episódio demonstra que o infiltrado recebia tarefas importantes da Federação e que era considerado confiável pelos anarquistas.

É possível que, sendo Rolando Henrique Guarany realmente um agente duplo, tenha sido ele próprio quem efetuou o primeiro disparo contra os policiais após o comício anti-integralista, a fim de instaurar o conflito. A presença de infiltrados em manifestações é constante na história da repressão em várias partes do mundo. A exaltação de Rolando quando da manifestação, a ponto de chamar a atenção do inspetor de polícia que efetuarias prisões e a coincidência de seu nome não constar na lista dos detidos, pode ser um forte indício de sua atuação, nesse episódio, como *agent provocateur*.

Marly de A.G. Vianna, em um artigo sobre as rebeliões de 1935²⁵², lista o nome de Rolando Henrique Guarany como um dos acusados de propaganda comunista durante a onda de repressão que se seguiu aos levantes. Não era incomum que por diversos motivos algum cidadão se tornasse, por vontade própria, informante da polícia. Dentre os possíveis benefícios advindos de tal decisão estão, principalmente, aspiração a gratificações

²⁵¹ Idem.

²⁵² VIANNA, Marly de A.G. “As rebeliões de novembro de 1935”, *Revista Novos Rumos*, Ano 16, no. 34, Instituto Astrogildo Pereira, p.p. 3-40.

financeiras e desejo de vingar-se de um desafeto ou afastar um inimigo político de uma organização. Casos de delação, principalmente por cartas anônimas, há muitos. Porém, há também casos de cooptação, como o do comunista Davino Francisco dos Santos, também presente na lista dos processados pós 1935 apresentada por Marly Vianna²⁵³. Davino foi da Força Pública, abandonando-a pela militância comunista. Foi preso diversas vezes, processado em 1936 e refugiou-se em Mato Grosso, onde tornou-se dirigente do PCB. Foi detido em 1941, após voltar a São Paulo quando da reconstrução do Comitê Regional na capital. Pressionado pelos investigadores e pelos interrogadores, que faziam Davino crer que seus companheiros já haviam “confessado” e referindo-se constantemente às dificuldades que sua família poderia estar passando, o ex-soldado da Força Pública e tenente da Intentona renunciou à doutrina comunista e “tornou-se informante da polícia”, repassando às autoridades documentos que comprovavam a rearticulação do Partido em São Paulo e no Rio de Janeiro, em troca de sua liberdade. Enviou ainda uma carta ao assistente do Serviço Secreto, Luis Apolônio, solicitando a ele um documento que comprovasse sua sincera negação do comunismo, documento que, segundo Davino, faltava para que ele fosse posto em liberdade²⁵⁴. Diante desse fato, não seria possível que esse tipo de seleção de reservados tenha ocorrido desde o início da década de 1930 e que Guarany se enquadre em algum desses perfis de investigadores?

É claro que somente uma pesquisa mais detida conseguiria decifrar a identidade desses agentes duplos, porém, alguns documentos analisados durante essa pesquisa merecem certo destaque. Rolando Henrique Guarany possui um prontuário nominal junto ao DEOPS²⁵⁵. Os documentos policiais apontam-no como um “socialista cristão” e dão conta de que foi membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB), chegando a lançar-se candidato a deputado federal, e de que freqüentou reuniões da ANL. É apontado como um importante líder do levante tenentista de 1924 e membro da Coluna Miguel Costa. Acabou preso após a onda repressiva do final de 1935 por conta da Intentona Comunista. Em documentos oficiais não aparece pista alguma de que Rolando possa ser o Guarany, agente duplo, infiltrado entre os anarquistas. Porém, Rolando foi preso diversas vezes e em seus

²⁵³ Idem, *ibidem*.

²⁵⁴ Cf. FLORINDO, Op.Cit., p.p. 124-128.

²⁵⁵ Prontuário DEOPS-SP no. 1344 – Rolando Henrique Guarany.

momentos de reclusão escreveu algumas cartas a importantes figuras da polícia paulista. Nessas cartas transparecem os “serviços” prestados por Rolando à polícia. Em missiva enviada ao delegado Egas Botelho em 23 de dezembro de 1935, logo após sua detenção quando dos levantes comunistas, solicitou sua saída da prisão para resolver problemas particulares afirmando não haver motivos para sua detenção e acrescentando que “os governos, regional e central” devem-lhe “serviços”. Já em março de 1936, dirige outra carta ao mesmo delegado que aqui reproduzimos um significativo trecho:

“Tencionava, eu, ir, depois de ser posto em liberdade à Superintendência Policial de Ordem Política e Social para provar, com forte elemento positivamente convincente e irrefutável, a completa inutilidade da minha detenção frente aos interesses políticos dos srs. Presidente da República e Governador de São Paulo (aos quais prestei, inspirado em civismo, serviços inigualáveis, conforme posso provar) interesses, repito, gerais da nação e do regime, para conseguir, justamente, a retificação do meu prontuário, pois, na generalidade as autoridades policiais são ludibriadas por servidores que, sem educação moral, sem escrúpulo, aplicam a intriga para demonstrar solécia perante seus inadvertidos chefes (eis a razão pela qual tenho me esquivado de colaborar com a polícia de outras e da atual administração, apesar de insistentes convites, alguns recentes)”²⁵⁶.

Acreditamos que por esses indícios é possível afirmar que Rolando Henrique Guarany pode muito bem ter sido o agente duplo que assinava relatórios como Guarany.

A fim de dificultar a infiltração e ação policial, tornou-se comum que os festivais e palestras anarquistas tivessem em seus convites avisos de que os organizadores se reservavam no direito de impedir a entrada de quem quer que fosse. Assim, tentavam evitar a presença de policiais e integralistas que pudessem ser uma ameaça ao evento e até mesmo aos militantes que ali freqüentavam.

Já o reservado Mário de Souza deixou transparecer sua preocupação em ser descoberto pelos seus vigiados quando escreve em um relatório que

²⁵⁶ s/Doc., Idem.

“Como desafio à polícia, está sendo distribuído o jornal anarquista ‘O Trabalhador’. Se a polícia achar que deve fazer qualquer [coisa] contra os seus diretores, é necessário que isto se faça de tal maneira que não saibam, ao menos por enquanto, que houve denúncia. Se procederem de outra maneira, poderei ser descoberto”²⁵⁷.

Assim, fica evidenciada a existência de agentes duplos nos meios anarquistas da época e a convivência estreita que esses tinham com os demais militantes. Essa presença, quase sempre despercebida do Estado nos meios operários, através dos olhos do policial que alguns “companheiros” carregavam dentro de si, é assustadora.

3.2 – A resistência anarquista

Muitas pessoas quando detidas pelos policiais eram submetidas a interrogatórios conduzidos pelos delegados de Ordem Política e Social. Alguns documentos encontrados nos prontuários são, supostamente, as transcrições fiéis desses interrogatórios. Os “termos de declarações”, como eram denominados, revelam muito a respeito das diferentes posições e posturas que os anarquistas assumiram perante as autoridades policiais.

Os “termos de declarações” são precedidos pelos “autos de qualificação”, onde o escrivão anotava todos os dados do “declarante” – nome, endereço, filiação, idade, naturalidade, estado civil, profissão, instrução e traços físicos. O nome do delegado encarregado também deveria ser anotado com a respectiva data em papel timbrado, uma espécie de ficha impressa, onde o escrivão só precisava datilografar os dados nos espaços em branco. No verso, ainda em formato de ficha, encontrava-se o “termo de declarações”, que deveria ser preenchido com os dados da suposta testemunha que presenciaria o interrogatório. Após o preenchimento de todos os dados necessários, a ficha continha impressa a frase “respondeu o seguinte:”. A partir desse ponto, o escrivão relatava somente as respostas do suspeito ou da testemunha, às vezes fazendo menção às perguntas do delegado. Esses documentos tinham tamanhos variáveis, dependendo das declarações e do grau de “colaboração” do declarante ou da importância de suas declarações. A partir das

²⁵⁷ Doc. 137, Prontuário DEOPS-SP no. 716 – Federação Operária de São Paulo.

declarações relatadas pelos escreventes da delegacia e localizadas durante nossa pesquisa, podemos compilar algumas respostas interessantes dadas por anarquistas às autoridades.

Hermínio Marcos, um dos militantes que mais figura nos relatórios policiais entre os anos de 1931 e 1935, teve sua declaração anotada em 06 de outubro de 1933. Foi detido por redigir um manifesto, a pedido da Federação Operária, intitulado “A propósito da visita do General Justo”, então presidente da Argentina, que, segundo Marcos afirmou ao delegado Ignácio da Costa Ferreira, levava a cabo uma intensa repressão contra a classe operária naquele país. Não negou a autoria do texto escrito a lápis que lhe foi apresentado e ainda disse que o texto havia de passar por uma reunião da FOSP para que fosse aprovado, portanto, que com a sua detenção e a apreensão do original, não sabia se o boletim havia sido impresso e distribuído. Porém, no início da transcrição consta que

“o declarante milita nos meios anarquistas desde o ano de mil novecentos e dezoito, fazendo parte atualmente como delegado da Liga Operária da Construção Civil junto à Federação Operária de S. Paulo, com sede nesta capital”²⁵⁸

Os mesmos dados constam, quase que com as mesmas palavras, como parte inicial de um interrogatório realizado seis meses antes, quando Hermínio foi detido por participar do Congresso de Sociologia, realizado no Salão das Classes Laboriosas. Porém, após uma vaga descrição dos desentendimentos ocorridos na reunião, Hermínio responde a um questionamento, que acreditamos ser mais relevante para o delegado do que os relatos do ocorrido no Congresso:

“A Federação Operária de S. Paulo, de fato está estudando um meio de comemorar o dia primeiro de maio, consagrado aos trabalhadores, e que consistiria numa manifestação pública, possivelmente na praça da Sé, dependendo isso, entretanto, de prévia autorização policial”²⁵⁹.

O delegado de Santos, Manuel Ribeiro da Cruz, expressa suas impressões sobre Rodolfo Felipe e Gusmão Soler após a detenção ocorrida naquela cidade, afirmando que “em suas declarações se confessam anarquistas e fazem descrições, em termos graves de

²⁵⁸ Doc 51, s/Folha, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

²⁵⁹ Doc 40/41, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

sua ideologia”²⁶⁰. Rodolfo Felipe teve suas declarações tomadas em 02 de dezembro de 1935, quando negou que tivesse ligação com a Aliança Nacional Libertadora e que era até mesmo contrário a ela por não aspirar conquistar posição política ou poderes, e que, portanto, nada sabia a respeito do movimento revolucionário ocorrido no país. Afirmou ainda que não pertencia a nenhum sindicato, mas sim à Associação Paulista de Imprensa, e que exercia sua profissão de jornalista no jornal *A Plebe*. O escrevente acrescenta ainda que

“o declarante tem sido preso muitas vezes por exercer atividade de suas idéias anarquistas, lembrando-se que a sua primeira detenção data de 1912; que ainda hoje o declarante conserva as suas idéias, propagando-as pelo supra citado jornal do qual é diretor responsável”²⁶¹.

Notamos em diversos “termos de declarações” a intenção que os anarquistas tinham de se diferenciar dos comunistas, perseguidos principalmente após a Intentona de 1935, nem que para isso fosse necessário afirmarem-se anarquistas perante o delegado. Pode haver uma dupla intenção nesse comportamento: evitar serem presos na leva de detenções arbitrárias ocasionadas após o levante comunista, já que a acusação da participação de anarquistas parece, na verdade, infundada e, acima de tudo, deixar bem claro sua posição política e sua crença no anarquismo. O tipógrafo Francisco Augusto Neves foi ouvido em 06 de fevereiro de 1936, após ter sido preso sob acusação de ser comunista, e declarou perante o delegado que

“não é comunista de maneira nenhuma; que os anarquistas nunca foram mais perseguidos, em parte alguma, do que presentemente na Rússia, sob o domínio dos comunistas; [e] que os anarquistas, por sua vez, dão combate sem tréguas aos comunistas”²⁶².

Já outros, quando inquiridos sobre sua participação nos acontecimentos de 1935, afirmavam não estar envolvidos, pois não tinham credo político e por isso não poderiam participar da ANL. O gráfico José Carlos Boscolo, ao ser interrogado pelo delegado do DEOPS em 18 de dezembro de 1935, após ter sido preso com outros companheiros de trabalho, seguiu por este mesmo caminho, declarando o seguinte:

²⁶⁰ Doc 33, Prontuário DEOPS-SP no. 400 – Rodolfo Felipe.

²⁶¹ Doc 28, Prontuário DEOPS-SP no. 400 – Rodolfo Felipe.

²⁶² Doc. 15, Prontuário DEOPS-SP no. 155 – Francisco Augusto Neves.

“o declarante é apenas um livre pensador, e tem feito algumas conferências públicas na sede da Federação Operária de S. Paulo, que obedece à orientação sindicalista-libertária; que o declarante nunca militou, com atos práticos, em São Paulo, tendo se limitado a expandir seu ideal, mais anticlerical, em conferências; que o declarante tem colaborado nos jornais ‘A Plebe’, órgão dos anarquistas de S. Paulo e ‘A Lanterna’, órgão anticlerical, também editado em S. Paulo, sob a direção de Edgard Leuenroth, sendo seus artigos, respectivamente, sobre aspectos sindicais e sociais e anticlericais; que o declarante, assim sendo, não pode colaborar para o comunismo, pois o ponto de vista libertário é contra todos os sistemas de ditaduras; que o declarante a cerca de um ano que não faz conferências e, bem assim, que não colabora para jornais; que o declarante não sabe qual ideal político dos seus companheiros de trabalho, João Dalla Dea, João da Costa Pimenta, Feliciano dos Santos, Pedro Antonio de Carvalho e outros, conhecendo-os apenas como companheiros de trabalho; que, nas oficinas da ‘Imprensa Oficial’ não é discutido nenhum tema político e, ultimamente, também nada foi discutido sobre o recente movimento do qual o declarante teve conhecimento pela leitura dos jornais”²⁶³.

Três dias depois foi interrogado no Juízo de Direito Comissário para Inquirição de Presos Políticos e reforçou as mesmas afirmações: que era somente “um estudioso das questões sociais”, porém completou ser “pelo sindicalismo”, contrário às ditaduras, tanto de direita como de esquerda e que “a essência de seu pensamento doutrinário é a liberdade”²⁶⁴.

Notamos, que em sua maioria, os anarquistas reafirmavam suas convicções perante o delegado nas suas declarações. Esses documentos constituem um rico material para uma análise do discurso libertário e para a compreensão da construção da identidade anarquista.

Porém, nem todos detidos eram interrogados. Possivelmente, algumas declarações apenas não tenham sido documentadas ou não se encontram anexadas aos prontuários, conforme pudemos comprovar ao analisar uma série deles. Mas, segundo notícia do jornal

²⁶³ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 263 – José Carlos Boscolo.

²⁶⁴ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 263 – José Carlos Boscolo.

O Trabalhador, o operário italiano Donato de Vitis foi detido e nem chegou a ser interrogado. Esse pode ter sido o caso de muitos dos anarquistas detidos pelos investigadores do DEOPS.

Pela imprensa libertária, a questão dos presos e das práticas policiais com o objetivo de reprimir o desenvolvimento do movimento sempre esteve na pauta do dia. Podemos encontrar desde simples notas informativas sobre detenções até veementes textos de protestos às arbitrariedades da polícia. A respeito do caso de Donato de Vitis podemos ler na referida nota intitulada “No Cubículo n. 12: Como nos velhos tempos...”:

“Pelo crime de vender o jornal libertário ‘A Plebe’ e ser um esforçado militante da Liga Operária da Água Branca e Lapa, o trabalhador Donato de Vitis está encarcerado desde o dia 7 no imundo cubículo nº 12 do Gabinete de Investigações. Além da arbitrariedade que o fato em si representa, e que claramente demonstra, (...) a mentalidade das atuais autoridades é a mesma que a dos velhos tempos”²⁶⁵.

O jornal acrescenta ainda que Donato foi preso por ordem de Francisco Matarazzo, dono da empresa onde o operário trabalhava e que o mesmo foi posto em liberdade e “ao que consta, durante sua prisão não foi interrogado por autoridade alguma”. Nos relatórios policiais os investigadores acusam Donato de ameaçar Francisco Verrone, diretor técnico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, pregando a eliminação total do referido diretor para alcançar as exigências da greve pela qual conclamava os trabalhadores. Consta que nesse episódio distribuía *A Plebe* entre os funcionários da fábrica e que já havia sido detido no ano anterior como grevista. No final de 1933 voltou a ser detido por colar panfletos no Teatro Santa Helena, na praça da Sé. A greve acabou sofrendo assaltos da polícia e

“os operários viram-se atropelados pelas patas dos cavalos que, num requinte de selvageria eram manobrados pelos cavalarianos da força pública”²⁶⁶.

A Plebe, ao narrar o episódio, concluiu com uma triste constatação:

²⁶⁵ *O Trabalhador*, Ano II, no. 1, 01/1933.

²⁶⁶ *A Plebe*, no. 4, 17/12/1932.

“Como sempre acontece e não podia deixar de acontecer mesmo com a República Nova, a polícia implantou entre os operários em greve verdadeiro terror”.

Na mesma página de *O Trabalhador* em que pudemos saber sobre a prisão de Donato há uma nota produzida pela Comissão Executiva do CCS que diz:

“O Centro de Cultura Social, em vista da prisão arbitrária do companheiro aderente Luiz Fernandes e dos operários Raphael Valdivia Jor e Antonio Lopes, pelo único motivo de esses elementos procederem a distribuição de inofensivos manifestos, resolve protestar veementemente contra esse e outros atentados dos fascistas às liberdades individuais que esses fatos representam”.

A repressão ocorria não só em São Paulo, mas em várias cidades do país. Em nota referente ao Rio de Janeiro, *A Plebe* noticiou em fevereiro de 1933:

“Domingo, 5 do corrente, quando o professor José Oiticica fazia uma palestra na Liga Anti-Clerical, o local foi invadido pela polícia carioca que apreendeu todas as publicações lá encontradas e levou presos para a polícia o camarada orador e todos que estavam presentes. O nosso amigo Oiticica foi solto, passadas 24 horas de detenção e os outros ficaram lá até o dia 9, sendo postos em liberdade após 4 dias de detenção arbitrária, violenta e injustificada”²⁶⁷.

Os anarquistas passaram a denunciar as muitas prisões de militantes, que eram vistas como uma forma de minar as organizações proletárias. Podemos notar a impaciência diante de tais detenções no seguinte trecho extraído de *A Plebe*, que refere-se aos fatos ocorridos em São Paulo e Sorocaba em inícios de 1933:

“Nestas últimas semanas têm-se registrado casos que bem caracterizam as manobras reacionárias que se vêm tentando pôr em prática com o fim de esmorecer e refrear a boa vontade e disposição que o

²⁶⁷ *A Plebe*, no. 14, 18/02/1933.

proletariado vem demonstrando pelas suas associações de classe e pela causa social em suas diversas e múltiplas manifestações”²⁶⁸.

Por esses exemplos, publicados nos jornais, podemos notar a frequência com que militantes eram presos nesses primeiros anos do governo Vargas. Muitas notas são postadas nas colunas da imprensa libertária, prestando contas da movimentação de detidos e de libertos ligados ao movimento, atingindo picos em épocas de investidas policiais contra os sindicatos e sua Federação ou contra seus veículos de informação.

Dentre as notas comumente inseridas na seção periódica “Movimento Operário” do então semanário *A Plebe*, descobrem-se algumas tragédias. Na edição de 18 de fevereiro de 1933 é relatado o assassinato do operário Manuel Aristides a tiros quando saía de uma reunião na Associação dos Operários em Fábricas de Tecidos, no largo do Belém. Os perpetradores foram policiais que faziam ronda nas imediações da sede da Associação²⁶⁹. Nas edições seguintes, também na referida coluna, foi amplamente noticiada a morte de um operário causada por tiros disparados pela polícia que visava reprimir a greve dos funcionários têxteis em Sorocaba e Votorantim. Além disso, a coluna denunciava as péssimas condições de trabalho e as mortes em acidentes de trabalho decorrentes da negligência e do descaso dos patrões.

Nesses tipos de notícias, relacionadas a mortes de operários, restava aos jornais relatar o ocorrido, prestar solidariedade aos parentes e amigos e, o mais importante, denunciar os culpados – a polícia e o Estado, de um lado e o Capital e os patrões, de outro – e conclamar a todos para que continuem resistindo e firmes na luta. O contrário ocorria com as notícias que davam conta de operários desaparecidos.

Era prática comum da polícia política paulista deter operários, sem acusação e de forma arbitrária, mantendo o seu paradeiro em segredo. Quando os parentes e companheiros procuravam o detido junto às delegacias, recebiam informações desencontradas, confusas e evasivas. Os anarquistas, já em janeiro de 1931, poucos meses após a instalação do “governo revolucionário” denunciavam a continuidade das

²⁶⁸ *A Plebe*, no. 11, 28/01/1933.

²⁶⁹ *A Plebe*, no. 14, 18/02/1933.

arbitrariedades em relação ao governo anterior. Referindo-se a camaradas detidos, *A Plebe* relatou:

“Quando se procurou saber onde e porque estavam presos, esbarrou-se com as mesmas dificuldades, com as mesmas arrogâncias e manejos policiais do tempo do perrepismo”²⁷⁰.

E na seqüência, acrescenta:

“São os mesmos homens, com os mesmos hábitos, com os mesmos processos, visando o mesmo fim, que é amordaçar, abafar, liquidar como todos que, pela palavra e pela pena, possam perturbar a digestão e os interesses dos tubarões da indústria, do comércio, da igreja e da finança”²⁷¹.

Comentando a prisão de José Oiticica no Rio de Janeiro o jornal afirmava que os trabalhadores encontravam-se submetidos às mesmas arbitrariedades policiais, “como no tempo de Bernardes e Washington Luís”²⁷². Ainda lançava a seguinte pergunta:

“Então, após quatro revoluções, que derramaram tanto sangue e fizeram perder a vida a tantos brasileiros valentes e abnegados, ainda a liberdade do cidadão depende da vontade do primeiro agente da autoridade que manda prender ou soltar os cidadãos conforme o seu bom ou mau humor?”²⁷³.

Ou ainda, apontava as semelhanças entre a Primeira e a Nova República, de forma mais explícita, já em 1933:

“Com isso chegamos à conclusão já formada por nós de há muito, de que, na prática das violências e perseguições aos trabalhadores, não diferem nada dos tiranos da Velha República, os ‘revolucionários’ da República Nova”²⁷⁴.

Em setembro de 1934 a avaliação anarquista do regime Vargas assume tons mais graves e, a capa de *A Plebe*, antecipa o que muitos só se permitiriam perceber muito depois:

²⁷⁰ *A Plebe*, no.14, 18/02/1933.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ *A Plebe*, no. 44, 14/10/1933.

“A questão social, para o Sr. Washington Luis, era um caso de polícia. Mas para os ‘príncipezinhos’ que formam a corte do Sr. Getúlio Vargas, a questão social não é apenas um caso de polícia: é, também, de banditismo policial.

Tapeações e despistamentos das comissões mistas e conciliação; massacres de operários nos comícios de protesto contra as guerras; prisões, ameaças, deportações, emprego de gases lacrimogêneos contra pacatos obreiros que se encontram dormindo na sede de seu sindicato de classe; eis o rosário de ignomínias, de infâmias, de violências e tiranias com que a Revolução de 30 quer ‘salvar’ a República dos Estados Unidos do Brasil!”²⁷⁵.

Quando da cruzada repressiva contra os anarquistas após a “batalha da praça da Sé”, dias depois, *A Plebe* decretou a morte da “revolução” outubrista:

“Lama, sangue, opressão, tirania, despistamento, prisões, arbitrariedades, invasão de sindicatos operários, expulsão de trabalhadores, eis o registro de uma revolução que se fez para regenerar os costumes políticos no Brasil”²⁷⁶.

E finalmente, *A Plebe* ataca veementemente o regime de Vargas em seu número 75, que foi apreendido e censurado pelo DEOPS:

“A revolução outubrista quer terminar os seus dias mostrando os dentes aos trabalhadores que não conseguiu iludir. Os trabalhadores devem mostrar-lhe os punhos, habituados ao manejo do malho, da enxada e da charrua, dispostos a quebrar os dentes ao monstro do fascismo, fruto da Revolução Outubrista”²⁷⁷.

Os diversos casos de prisões arbitrárias de operários e as práticas policiais violentas levaram os anarquistas a denunciarem o “fascismo” do governo “revolucionário”.

²⁷⁵ *A Plebe*, no. 71, 15/09/1934.

²⁷⁶ *A Plebe*, no. 74, 27/10/1934.

²⁷⁷ *A Plebe*, no. 75, 10/11/1934.

As práticas de “desaparecimento” de anarquistas por parte do DEOPS levantavam diversas suspeitas entre os militantes, que iniciavam campanhas públicas para denunciar esse tipo de procedimento.

A prisão de Rodolfo Felipe no início de 1933 gerou diversos protestos levados a cabo pela FOSP e através das páginas de *A Plebe*, que relatou o ocorrido, com tons de ironia, da seguinte maneira:

“Segunda-feira, 27 de fevereiro, o nosso camarada Rodolfo Felipe, redator-gerente de *A Plebe*, às 11 horas da manhã, recebeu a visita dum agente da polícia convidando-o a comparecer na Delegacia de Ordem Social, ao que ele imediatamente atendeu, acompanhando o agente que o procurou, sem sequer ter almoçado.

Pensávamos que ele voltaria imediatamente, o que não sucedeu, pois passaram diversos dias e nós sem saber onde o mesmo parava. Após muitas idas e vindas e em seguida a várias visitas que uma Comissão da Federação Operária fez às diversas Delegacias e à Polícia Central, conseguimos saber que o mesmo se encontrava no presídio da rua Paraíso, imputando-lhe a polícia a autoria de uns prospectos de caráter político que na semana anterior foram distribuídos pela cidade.

Mas isto é o cúmulo! Um motivo irrisório para prender aquele companheiro que todo mundo conhece como adversário de todas as políticas e incapaz, portanto, de tomar partido por este ou aquele político que disputa o poder na atualidade, e com os quais não tem ligação alguma.

E se a polícia o interrogou e soube e se convenceu desde logo que ele nada tinha com o peixe, quer dizer, com os ditos prospectos, porque não o mandou para casa? Porque persiste em o conservar detido? Segredos que nem os sábios das Escrituras poderão decifrar”²⁷⁸.

A reação dos anarquistas à prisão de Felipe e o conteúdo dos referidos prospectos são descritos num relatório reservado:

²⁷⁸ *A Plebe*, no. 17, 11/03/1933.

“A questão da prisão de Rodolfo Felipe, acusado de ter distribuído boletins contra o atual Chefe de Polícia em favor de outro que pretende conquistar o cargo, foi motivo para uma reunião na Federação Operária. O resultado dessa reunião foi protestar contra a prisão arbitrária e a ameaça de agitação que pretendem fazer, caso a Polícia não dê liberdade ao Rodolfo Felipe”²⁷⁹.

E tal agitação deu-se nas reuniões e assembléias, assim como, principalmente, através das páginas de *A Plebe*. A redação informou o envio de um telegrama ao Ministro da Justiça, em nome da FOSP e do CCS, como forma de protesto. As notas da FOSP enfatizavam ser uma montagem policial contra Felipe, pois a respeito dos referidos boletins perguntavam e já respondiam:

“Pois já se viu anarquistas propugnarem a substituição de qualquer autoridade? Que nos importa que na Chefatura de Polícia [esteja] o sr. A ou o sr. B? Nós o que queremos era ver o lugar vago e não tirar um para colocar outro”²⁸⁰.

Na edição seguinte, de 25 de março, os redatores voltam a firmar que Rodolfo nada teve com a publicação dos “malditos prospectos” e partem para descrever a índole do redator-gerente preso:

“Rodolfo Felipe tem a sua consciência tranqüila. É um ser inofensivo que nunca fez mal a uma mosca sequer. É um trabalhador estudioso, inteligente e ponderado, um apaixonado pela questão social, que sonha com uma sociedade de iguais e de irmãos. Não cometeu nenhum deslize moral, não praticou nenhum delito, não ofendeu o seu semelhante, não injuriou, não caluniou, não prejudicou quem quer que seja”²⁸¹.

O próprio Felipe redigiu uma carta no dia 11 de março no Presídio Político do Paraíso, publicada nas páginas de *A Plebe*²⁸², que serviu como uma espécie de esclarecimento dos fatos e de defesa de seus ideais. Atacou a polícia, o Estado, os novos

²⁷⁹ Doc.5, Prontuário DEOPS-SP no. 400 – Rodolfo Felipe.

²⁸⁰ *A Plebe*, no. 17, 11/03/1933.

²⁸¹ *A Plebe*, no. 18, 25/03/1933.

²⁸² Idem.

governantes “revolucionários” e o antigo *perrepismo*, sempre a postos para minar as idéias anárquicas. Fez um alerta às autoridades, que nunca conseguirão fazer calar os “anseios de liberdade dos povos” nem “encarcerar o pensamento humano”, e concluiu com uma demonstração de esperança e de resistência às investidas contra o movimento anarquista:

“Nós, serenamente, convictos continuaremos a semear os sãos princípios de liberdade e de solidariedade humana, combatendo sempre as mazelas sociais; firmes no nosso posto, livremente escolhido, ao lado dos oprimidos contra os opressores (...), até a batalha final, até o advento da verdadeira justiça e de bem estar para todos os seres humanos”²⁸³.

Na mesma página podemos comprovar a continuação da luta contra a repressão numa nota da redação:

“Como ontem hoje volta ‘A Plebe’ a ser atingida. O seu redator foi preso e sua última edição apreendida.

Mas, a exemplo do que sempre tem sucedido, ‘A Plebe’ vence o obstáculo e aqui está de novo no seu posto de batalha”²⁸⁴.

Na ausência de Felipe, *A Plebe* continuou sob responsabilidade do militante português Adelino Pinho, que fez questão que sua publicação seguisse normalmente apesar da perseguição e da censura. Durante uma reunião na FOSP um investigador escreveu em seu relatório:

“Ficamos sabendo que Rodolfo Felipe, n’*A Plebe*, não passa de simples figura decorativa, porque quem tudo faz é um tal de Adelino Pinho”²⁸⁵.

Rodolfo Felipe foi libertado dia 16 de março de 1933, doze dias depois dessa reunião e vinte dias após sua detenção. Os protestos e denúncias levados a cabo pela FOSP e por *A Plebe* possivelmente contribuíram para a pressão necessária sobre as autoridades para que libertassem o jornalista.

Além de Felipe, dois trabalhadores padeiros ficaram desaparecidos, sendo apenas mais duas das muitas vítimas dessa nefasta prática policial.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Doc.02, Prontuário DEOPS-SP no. 04 – Adelino Pinho.

De Revólver em Punho, os Ladrões Resistiram à Prisão!

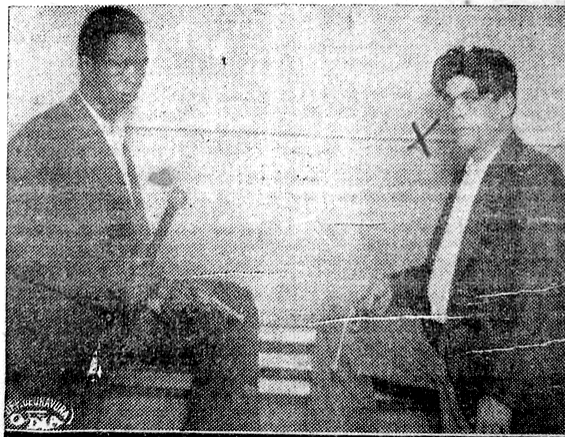
Subjugados pelo guarda-nocturno e por um investigador da delegacia de roubos, os meliantes foram presos

Na madrugada de hontem, cerca das 4 e 35 horas, quando se retirava para a sua casa, passando de bonde pela rua do Carmo, o inspector da Delegacia de Roubos Pedro Sanatore teve a sua attenção despertada para dois individuos suspeitos, sendo um de cor preta, que se encontravam encostados junto á porta de ago de uma casa commercial.

Descendo do electrico, o investigador interrogou-os. Desejava saber o que faziam alli áquella hora e se tinham documentos. Esperavam o bonde, responderam. Quanto a documentos, só um delles possuia. Fazendo menção de tirar do bolso a sua carteira de identidade, o perigoso individuo sacou uma barra de ferro, conhecida por "pé de cabra". E investiu contra o inspector procurando feril-o.

PRESOS. REAGIRAM A' PRISAO

Reagindo, Pedro Sanatore conseguiu desarmal-o, prendendo, acto continuo, os dois audaciosos assaltantes.



Paulo Almeida, (o preso) e Eleutério do Nascimento, seu cúmplice, apanhados nella obiectiva a "O DIA", com as armas de que se utilizaram para resistir á prisão

Segurando um em cada braço e levando na mão o "pé de cabra" encaminhava-se para a Policia Central, quando um delles dando um repellão conseguiu evadir-se. Ganhando distancia sacou do revolver e fez fogo contra Sanatore, errando o alvo.

AMEAÇADO PELOS DOIS LADROES ASSIM MESMO SUBJUGOU-OS

O seu companheiro, aproveitando a oportunidade, conseguiu desvencilhar-se do inspector e, sacando do revolver apontou a arma contra Sanatore.

Atirado pelo estampido correu ao local o guarda-nocturno que auxiliou o investigador á desarmar e prender os ladrões.

Enquanto Sanatore desarmava um dos assaltantes o guarda-nocturno fazia o mesmo com o seu cúmplice.

Subjugados e presos, foram levados á Policia Central, sendo dali encaminhados á Delegacia de Roubos, no Gabinete de Investigações.

QUEM ERAM OS LADROES

Ahi foram reconhecidos como os perigosos assaltantes Paulo de Almeida e Eleutério do Nascimento.

Contra elles foi instaurado inquerito, sendo ambos recolhidos ao xadrez.

Notícia do Jornal *O Dia*, anexada ao prontuário de Eleutério do Nascimento.

O padeiro Eleutério do Nascimento foi preso em setembro de 1934 sem motivo aparente, sendo taxado pela polícia e pela imprensa como um “perigoso ladrão”. O recorte da notícia do jornal *O Dia*, anexado ao seu prontuário²⁸⁶, relata o ocorrido sem esclarecer que crime o padeiro teria cometido. A sua prisão ocorreu, pois um investigador viu “dois indivíduos suspeitos, sendo um de cor negra” em frente a um estabelecimento comercial. Interpelou-os e supostamente foi atacado por Eleutério e Paulo de Almeida, também padeiro, munidos de um pé-de-cabra e dois revólveres. A notícia segue descrevendo o caso como se fosse um episódio de ficção policial, com detalhes sobre o tiroteio e o heroísmo do policial que deteve os dois “ladrões”. A foto publicada no jornal foi nitidamente produzida pelo fotógrafo que fez questão que os presos exibissem “as armas de que se utilizaram para resistir à prisão”. O que *O Dia* não informa é o que os dois supostos “ladrões” efetivamente roubaram.

O semanário *A Plebe*, mais uma vez publicando suas notas de denúncias contra as prisões arbitrárias de trabalhadores e sindicalistas, informou que os jornais estavam caluniando Eleutério e Paulo, ao comunicar que:

²⁸⁶ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1899 - Eleutério Nascimento.

“Conhecido como é esse companheiro entre os trabalhadores de sua classe, de cujo Sindicato vem sendo, de há muito, honesto cobrador, essa notícia provocou a mais justa repulsa. O mesmo aconteceu com Paulo de Almeida, preso na mesma ocasião, que também não é ladrão, mas honesto trabalhador padeiro”²⁸⁷.

A prisão ocorreu justamente durante uma greve parcial dos padeiros, capitaneada pelo Sindicato dos padeiros filiado à FOSP. A Federação levou a público a arbitrariedade através de uma nota oficial, publicada por alguns diários de grande circulação da cidade, o que ocasionou a liberdade de Paulo de Almeida. A notícia nas páginas de *A Plebe* assume ares de denúncia, ao afirmar que a polícia

“procura vingar-se, porém, na pessoa de Eleutério, que não aparece, nem vivo nem morto, e que, segundo as declarações das autoridade ao despacho do ‘habeas-corpus’ que foi interpretado a favor desse operário padeiro, foi posto em liberdade.

Não tendo aparecido, até a presente data, esse companheiro, a Federação conclui que a polícia o tem seqüestrado e vem denunciar aos trabalhadores de São Paulo o fato vergonhoso que atenta contra o direito dos cidadãos e põe a justiça na ridícula situação de uma farsa ignóbil”²⁸⁸.

Em um ofício do delegado do DEOPS para o delegado de Vigilância e Capturas, datado de 29 de setembro de 1934, fica nítido que a polícia sabia muito bem o credo de Eleutério:

“Para os devidos fins, passo à vossa disposição, com urgência, o preso Eleutério do Nascimento, agitador-anarquista e elemento dos mais perigosos para a tranquilidade pública”²⁸⁹.

A denúncia de que os padeiros estavam sendo caluniados é reforçada por esse documento, que transparece uma das táticas da polícia política. Divulgando e sustentando que os sindicalistas anarquistas não passavam de bandidos, visavam desmoralizar os trabalhadores engajados perante a opinião pública e buscavam legitimar uma ação

²⁸⁷ *A Plebe*, no. 72, 29/09/1934.

²⁸⁸ *A Plebe*, no. 73, 13/10/1934.

²⁸⁹ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1899 - Eleutério Nascimento.

repressiva enérgica, já que, à polícia caberia evitar que crimes desse tipo acontecessem. Sendo Eleutério visto como um “perigoso ladrão”, grande parcela da população concordaria com a sua prisão, sem nem tomar conhecimento das motivações políticas por trás dela. Assim, distorcendo os fatos, a polícia imaginava ganhar espaço para agir contra os militantes libertários, angariar simpatias da população e estampar no seio da classe operária paulista o carimbo estigmatizador de “perigosos bandidos”.

A polícia considerava Eleutério uma pessoa violenta. Há relatórios que apontam Eleutério como sendo, supostamente, o autor de disparos contra o entregador de pães Antônio Conceição²⁹⁰ e o agressor do padeiro Joaquim Pinho²⁹¹. Ambos incidentes ocorreram entre abril e maio de 1932, quando de uma greve de padeiros.

Já em 25 de março de 1935, Eleutério voltou a ser preso quando se dirigia ao trabalho. Segundo *A Plebe* do dia 30 do mesmo mês,

“a polícia de São Paulo move injustamente uma perseguição sistemática contra esse camarada, impedindo-o de trabalhar, condenado-o a uma vida de contínuas apreensões e sobressaltos”²⁹².

Segundo *A Plebe*, essa nova prisão foi mais um episódio de repressão por parte da polícia, cuja execução nem esperou a aprovação da “Lei Monstro”.

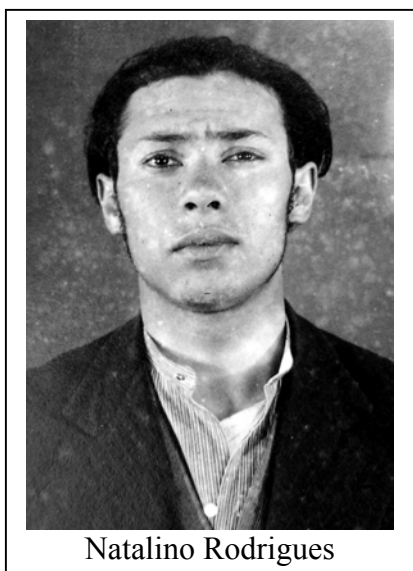
Eleutério seguiu sendo vigiado. Diversas cartas do seu amigo Paulo de Almeida, postadas no Rio de Janeiro, foram interceptadas pela censura postal. Além disso, o reservado José da Silva informou em relatório que esteve “de campana” durante três dias em frente à residência do padeiro até que fosse efetuada uma nova detenção em março de 1936. Em sua casa foram apreendidas listas de contribuição para *A Plebe* e uma quantia em dinheiro. O autor prefere não repetir as acusações contra Eleutério, crendo ser necessário apenas opinar que ele “é muito conhecido desta Delegacia, estando a mesma bem orientada sobre a atuação do mesmo”²⁹³.

²⁹⁰ Doc.10, Prontuário DEOPS-SP no. 1899 - Eleutério Nascimento.

²⁹¹ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 868 - Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo.

²⁹² *A Plebe* no. 85, 30/03/1935.

²⁹³ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1899 - Eleutério Nascimento.



Natalino Rodrigues

Em 1938, é visto, junto ao seu amigo Natalino Rodrigues, na sede do Sindicato dos Manipuladores de Pão²⁹⁴, alguns meses antes de sua legalização, e em 13 de fevereiro de 1939 é identificado ainda como um sindicalista muito influente na sua associação de classe, visto que foi indicado para assumir o cargo de secretário geral, ao qual recusou prontamente²⁹⁵. Em assembléia realizada em 21 de abril de 1944 no Sindicato, então rebatizado para Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo após sua regulamentação junto ao Ministério do Trabalho, podemos ainda notar a vigilância dos agentes do DEOPS e a presença, aparentemente tímida ou receosa, do anarquista:

“Soubemos estar presente à assembléia [Eleutério do Nascimento], pelo competente livro de presença, pois, muito embora corrêsemos os olhos por toda a assistência não demos com o conhecido *leader* anarquista. Com toda certeza, a fim de furtar-se à nossa observação, Eleutério do Nascimento tomou parte na assembléia, por detrás de alguma coluna”²⁹⁶.

Mas, sem dúvida, o desaparecimento que ganhou maior destaque, em fins de 1934, foi o do também padeiro Natalino Rodrigues. “Onde está Natalino Rodrigues?”, perguntava, em letras garrafais, acima de seu cabeçalho, a edição número 76 de 24 de novembro de 1934 do jornal *A Plebe*.

Natalino Rodrigues nasceu em São João da Boa Vista e morava em São Paulo, onde exercia a profissão de padeiro e confeiteiro. Quando tinha somente dezoito anos de idade foi detido após fazer um discurso em meio a uma “reunião de homens de cor, que estavam tratando da organização de sua classe, com o fim de formarem uma frente única”²⁹⁷. Um

²⁹⁴ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 868 - Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Doc. 2, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

investigador da polícia, “instigado por uma mera curiosidade” resolveu entrar no Salão das Classes Laboriosas à meia-noite do dia 19 de outubro de 1931 onde acontecia a reunião. Natalino, segundo o relatório do investigador, “um dos três ou quatro” da cor branca que ali se encontrava, pediu a palavra e tentou “fazer propaganda do comunismo”. Na saída foi detido e colocado à disposição dos delegados do DEOPS. O autor do relatório acrescentou ainda que Natalino já tinha sido preso em agosto do mesmo ano ao iniciar um *meeting* no largo de São José do Belém.

Perante o comissário Raimundo Pereira de Menezes, Natalino confirmou sua participação na reunião e que tinha o intuito de “arregimentar a classe para defender seus direitos”. Afirmou ainda em suas declarações que era “militante anarquista há pouco tempo, sendo associado do Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros de S. Paulo (...) aderente da Federação Operária de S. Paulo”²⁹⁸. Em 1932 foi preso como um dos dirigentes de uma greve de padeiros e ainda foi acusado, junto a Eleutério do Nascimento, de agredir colegas que não aderiram ao movimento, sendo em maio removido para o Presídio Político do Paraíso. Dessa época, consta um extenso panfleto apreendido em seu prontuário, escrito pelo Grupo Ação Libertária, conclamando os anarquistas à revolução social.

Em 1933 voltou a ser detido outra vez, desta feita por um episódio cotidiano curioso: segundo suas declarações perante o delegado do DEOPS em 28 de novembro de 1933, seu chapéu caiu enquanto viajava no estribo de um bonde. Solicitou que o condutor parasse para que fosse buscar o chapéu e o mesmo se recusou, dizendo que descesse com o veículo em movimento. Estabeleceu-se uma discussão que foi acalmada pelos passageiros, fiscais e por guardas civis. Não encontrando seu chapéu, Natalino esperou o condutor voltar para o ponto final da linha, localizada no largo São Bento para fazer com que o mesmo o indenizasse pela perda. Diante da nova recusa deste, Natalino o agarrou, quase iniciando uma luta corporal, impedida pela intervenção de guardas civis e fiscais. Por sua solicitação foi à Repartição Central de Polícia, acompanhado por um fiscal e um guarda civil. Após ouvir as partes, o delegado liberou o fiscal, fazendo Natalino permanecer ali. Esse fato deixou Natalino tão revoltado, que anunciava seu descontentamento com a solução e o

²⁹⁸ Doc. 1, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

tratamento que teve na delegacia a todos presentes na Repartição. Nessas conversas deixou transparecer suas idéias anarquistas, motivo pelo qual julgou ter sido encaminhado para o Gabinete de Investigações do DEOPS²⁹⁹. Esse episódio demonstra claramente a distinção existente entre crimes “comuns” e crimes “políticos” na visão da polícia da época. Ser anarquista, por si só parece ser considerado um grave crime de ordem política e social, mesmo que o acusado tenha somente falado a respeito, numa situação cotidiana ordinária.

As reuniões do Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares de São Paulo encontrava-se sob permanente vigilância policial, na medida em que era afiliada à FOSP. Com sede no prédio da rua Quintino Bocaiúva, número 80, suas atividades mereciam a atenção dos reservados. Nos relatórios, Natalino é apontado como “um de seus principais dirigentes e organizadores”³⁰⁰.

Porém, o estopim que levou *A Plebe* a fazer a pergunta “onde está Natalino Rodrigues?” foi a acusação de assassinato de dois policiais que recaiu sobre o padeiro. Natalino participou da ação de 07 de outubro de 1934, episódio batizado como a “batalha da praça da Sé”, em que antifascistas entraram em conflito com integralistas. Segundo um documento anexado ao seu prontuário, intitulado “Antecedentes do agitador Natalino Rodrigues”,

“quinze minutos após os acontecimentos do dia 7 de outubro do corrente ano, Natalino Rodrigues, foi visto sair do Café Brasil, situado no largo da Sé, ângulo da rua Barão de Paranapiacaba, com suas roupas em desalinho e as calças manchadas de sangue. Testemunhas existem que asseveram tê-lo visto naquele café, de arma em punho, atirando contra as pessoas que se encontravam na praça da Sé”³⁰¹.

Curiosamente o documento não cita qual teria sido seu suposto crime.

O agente duplo Guarany produziu, o que acreditamos ser os dados que legitimaram o “sumiço” de Natalino. Ao descrever, num relatório reservado datado de 19 de outubro de 1934, a situação de desorganização da FOSP após a intensa repressão que sofreu, o reservado Guarany informa:

²⁹⁹ Doc. 7, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³⁰⁰ Doc. 6, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³⁰¹ Doc. 13, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

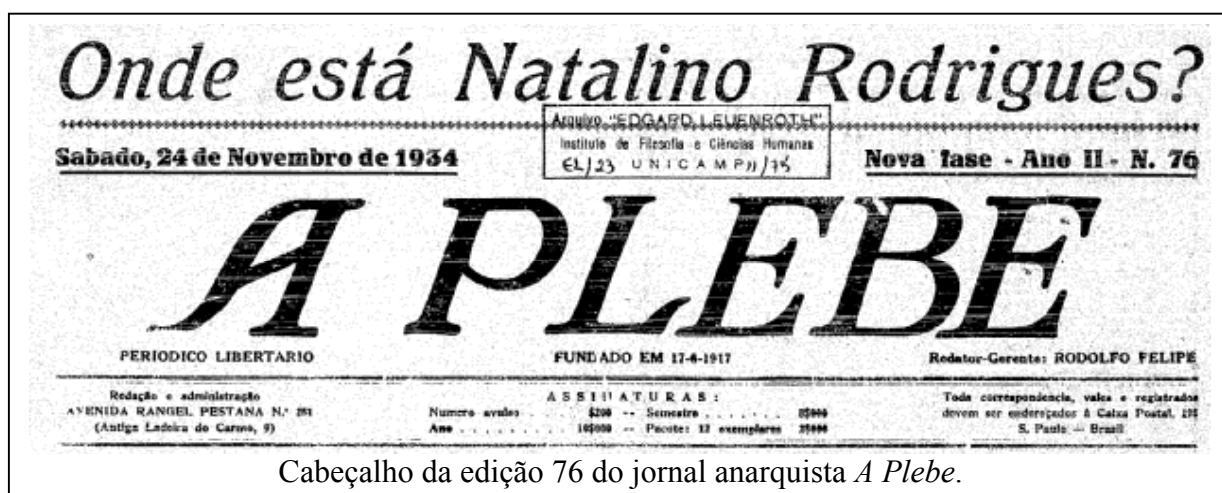
“Agora, fala-se muito aqui das proezas de Natalino Rodrigues no dia 7; este elemento é tido como um dos principais envolvidos nas lutas e ocorrências. Diz-se mesmo que talvez tenha sido ele o responsável pelo assassinio dos dois inspetores vitimados”³⁰².

Dentre os seis mortos e 34 feridos, estavam os referidos policiais – Hernani Dias de Oliveira e José Rodrigues dos Santos Bonfim.

No livro de memórias de Eduardo Maffei, podemos comprovar a inocência de Natalino:

“Foi um lituano, homem de exímia pontaria, que em pleno tiroteio, enquanto os mirava, disse claramente, a Cipriano Cruz: ‘Aqueles dois são meus’. Visou primeiro Hernani e depois Bonfim, inspetores de polícia violentamente anti-esquerdistas, matando o primeiro e ferindo de morte o segundo”³⁰³.

No dia seguinte à “batalha”, a sede da FOSP foi invadida pela polícia. *A Plebe* relata a violência da ação policial:



Cabeçalho da edição 76 do jornal anarquista *A Plebe*.

“Os trabalhadores que se achavam no local viram e sofreram toda sorte de atropelas, culminando estas com a prisão dos camaradas João Perez

³⁰² Doc. 12, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³⁰³ MAFFEI, Op.cit., p. 42.

e Natalino Rodrigues, sendo, este último, vítima das maiores brutalidades e espancamentos”³⁰⁴.

Parentes e amigos iniciaram as buscas pelos cárceres paulistas, a fim de encontrar os operários detidos. A polícia negava sua prisão e às vezes informava que haviam sido soltos. Na verdade foram transferidos para o Rio de Janeiro quando impetrado o *habeas corpus* em favor de Rodrigues e Perez em São Paulo. N’*A Plebe* lemos no comunicado do sindicato, ao qual Natalino é filiado, que os dois detidos foram levados à estação ferroviária em um “carro de aluguel” com destino ao Rio. Diante de um novo *habeas corpus*, solicitado no Rio, a polícia reconduziu-os para São Paulo, recolocando-os nos cubículos do Gabinete de Investigações da rua dos Gusmões, na região da Santa Ifigênia, centro da capital.

Além de informar a suspeita de que teria sido Natalino o responsável pela morte dos dois investigadores, de dar notícias da volta de Eleutério do Nascimento para São Paulo, pois o mesmo encontrava-se no Rio Grande do Sul – para onde, cremos foi deportado pela polícia – o infiltrado Guarany acrescenta que

“o *chauffeur* que transportou Perez e Natalino à estação é suspeito e convém ser tomado em vista”³⁰⁵.

Após esse episódio, Natalino não foi mais visto. Nas edições seguintes do semanário *A Plebe* seguem os protestos e as denúncias quanto à onda de prisões que o DEOPS levou a cabo contra os anarquistas. Além de Natalino Rodrigues e João Peres, foram detidos nesse período também: Pedro Catalo, Luis Papero, Antonio Fonseca, Manuel Martins e Antonio de Araújo. Todos eles foram soltos ou localizados nas porões das prisões paulistas. A única exceção foi, justamente, Natalino Rodrigues, que seguia desaparecido.

A campanha lançada no número 76 de *A Plebe* denunciava seu desaparecimento, acusando a polícia de o haver seqüestrado ou até mesmo de tê-lo assassinado. As colunas do jornal comparam o episódio ao Caso Idalina, devido às proporções que a agitação estava tomando. Foram impressos volantes, boletins e panfletos sobre o “seqüestro” de Natalino. Vários grupos e militantes anarquistas mobilizaram-se em torno da campanha.

³⁰⁴ *A Plebe*, no. 73, 13/10/1934.

³⁰⁵ Doc. 12, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

A notícia de seu reaparecimento foi dada na edição de 8 de dezembro de 1934. Cruzando dados encontrados em diversos prontuários do DEOPS e dessa edição de *A Plebe*, podemos refazer seu caminho quando esteve nas mãos da polícia.

Além de sofrer violências físicas durante sua detenção na sede da FOSP, Natalino foi encerrado na “solitária”, “onde esteve 40 horas, completamente despido e forçado a banho frio cada duas horas”³⁰⁶. Foram impetrados cinco *habeas corpus* em seu favor, o que irritou as autoridades, que a fim de escondê-lo passaram a transferi-lo de prisão diversas vezes, como relata a matéria que informa sua liberdade:

“Começou, então, para Natalino, uma odisséia de torturas: tornou-se um ‘preso volante’. Para escapar à ação da justiça, Natalino era transferido de para outro lado, e a polícia descarregava sobre ele o mau humor que lhe produzia a atividade dos companheiros do Comitê Pró Presos, do Sindicato dos Manipuladores de Pão e dos membros de sua família”³⁰⁷.

Os planos da polícia era enviá-lo, como supostamente fizera com Eleutério do Nascimento algumas semanas antes, para as fronteiras no sul do país, onde seria abandonado sem recursos à mercê da própria sorte e das autoridades da região. Para isso, a polícia o embarcou num navio na cidade do Rio de Janeiro, quando teve suas roupas queimadas e teve que cobrir os ombros com uma toalha e vestir uma calça ordinária azul. Quando o vapor Annibal Benévolo atracou no porto de Santos, Natalino conseguiu se comunicar, do porão da embarcação, com operários das docas que informaram à sede local de seu sindicato sobre a sua situação.

No prontuário de Natalino encontram-se diversos recortes de jornais diários que destacam a ação do juiz da comarca de Santos Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, que atendendo à solicitação do advogado Lincoln Feliciano, concedeu *habeas corpus* ao detido, pois não havia sido apresentada nenhuma prova para que o mesmo continuasse recolhido à Cadeia Pública. Quando solicitada a soltura do acusado, o advogado recebeu a notícia de que o mesmo nunca estivera preso na Cadeia Pública de Santos e que estaria, sim, a bordo do navio Annibal Benevolo, atracado no porto daquela cidade, com destino a Porto Alegre.

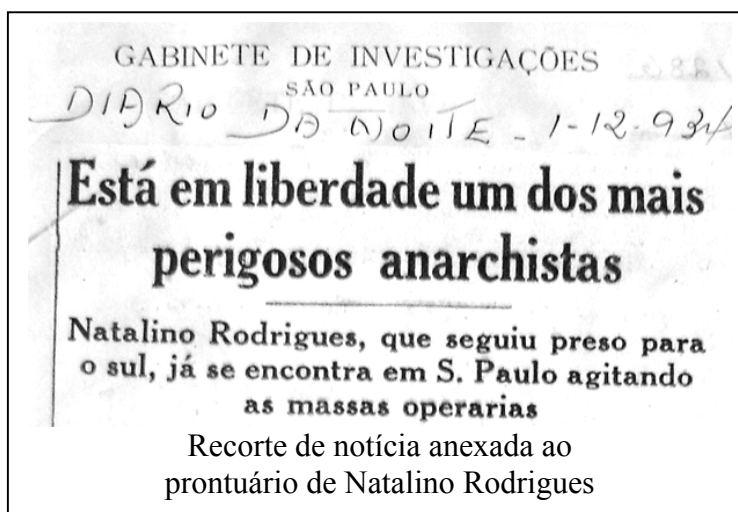
³⁰⁶ *A Plebe*, no. 77, 08/12/1934.

³⁰⁷ Idem.

O comandante do navio informou que a polícia o impediu de desembarcar Natalino, mesmo mediante o *habeas corpus*. O próprio juiz Pedro Chaves, diante da recusa, no dia 29 de novembro de 1934 dirigiu-se ao porto para efetuar a libertação de Natalino, que foi negada e impedida novamente pela polícia marítima. Imbuído de sua autoridade, o juiz, de braços dados ao padeiro, o desembarcou do navio, levou-o ao fórum, tomou seu depoimento e colocou-o em liberdade. Essa informação foi comprovada por um telegrama³⁰⁸ do delegado de polícia de Santos, em resposta à ordem de impedir o desembarque do operário em terra firme, dando conta da atitude do juiz local.

A Plebe segue informando que Natalino participara do conflito na praça da Sé e que “havendo sido preso um dia depois das citadas ocorrências, e remetido, depois de percorrer vários presídios da capital, para o Rio de Janeiro, onde foi embarcado no aludido vapor, com destino, ao que parece, às fronteiras do sul”³⁰⁹.

As notícias da imprensa burguesa anexadas ao prontuário seguem-se uma a uma, relatando a repercussão do fato. Primeiramente relatam as homenagens recebidas pelo juiz pelo seu ato de coragem e justiça. Posteriormente, o *Diário da Noite* de 30 de dezembro de 1934 publica a notícia por



completa, classificando de “um gesto digno” a atitude do juiz Pedro Chaves, que agiu energeticamente contra essa “arbitrariedade policial”, o que o fez ganhar

“enorme simpatia e admiração hoje na cidade, que assistiu eloqüentemente confirmado, o conceito superior de seu magistrado da vara criminal”³¹⁰.

³⁰⁸ Doc. 16, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³⁰⁹ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³¹⁰ Doc. 17, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

Na mesma nota da sucursal de Santos do *Diário da Noite*, podemos ler em resumo o conteúdo das declarações de Natalino às autoridades santistas:

“(...) Natalino Rodrigues informou que fora preso em 8 de setembro último, como tendo participado dos acontecimentos do largo da Sé. Depois de andar por várias prisões da capital [foi] removido (...) para o Rio. De lá tornou a S. Paulo. Dessa capital foi transferido outra vez para o Rio e dali embarcado (...) com destino ignorado”³¹¹.

Porém, convém destacar o último parágrafo da notícia:

“Em todas as prisões por que passou teve de agüentar as maiores torturas sem nenhuma justificativa”³¹².

Surpreendentemente, o teor de uma notícia publicada *a posteriori* no mesmo diário sobre o assunto é totalmente oposta à anterior. Com o título “Está em liberdade um dos mais perigosos anarquistas”³¹³, o jornal reproduz fielmente uma nota escrita pelo próprio DEOPS³¹⁴, onde traça o perfil do “agitador”, descrevendo suas atividades “subversivas”. A reportagem, anexada ao prontuário de Natalino, informa que o padeiro possuía “volumoso prontuário de onde ressaltam notas que o dão como temível agitador anarquista e agressor de operários”.

O documento “Antecedentes do agitador Natalino Rodrigues”, reproduzido no jornal, foi acrescida de pequenos subtítulos em caixa alta pelo “repórter”, com a função de ordenar as ações desse “extremista”. São eles: “Ação anarquista de Natalino”, que narra sua detenção quando da reunião dos negros no Salão das Classes Laboriosas em 1931; “Resistindo á prisão armado de faca”, onde é apontado como dirigente da greve dos padeiros de 1932 e autor de atentados e violências contra os que não aderiam à paralisação, “tendo sido acompanhado nesses atos, pelo agitador Eleutério do Nascimento”; “Combatendo o Ministério do Trabalho”, que dá nota às suas intervenções em reuniões, assembléias e greves em 1933 para atacar a Carteira Profissional e as leis decretadas pelo Ministério; “Desordeiro”, que narra o episódio do conflito com o condutor do bonde,

³¹¹ Idem.

³¹² Idem.

³¹³ Doc. 19, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³¹⁴ Doc. 13, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

pintando o caso como um distúrbio promovido por Rodrigues que gritava que era anarquista, acrescentando ainda que possuía boletins anarquistas quando foi preso e que é acusado de ter “anavilhado” um padeiro em Santos que decidiu trabalhar num dia primeiro de maio; e, “No conflito da Praça da Sé”, conteúdo já apontado anteriormente.

A reportagem inclui por conta própria, sem que tais julgamentos estivessem contidos na nota oficial do DEOPS, que a polícia pretendia enviar Natalino ao sul do país para “evitar que ele continuasse a exercer em Santos, S. Paulo e Rio de Janeiro, sua ação de agitador profissional das massas, em prol do extremismo”. Até a bela homenagem ao juiz que libertou Natalino foi retificada com a constatação posterior do jornal que “o gesto do juiz Pedro Chaves foi cheio de peripécias”, livrando-se assim da gafe cometida pela sucursal santista. A colaboração que diversos jornais burgueses tinham com a polícia fica nesse episódio mais uma vez registrada.

A polícia política e social não perdeu tempo. Em 30 de novembro, dia seguinte à sua libertação, foram até a padaria Paris, localizada na Lapa, onde Natalino trabalhava com a ordem de prendê-lo³¹⁵. Não o encontraram e segundo o proprietário, durante a última detenção de Natalino, o Secretário Geral do Sindicato dos Manipuladores de Pão, José Rocca, mandou uma pessoa, portando uma carta sua, para que fosse entregue à responsabilidade do Sindicato seus pertences e seus ganhos naquele estabelecimento.

No dia 03 de dezembro a Delegacia de Ordem Social solicitou ao Chefe do Serviço de Identificação trinta cópias da foto de Natalino Rodrigues³¹⁶, muito provavelmente para ser distribuída entre os inspetores que estavam autorizados a detê-lo. E o fato se consumou em 9 de dezembro, cerca de uma semana após Natalino ter sido libertado.

A Plebe descreveu sua nova detenção:

“A nova prisão de Natalino revestiu-se de todas as características de um seqüestro ou um rapto à moda dos ‘gangsters’ americanos. Apanhado por numeroso grupo de agentes num logradouro público, no dia 9 do corrente,

³¹⁵ Doc. 18, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³¹⁶ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.



Natalino não mais deu sinal de vida e nem há notícias suas até a hora em que escrevemos estas linhas”³¹⁷.

Desrespeitando uma decisão judicial, os inspetores do DEOPS efetuaram a prisão de Natalino enquanto o mesmo assistia a um espetáculo no Circo Sarrasani, em Santos. Mesmo apresentando o *habeas corpus*, que pela orientação de seu advogado passou a carregar consigo, os policiais o detiveram e ainda debocharam do documento. Em meio aos protestos da população que assistia ao espetáculo – do circo e da polícia – foram presos também Antonio Lopes e Joaquim dos Santos. Os anarquistas denunciaram a arbitrariedade policial,

atribuindo a culpa ao sentimento de vingança do delegado do DEOPS Costa Ferreira, que teria se ofendido com a libertação executada pelo juiz Pedro Chaves.

Concomitante aos novos fatos são instaurados decretos de expulsão dos operários João Perez Parada e Antonio Araújo Ribeiro, o que leva à FOSP a redigir um manifesto em repúdio a essa decisão. O segundo acabou expulso do país em 1935.

Imediatamente, os libertários reiniciaram a campanha “Onde está Natalino Rodrigues?”, tendo em vista que novamente a polícia o escondia dos parentes e amigos³¹⁸. No dia 04 de janeiro de 1935 diversos militantes foram presos por distribuírem panfletos e

³¹⁷ A Plebe, no. 78, 22/12/1934.

³¹⁸ Idem.

colar cartazes e impressos em postes e muros da cidade sobre o desaparecimento de Natalino, quase um mês após sua segunda prisão³¹⁹.

A Plebe anuncia que “o caso Natalino está novamente em cartaz” e acrescenta:

“O destemido operário padeiro começa a tomar o caráter de figura lendária, duma dessas figuras que passam à história como bandeiras de preocupações idealistas.

Natalino Rodrigues toma a feição de um mártir. Sem ser um criminoso, querem fazê-lo passar por isso para justificar um crime policial”³²⁰.

No dia 05 de janeiro o mesmo jornal ainda o dava como desaparecido, sendo que até o momento a polícia não tinha dado “a menor satisfação à interrogação dos trabalhadores” sobre seu paradeiro, e a quem “nem mesmo os próprios juizes puderam defender contra a ferocidade dos esbirros policiais”³²¹.

Documentos em seu prontuário atestam que após sua detenção em 09 de dezembro na cidade de Santos foi finalmente enviado a Porto Alegre, onde esteve detido por 12 dias, até que foi embarcado no vapor Comandante Capella com destino a Belém do Pará. Natalino conseguiu fugir do navio e escondeu-se na cidade de Avaré, interior de São Paulo, na esperança de ser esquecido pelas autoridades. Em abril de 1935 voltou a São Paulo, onde acabou detido novamente no dia 5 de setembro pela Delegacia de Vigilância e Capturas, em cumprimento a um mandado de prisão contra o mesmo, expedido pelas autoridades santistas por ocasião da agressão a “garrafadas” sofrida pelo padeiro Isaac Mendes nos idos de abril de 1934. Supostamente, Natalino, acompanhado de outros indivíduos, ameaçou, “armado de navalha”, os funcionários da padaria Paulista em Santos. Foi liberado após pagamento de fiança no dia seguinte.

Em 2 de dezembro de 1935 mudou-se para Santos, de posse de um salvo-conduto, para trabalhar na padaria Fidalga. No mesmo mês foi preso e processado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) na onda de repressão após a Intentona Comunista. Consta sua transferência junto com outros militantes de esquerda para o Presídio Político do Paraíso.

³¹⁹ Doc. 25, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³²⁰ *A Plebe*, no. 78, 22/12/1934.

³²¹ *A Plebe*, no. 79, 05/01/1935.

Em sua declaração ao delegado do DEOPS³²², disse ter sido detido dia 13 de dezembro em Santos, sem saber o motivo. Disse ainda não pertencer a ANL, que nunca participou de uma reunião de tal organização e que não sabia dos movimentos no norte do país. Além disso, declarou estar afastado de qualquer atividade anarquista.

Nesta ocasião permaneceu preso, mesmo sem culpa formada ou acusação contra a sua pessoa. Há uma carta remetida de sua cidade natal, São João da Boa Vista, apreendida em seu prontuário. No envelope podemos notar que ela foi endereçada ao Presídio Político da Capital, localizado na avenida Celso Garcia, mais conhecido como Presídio Maria Zélia, por ter sido instalado onde anteriormente foi a fábrica de tecidos de Jorge Street, anexa à Vila Operária Maria Zélia. No mesmo envelope vemos a anotação a lápis “Paraíso”, indicando a transferência da carta para onde Natalino se encontrava. Isso mostra que amigos e parentes desconheciam sua exata localização.

Mas, qual não é a surpresa de lermos, no mesmo envelope uma outra anotação, também a lápis: “Juquery”.

Em um ofício datado de 17 de abril de 1936 podemos entender o porque da referida anotação:

“Para os devidos fins, comunico a V. Sa. que o preso político Natalino Rodrigues (...) foi, em data de hoje, removido para o Manicômio Judiciário, em Juquery, onde ficou internado, de conformidade com a autorização do Exmo. Sr. Secretário da Justiça e Negócios do Interior”³²³.

O delegado auxiliar que assina o documento é justamente o Sr. Costa Ferreira, acusado pelos anarquistas de deflagrar a caçada a Natalino e contra ele exercer uma implacável perseguição. O mesmo delegado, meses antes de conseguir sua transferência para o Juquery, havia encaminhado Natalino para a Assistência Geral de Psicopatas com o suposto diagnóstico de “alienação mental”, quando foi orientado a assim não proceder pois

“tratando-se de um comunista com passagem por diversos presídios, indivíduo perigoso à ordem pública, não é aconselhável o seu recolhimento

³²² Doc. 35, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³²³ Doc. 39, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

ao Hospital de Juquery, visto não oferecer esse estabelecimento a necessária segurança”³²⁴.

Natalino Rodrigues permaneceu no Manicômio Judiciário do Juquery por oito meses. Uma solicitação feita pelo delegado Venâncio Ayres dizia, que “caso esteja, com efeito, restabelecido”, deveria ser transferido para o Presídio Político da Maria Zélia³²⁵, que foi prontamente atendida.

Em 10 de fevereiro de 1937, Natalino consegue evadir-se do Presídio, durante uma grande fuga de presos e finalmente conquista sua tão almejada e merecida liberdade.

Mas, infelizmente a polícia não o deixaria em paz definitivamente. Em fevereiro de 1938 foi identificado como freqüentador da nova sede do Sindicato dos Manipuladores de Pão, no largo da Sé, número 39, novo endereço da FOSP, e de fazer “propaganda comunista”³²⁶. Já em fins de 1941, após uma troca de informações entre o DEOPS de São Paulo e a polícia da cidade de Niterói, Natalino acabou preso, em 24 de janeiro de 1942, pelo DEOPS do Rio de Janeiro, acusado também de “propaganda comunista”³²⁷.

Em 1944 encontramos Natalino de volta a São Paulo, trabalhando numa padaria na rua 25 de Março e envolvido numa acusação de tecer críticas ao presidente Getúlio Vargas e ao governo, em companhia do empregado Paulo de Oliveira e do proprietário do estabelecimento, Abdalla Bucheb. A denúncia partiu de João Freire de Oliveira, que ao que consta pretendia vingar-se do ex-patrão que o despedira³²⁸. Porém, para Natalino, esse episódio corriqueiro fez com que seus antecedentes viessem novamente à tona e fosse processado novamente pelo TSN, no qual acabou absolvido em dezembro de 1944. Foi, finalmente, intimado a comparecer no DEOPS novamente para fins de identificação efetivada em 25 de janeiro de 1945, sendo essa a última pista que temos de seu paradeiro.

Após conhecermos a sua história, podemos concluir que Natalino Rodrigues, acusado de agressões e considerado um sujeito violento, foi vigiado de perto pela polícia por mais de dez anos, sofrendo prisões arbitrárias, degredos, internação em hospício e

³²⁴ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³²⁵ Doc. 44, Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³²⁶ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 868 - Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares.

³²⁷ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³²⁸ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

violências físicas, simplesmente por ser um anarquista e participar ativamente de greves e organizações libertárias. Seu caso é um entre vários desse tipo que ocorreram durante a ditadura varguista, acusada de ter procedimentos ilegais no trato com os prisioneiros.

Porém, extrair dos documentos restantes do DEOPS relatos de torturas e maus tratos não é comum. Mas alguns acabam surgindo, em especial nas declarações de presos perante o Juízo de Direito Comissário para Inquirição de Presos Políticos. Rodolfo Felipe, por exemplo, quando de sua prisão em Santos, junto a Gusmão Soler, declarou, em audiência no Juízo, que

“na polícia daquela localidade apenas lhe perguntaram como tinha fugido para Santos, pois estivera preso; que por mais que o declarante explicasse que tinha sido regularmente solto, continuou preso naquela localidade por cerca de doze dias, num cubículo infecto juntamente com loucos, epiléticos, morféuticos, mendigos e presos comuns criminosos, onde o declarante teve oportunidade de assistir quadros horrorosos de passarem presos três dias sem comer porque a comida distribuída era manifestamente insuficiente”³²⁹.

O padeiro Natalino Rodrigues, quando inquirido pelo referido Juízo durante sua detenção em dezembro de 1935, afirmou “que nas prisões anteriores [foi] barbaramente espancado”³³⁰.

É difícil precisar sobre quais circunstâncias eram tomados os depoimentos nas delegacias e no referido juízo. Sabemos que a prática de tortura existiu durante os períodos ditatoriais no Brasil, e até em períodos pretensamente democráticos, mantendo-se prática corrente ainda hoje em dia. Porém, todos os governos tentam esconder tal fato, pois a tortura não goza de uma “legitimidade formal”. A busca de “provas” por esse método reduz “o conhecimento ao exercício brutal do poder”³³¹.

Não foi possível localizar muitos relatos parecidos com o de Natalino nos diversos prontuários, que figurariam como provas concretas de que os declarantes tenham sido

³²⁹ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 400 – Rodolfo Felipe.

³³⁰ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1286 – Nathalino Rodrigues.

³³¹ GINZBURG, Carlo. *Relações de Força – História, retórica, prova*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 43.

torturados³³², mas deve-se levar em consideração a coerção que a simples existência de um órgão com as características do DEOPS exerce nos cidadãos. Através da “lógica da desconfiança” e da cultura do medo é possível exercer um tipo singular de opressão, aquela baseada no terror levado a cabo pelo Estado e seus órgãos de repressão arbitrários. Segundo Regina Pedroso,

“é nesse sentido que o terror não está apenas ligado ao temor físico da prisão e da tortura, mas também ao imaginário das pessoas, que ao aceitar, interioriza esse medo, transformando-o em submissão ao Estado autoritário”³³³.

Pouca coisa do que acontecia atrás das grades era de conhecimento dos familiares e companheiros de um preso. As suspeitas de maus-tratos e de espancamentos eram constantes. Porém, muitos homens e mulheres encarcerados não deixavam de lado suas crenças, fazendo-as valer mesmo dentro dos muros do presídio. Jorge Ferreira apontou algumas dessas práticas entre os comunistas presos após os levantes de 1935³³⁴: a criação de um “coletivo”, que tinha um caráter administrativo, de autodefesa e de solidariedade grupal; atividades culturais e o canto de hinos revolucionários; a “rádio”, em que um detendo fazia as vezes de “locutor”; e a publicação de jornais manuscritos.

Pelas páginas de *A Plebe* e pelos prontuários do DEOPS é possível traçar os primeiros perfis do comportamento dos anarquistas atrás das grades durante a ditadura de Getúlio.

Na edição de 4 de novembro de 1933 de *A Plebe*³³⁵ há um relato intitulado “Comemoração de Francisco Ferrer no ‘Paraíso’”. Nele podemos ler a respeito da comemoração do 23º ano de fuzilamento do espanhol Francisco Ferrer y Guardia³³⁶, convocada, segundo a nota, por “nossos ‘primos’ stalinianos”, à qual atenderam, “nós, os libertários” e os trotskistas que ali estavam presos. “O camarada Hermínio” – que

³³² Porém, estudos apontam para a existência de tortura e assassinatos nas prisões durante o período, em especial, PEDROSO, Op.cit. e CANCELLI, Op.cit..

³³³ PEDROSO, Op.cit., p. 35.

³³⁴ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 1997, p.p. 99-111. Também vale citar: RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*, Rio de Janeiro, Record, 1992.

³³⁵ *A Plebe*, no. 46, 04/11/1933.

³³⁶ Para saber sobre a vida e a obra de Ferrer, ver SAFÓN, Ramón. *O Racionalismo combatente: Francisco Ferrer y Guardia*, São Paulo, Imaginário, 2003.

acreditamos ser o diretor do periódico *O Trabalhador*, Hermínio Marcos – iniciou a festividade fazendo um discurso sobre a vida e a obra de Ferrer. O “comício” deu-se na cela número oito do Presídio Político do Paraíso. Aos poucos foram juntando-se à cela os demais presos que estavam no pátio, além de “funcionários, escrivães, cozinheiros, ajudantes e soldados da guarnição”, os quais ao término da fala aplaudiram efusivamente. Depois o ‘staliniano’ falou, causando, “muito de propósito” confusão entre a Escola Racionalista, idealizada por Ferrer e a Escola Leiga burguesa. Ao fim das falas, veio o grande encerramento:

“Acabou-se a sessão com as notas vibrantes de ‘A Internacional’ e com o hino ‘Filhos do Povo’, entoados por todos os presentes e com o aplauso geral de todos os recantos do presídio”³³⁷.

Reproduzimos um trecho de um texto produzido por Rodolfo Felipe, que passou longos períodos aprisionado, que descreve a união existente entre os anarquistas presos no Presídio Maria Zélia em meados de 1935 e 1936:

“Dentre a multidão de seres humanos que constituía a população de Maria Zélia, um nucleozinho, um punhado de homens formavam uma família à parte: era o exemplo da moral libertária, onde o livre acordo presidia as suas iniciativas e a liberdade culminava em toda a pujança e beleza, dando a cada um a responsabilidade de seus próprios atos”³³⁸.

Porém, mesmo tendo ficado atrás das grades por tanto tempo, Rodolfo Felipe continuou sua militância em prol do anarquismo, editando pequenos jornais manuscritos a lápis. Durante sua estada de 19 meses no Presídio Político Maria Zélia, diversos desses boletins improvisados circulavam entre os prisioneiros trazendo notícias e “causos” da vida carcerária de maneira crítica e satírica. Seus nomes eram sugestivos: *Gazeta do Paraíso*, *A Truta*, *A Cana* e *O Xadrez*. Por exemplo, no número 3 deste último havia o seguinte anúncio:

³³⁷ Idem.

³³⁸ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.5*, Florianópolis, Insular, 1998, p. 95.

“Vende-se duas grades de ferro em perfeito estado. Preço Bom. Tratar com Martinez. Xadrez 11”³³⁹.

Na mesma edição lemos:

“Todos os hóspedes que ontem ausentaram-se do ‘Paraíso’ à francesa, foram reguindados a este inconveniente estabelecimento de repouso”³⁴⁰.

Já em um dos exemplares de *A Cana* podemos ler, em tom irônico, sobre a “festa” que os presos fizeram quando um companheiro de cela conseguiu da administração do Presídio um prego para que pudesse pendurar suas roupas. Em meio à “comemoração”, encontrava-se Rodolfo Felipe que

“profundamente emocionado diante de tanta ordem e disciplina, proferiu um choroso discurso sobre a Anarquia (...) encerrando-se assim a bela festa do preguinho”³⁴¹.

Cópias de *O Xadrez* e de outras dessas publicações improvisadas encontram-se anexados ao seu prontuário como “provas” de seu crime – proferir o anarquismo – e como atestados da resistência da imprensa libertária e de seus produtores, que nem mesmo sob fogo cerrado por parte da repressão ou trancafiados atrás das grades deixavam de propagar suas idéias através da pena e da palavra.

A solidariedade aos presos

As notícias sobre as prisões de militantes publicadas na imprensa anarquista sempre tiveram diversas intenções: para além de ter um caráter de denúncia, demonstrando muitas vezes a violência e a arbitrariedade policial, elas contavam sua versão dos fatos e protestavam publicamente, exigindo a liberdade do companheiro que caiu nas mãos das autoridades. Nesse caso poderíamos até aproximar esse tipo de notícia às que por ventura eram publicadas na imprensa burguesa da época, apesar da mesma raramente exibir alguma simpatia pelos detidos. O grande diferencial que encontramos nos tablóides libertários é a

³³⁹ Doc. 41, Prontuário DEOPS-SP no. 400 – Rodolfo Felipe.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Doc.42, Prontuário DEOPS-SP no. 400 – Rodolfo Felipe.

prestação de solidariedade aos encarcerados, à família e aos amigos. Porém, essa solidariedade ia muito além de uma gentileza ou formalidade publicada em suas colunas. Muitas vezes os editores engajavam-se efetivamente em alguma ação de solidariedade aos presos e convocava seus leitores a colaborarem com o caso de diversas maneiras. Acompanhando por um período o jornal *A Plebe*, principalmente em datas próximas aos brutais ataques policiais que sofreram os anarquistas – em consequência, por exemplo, da “batalha da praça da Sé” – investidas que atingiram a própria publicação, além da FOSP e sindicalistas filiados a ela, podemos formar uma primeira visão sobre as formas de solidariedade colocadas em prática pelos que permaneceram do lado de fora dos presídios.

Era comum a formação de pequenas comissões a fim de tentar libertar os detidos ou de ações para angariar fundos para as despesas legais e para ajudar a família do companheiro. Com o intuito de melhor realizar esse trabalho de solidariedade surgiu o Comitê Pró Presos Sociais. Comitês desse tipo já tinham existido e em períodos de maior agitação e repressão os anarquistas de São Paulo reativavam-no. É o que podemos notar na edição número 247 de *A Plebe*, publicada em 12 de março de 1927, pouco depois de seu reaparecimento. Tentando reagrupar os libertários dispersos após a repressão de 1924, o jornal publicou as bases de acordo do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo, cujo primeiro item diz:

“1º -Formar um Comitê pró-presos por questões sociais para apoiar e socorrer a todos aqueles que sejam vítimas da tirania e das leis”³⁴².

No número 249 há uma nota sobre o Comitê Pró Presos Sociais do Rio Grande do Sul, o que demonstra que havia grupos desse mesmo caráter espalhados por outros estados³⁴³. Grupos do mesmo tipo eram formados em outros países também. O que reforça ser o apoio aos



³⁴² *A Plebe*, no. 247, 12/03/1927.

³⁴³ *A Plebe*, no. 249, 09/04/1927.

presos uma prática comum, constante e intrínseca ao movimento anarquista em várias partes do mundo e em várias épocas³⁴⁴. Ambos os jornais encontrados no bonde e apreendidos pela polícia endereçados à Caixa Postal 195 – *Avanzada* e *Ateneo* – são de origem argentina e de cunho anarquista e davam grande destaque em suas páginas para o caso dos “presos de Bragado”³⁴⁵. Os referidos presos são justamente “Vuotto, Mainini e de Diago” que figuram em um dos boletins impressos também apreendidos. Após um atentado à bomba contra um político conservador, uma onda de repressão recaiu sobre os anarquistas argentinos, resultando na prisão e acusação de Pascual Vuotto, Santiago Mainini e Reclus de Diago. Os três permaneceram presos por onze anos, mesmo diante de diversas provas de sua inocência. Na Argentina articularam-se diversos Comitês Pró Presos de Bragado e muitas publicações foram editadas clamando por justiça. À exemplo da campanha Pró Sacco e Vanzetti³⁴⁶, ocorrida no final da década de 1920, que tomou proporções mundiais, os anarquistas pretendiam divulgar o caso de Bragado aos agrupamentos libertários não só na Argentina, mas em outros países também. Da Espanha, por exemplo, O redator de *O Trabalhador*, Hermínio Marcos, recebeu uma carta do Comitê Pró Presos de Cadiz³⁴⁷, deixando nítida a troca de informações entre os libertários de vários países. Essa prática era muito comum entre os libertários brasileiros desde a década de 1920 e foi retomada na década de 1930.

Em 1934 a função do Comitê não era muito diferente da exposta nas bases de acordo do Comitê de Relações de Grupos Anarquistas de São Paulo. Tendo em vista as constantes detenções de operários ligados à FOSP e de integrantes de grupos e jornais anarquistas, ele tinha como principal objetivo libertá-los.

Na edição de 13 de outubro de 1934, a primeira após os conflito com os integralistas, *A Plebe*³⁴⁸ dá nota pela primeira vez, nessa ocasião, de uma movimentação do Comitê Pró Presos Sociais. Um rifa, cujo prêmio foi um quadro pintado a óleo oferecido

³⁴⁴ Hoje em dia ainda podemos verificar grupos do mesmo caráter que os Comitês Pró Presos Sociais. O mais notório grupo na atualidade é a rede conhecida como Cruz Negra Anarquista, espalhada por muitos países do mundo, inclusive no Brasil. <http://www.anarchistblackcross.org/>. Acesso em 06/04/2005.

³⁴⁵ Sobre os “presos de Bragado” ver CIMAZO, Jacinto. *Recuerdos de un libertario*, Buenos Aires, Reconstruir, 1995.

³⁴⁶ Prontuário DEOPS-SP no. 70.320 - Comitê Pró Sacco e Vanzetti.

³⁴⁷ Doc. 26, Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez.

³⁴⁸ *A Plebe*, no. 73, 12/10/1934.

por Angelo Lasheras, intitulada “Ação entre Amigos” anunciada no número anterior como forma de suporte financeiro à publicação do jornal, foi revertida para o Comitê. A partir daí as ações pelos presos e em seu apoio reaparecem com grande intensidade.

No número seguinte vemos na capa o anúncio de um “festival de solidariedade aos presos sociais”,³⁴⁹ programado para ser realizado na sede da FOSP e com convites sendo vendidos nos sindicatos, e nas redações de *A Plebe* e

A Lanterna. Nas suas páginas lemos ainda um texto justificando a realização do festival: angariar recursos financeiros para arcar com os custos do inquérito. Nesse sentido a solicitação de contribuições realizadas de várias formas, surtiu efeito. Indivíduos ou associações se encarregavam de angariar fundos através de “listas” de apoio; nas conferências no CCS e na FOSP eram recolhidos donativos; diversos simpatizantes enviavam dinheiro de sua cidade natal através do correio. *A Plebe* publicou o balancete do Comitê e informou a situação financeira, após as primeiras contribuições:

“Como todos podem verificar, não obstante a situação de miséria e privações por que estão passando as classes proletárias, o resultado do apelo que fizemos pelas colunas de ‘A Plebe’ é confortante”³⁵⁰.

O saldo do Comitê era positivo, em grande parte pela ajuda das doações do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo. Esse Comitê, fundado na década de 1920 continuava na ativa em meados da década de 1930, tendo, inclusive editado uma

³⁴⁹ *A Plebe*, no. 74, 27/10/1934.

³⁵⁰ *A Plebe*, no. 75, 10/11/1934.

publicação batizada de *O Rebelde*, cujo diretor era o português Francisco Neves.³⁵¹ Ao que tudo indica, o referido Comitê de Relações era uma espécie de federação de grupos especificamente anarquistas, pois, nas reuniões para tratar de suas atividades em relação às violências policiais sofridas pelas “classes proletárias” podemos ler que “têm comparecido grande número de delegados de organizações anarquistas” e que “os grupos do interior já estão sendo postos a par dos acontecimentos por meio de circulares e correspondência”. Na mesma nota, intitulada “Pró Liberdade de Natalino Rodrigues, João Perez e Antonio Araújo”, o Comitê completa:

“Há um perfeito entendimento entre todos os núcleos anarquistas no sentido de que seja obtida, por qualquer meio, a liberdade dos operários detidos arbitrariamente pela polícia de Ordem Social”³⁵².

Os gastos apontados no balancete do “caixa pró presos” são os seguintes: pagamento a advogados; auxílio aos presos e seus familiares; reconhecimento de firmas; telegramas, telefonemas e papel; despesas de condução; e pagamento de médico e compra de medicamentos. Porém, num balancete de 02 de março de 1935 notamos a ajuda direta aos companheiros ainda presos ou libertados, através de quantias computadas nas “despesas” do Comitê: “ajuda ao Araújo”; “ajuda ao Eleutério”; “entregue ao João Peres”. “entregue ao Natalino”; “entregue ao Hermínio”; e até mesmo, “auxílio a um camarada de Mato Grosso”³⁵³. Os auxílios foram para os detidos durante os últimos meses de 1934: os padeiros Eleutério do Nascimento e Natalino Rodrigues; João Peres Parada e Hermínio Marcos Hernandez, da FOSP; e o português Antonio Araújo Ribeiro. O repasse de quantias para “um camarada do Mato Grosso” e para Hermínio, que se encontrava detido no Rio de Janeiro, demonstram o alcance do trabalho Comitê, para além dos territórios paulistas. Tal dinheiro, muito provavelmente era usado para esses militantes suprirem suas necessidades materiais e de sua família, assim como, eventualmente, para colaborar na fuga para alguma cidade distante, até que a polícia os “esquecesse”.

O uso do dinheiro pelas vítimas fica evidente em mais uma convocatória pelo apoio financeiro ao Comitê:

³⁵¹ Prontuário DEOPS-SP no. 155 - Francisco Augusto Neves.

³⁵² *A Plebe*, no. 74, 27/10/1934.

³⁵³ *A Plebe*, no. 83, 02/03/1935.

“O balancete (...) publicado no passado número (...) mostra que os camaradas não devem esquecer-se que este Comitê não poderá atender às necessidades dos presos sociais se lhe faltar o apoio daqueles que estão integrados na luta pela emancipação humana, pois o pequeno saldo que acusava, esse mesmo já foi empregado em benefício de camaradas que precisaram deixar S. Paulo”³⁵⁴.

O festival Pró Presos anunciado para 17 de novembro de 1934, não se realizou. *A Plebe* de 24 de novembro de 1934 esclarece o ocorrido:

“A polícia não o permitiu [festival], negando a concessão do alvará necessário à sua realização.

Sendo o festival promovido pela Federação Operária, os componentes do Comitê Federal dessa Federação estão cogitando da organização de um novo festival, para o qual serão válidos os convites distribuídos para o festival passado”³⁵⁵.

Aparentemente não foi possível realizá-lo posteriormente, pois não há notícias em nenhum periódico, nem dados em prontuários policiais.

Mas, para além dessa questão objetiva – a financeira – há, principalmente, a prestação de solidariedade aos companheiros, “que constitui a base para a afirmação dos princípios anárquicos” e é “um dos atributos mais belos do indivíduo em sociedade”³⁵⁶.

O Comitê Pró Presos Sociais conseguiu um apoio incrível, mesmo de indivíduos que “há muito estão afastados das atividades da propaganda” que trouxeram sua solidariedade moral aos companheiros vítimas das prepotências policiais”³⁵⁷.

Os relatos da solidariedade seguem pelas páginas de *A Plebe*:

“A solidariedade que se manifesta em torno dos operários que nas prisões infectas do Estado sofrem a coação moral de se verem privados de liberdade, a dedicação das suas companheiras que não deixam um só dia de visitar as prisões para levar aos companheiros o conforto moral do seu

³⁵⁴ *A Plebe*, no. 84, 16/03/1935.

³⁵⁵ *A Plebe*, no. 76, 24/11/1934.

³⁵⁶ *A Plebe*, no. 74, 27/10/1934.

³⁵⁷ Idem.

sacrifício, o desprendimento com que todos concorrem com recursos, tirando-os, muitas vezes, à boca e ao estômago, conforta e anima, é uma demonstração de que a idéia frutifica, que os sentimentos de revolta contra as instituições parasitárias se avolumam”³⁵⁸.

Os anarquistas colocaram em prática, através dos Comitês Pró Presos Sociais, em diferentes locais e diferentes épocas, o princípio da solidariedade, tão intrínseco ao seu ideal.

Em oposição à lei do Estado e da burguesia, propunham a “lei da solidariedade”. A opinião libertária sobre os defensores da primeira podemos apreender na poesia “Os defensores da lei”, publicada n’*A Plebe*:

“Na rua Quintino Bocaiúva um agente de polícia mata um guarda civil, a tiros – Um inspetor de polícia agride a tiros um guarda do Horto Florestal – Audacioso roubo praticado na Drogaria Mouse, por um ex-delegado de polícia... (Dos jornais).

Com gente desta laia a burguesia
Forma seus pedestais de mercenários.
Vai buscá-los aos meios salafrários,
Às tabernas do vício e de sacristias.

São ladrões e assassinos, são rufias,
Malandros, ‘carteiristas’, bagunceiros,
Cabos eleitorais e cangaceiros,
Saídos da esterqueira e das folias.

Que na rua massacram proletários
Servindo ao Capital, a Deus e ao Rei,
Ao patriotismo e a outros nomes vários.

³⁵⁸ *A Plebe*, no. 75, 10/11/1934.

E à podridão inútil de tal grei
Chamam da burguesia os serventuários
Pomposamente os defensores da Lei!...”³⁵⁹

Sobre os defensores da segunda, a “lei da solidariedade”, Malatesta escreveu:

“O anarquista sabe que o indivíduo não pode viver fora da sociedade e que ele só existe enquanto indivíduo porque traz consigo a soma total do trabalho de incontáveis gerações passadas e se beneficia, ao longo de sua vida, com a colaboração de seus contemporâneos. Ele sabe que a atividade de cada um tem uma influência, direta ou indireta, na vida de todos e, por isso mesmo, reconhece a grande lei da solidariedade que prevalece na sociedade humana assim como na natureza. E como deseja a liberdade para todos, é preciso que deseje também que a ação desta solidariedade essencial não seja imposta e sofrida inconsciente e involuntariamente, nem deixada ao acaso e explorada em benefício de alguns em detrimento da maioria, mas que, ao contrário, ela se torne consciente e voluntária e se faça, por isso mesmo, em benefício de todos igualmente”³⁶⁰.

A solidariedade é demonstrada de forma intensa entre os companheiros que procuram amparar os que acabaram detidos. Durante uma fala emocionada proferida em uma festa de boas vindas realizada na casa de Pedro Catalo em 4 de junho de 1938, após a absolvição de Edgard Leuenroth e José Carlos Boscolo do processo que sofreram em 1935, Rodolfo Felipe resume de forma magistral não só um período negro de repressão ao anarquismo no Brasil, mas o sentimento de companheirismo que envolve tanto os que estão atrás das grades como os que ficam fora delas, ainda presos pelos grilhões do Estado e do Capital. Mesmo sendo uma longa exposição, vale reproduzir alguns de seus mais significativos trechos.

Primeiramente, Rodolfo trata especificamente da absolvição de Leuenroth e Boscolo:

³⁵⁹ *A Plebe*, no. 84, 16/03/1935.

³⁶⁰ GRUPO ANARQUISTA PRIMEIRO DE MAIO (org.). *Malatesta: textos escolhidos*, Porto Alegre, L&PM, 1984, p.p. 27-28.

“(…) a negra hipótese de revermos o nosso amigo [Leuenroth] novamente entre as grades de uma prisão, ou de o saber emparedado entre quatro paredes, muros de um presídio, a mover-se, lentamente, de um lado para o outro, sem sossego de espírito e sem campo para dar vazão ao seu temperamento irrequieto, sofrendo a pressão do meio e as penúrias morais e físicas que se sofre nas prisões. Essa era a hipótese que preocupava a todos que o sabíamos processado.

Dissipado o perigo, que o ameaçado, qual espada de Dêmocles, julgamos justo que nos felicitemos e que lhes demonstremos a nossa solidariedade e os nossos afetos de sincera amizade e de leal camaradagem.

Mas com ele e como ele, foi também processado e absolvido outro nosso amigo, o Boscolo. (...) São dois, pois os amigos que deixaram de ter sobre si a ameaça de voltarem à segregação do convívio social, de serem separados dos seus entes caros, e tornarem para a prisão, onde já estiveram durante muitos e longos meses. (...) A segregação do homem é um dos grandes crimes que a humanidade comete contra os seus semelhantes”³⁶¹.

Em seguida, lembra-se de outros companheiros detidos:

“Mas a esses episódios, outros estão ligados. Quando eles, os nossos homenageados, estiveram no presídio, não estiveram sós. Outros, muitos outros amigos estiveram com eles.

(...) Essa família foi dispersa. Seus componentes foram separados, mas o ideal que os fraternizava ainda vive, e portanto, essa união ainda existe. Aqui estamos, dos que dela fazíamos parte: Edgard, Boscolo, Guriani, Artilio, Berretari e eu. Não está presente o Vergílio, que sabemos estar processado, mas em gozo de sua liberdade, a quem também desejamos sabê-lo absolvido quanto antes.

(...) Entre muitos dos presos que se solidarizaram e simpatizavam conosco no presídio, estava o amigo Ramos Merino que por sua desventura,

³⁶¹ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.5*, Florianópolis, Insular, 1998, p. 94.

duas vezes mais voltou a ser detido, ainda hoje se encontra em companhia do Lasheras, sofrendo as mesmas agruras e privações”³⁶²

E finalmente, em tom de agradecimento, conclui:

“(…) Para terminar, digamos mais duas palavras de gratidão a todos quantos nos prestaram a sua generosa solidariedade moral e econômica, durante o tempo que estivemos detidos, confortando-nos moralmente e proporcionando-nos verdadeiros momentos de alegria (...); assim como permitiu a alguns dos nossos amigos, mitigar a fome dos próprios filhos”³⁶³.

Essas palavras demonstram, a importância da solidariedade prestada pelos que estão do lado de fora dos muros para com os que sofrem a privação de sua liberdade. A sensação de saberem que não estão sozinhos, que muitas pessoas se movimentam por sua causa, unem esforços e buscam energias na esperança de sua libertação, acreditamos, faz com que os anarquistas presos encontrem forças para viver e resistir à todas as violências e privações, sem perder de vista o seu ideal, que se materializa no apoio e na solidariedade entre homens e mulheres que não fazem o papel nem de oprimido, nem de opressor. Esses são os que querem “o máximo de bem-estar, o máximo de liberdade, [e] o maior desenvolvimento possível para todos os seres humanos”³⁶⁴.

O anarquista Kropotkin resume muito bem o sentimento dos libertários ante as prisões:

“Toda injustiça cometida contra o indivíduo é, em última instância, sentida por toda a humanidade”³⁶⁵.

³⁶² Idem, p. 95.

³⁶³ Idem, p. 97.

³⁶⁴ GRUPO ANARQUISTA PRIMEIRO DE MAIO, Op.cit., p. 27.

³⁶⁵ KROPOTKIN, Piotr. *As prisões*, São Paulo, Index Librorum Prohibitorum, 2003, p.12.

Capítulo 4 – Crime político e crime de Estado

Quer escrevesse ‘abaixo o Grande Irmão’ ou não, não fazia diferença. Quer continuasse o diário, quer parasse, não fazia diferença. A Polícia do pensamento o apanharia do mesmo modo. Cometera – e teria cometido, nem que não levasse a pena ao papel – o crime essencial, que em si continha todos os outros. Crimidéia, chamava-se. O crimidéia não era coisa que pudesse ocultar. Podia-se escapar com êxito algum tempo, anos até, porém mais cedo ou mais tarde pegavam o criminoso.

George Orwell

A preocupação com o “crime político” deu a tona da Era Vargas.

Apesar dos anarquistas utilizarem em suas publicações o termo “preso social” ao invés de “preso político”, o DEOPS considerava-os como “criminosos” do segundo tipo, como podemos comprovar no ofício de 27 de fevereiro de 1933 encontrado no prontuário de Rodolfo Felipe, destinado ao Diretor dos Presídios Políticos da Capital:

“Com este vos apresento o Sr. Rodolfo Felipe, que aí deverá permanecer detido à disposição desta Delegacia, por motivo político, e por ter declarado que é anarquista”³⁶⁶.

Seria necessária uma análise mais detalhada para compreender o conceito de “preso social” utilizado pelos anarquistas espalhados pelo mundo, porém podemos notar que durante todo o período os libertários esforçavam-se, tanto em sua produção intelectual, como quando interrogados pelos delegados do DEOPS, em diferenciar-se dos “políticos”. Segundo a interpretação vigente entre os libertários na época, envolver-se com política era compactuar com a disputa de poder e com o sistema representativo parlamentar. Por estarem inseridos e se considerarem parte dos movimentos sociais e de classe, havia sempre a separação entre a “questão social” e os “interesses políticos”. Essa separação e distanciamento ficam evidentes quando da detenção de Rodolfo Felipe, acusado de redigir panfletos atacando o Chefe de Polícia e elogiando um outro. *A Plebe* enfatiza que Felipe nada tem a ver com a “política” e que era, sim, um estudioso da “questão social”.

³⁶⁶ Doc. 3, Prontuário DEOPS-SP no. 400 – Rodolfo Felipe.

Acreditamos que essa diferenciação dava-se, pois os anarquistas não desejavam concorrer a nenhum cargo ou a eleições, nem acreditavam na mudança de governos ou na passagem do poder do Estado das mãos dos oligarcas ou dos “revolucionários” de 1930 para as mãos dos comunistas ou dos proletários. Os anarquistas almejam uma transformação radical da sociedade e para isso propõem uma nova organização social. Segundo Errico Malatesta, autor italiano muito popular entre os militantes na época, o anarquismo acredita que “a maior parte dos males que afligem a humanidade são devidos à má organização social, o que os homens, por sua vontade e seu saber, podem fazê-los desaparecer”³⁶⁷.

Para se atingir os objetivos da transformação social Malatesta enumera algumas das principais ações e posturas necessárias:

“Devemos expropriar os possuidores e por em comum todos os produtos disponíveis; organizar a vida social, por meio de associações livremente constituídas, sem atender a ordens de ninguém; recusar nomear ou reconhecer qualquer Governo; desobedecer a todo corpo político que, sob nome de Assembléia Constituinte, Comitê executivo, Ditadura revolucionária, ou qualquer outro, se atribuiria, mesmo a título provisório, o direito de fazer leis e impor aos outros a sua vontade pela força”³⁶⁸.

Segundo Maria Aparecida Aquino, a diferenciação entre “crime comum” e “crime político”, preocupação de regimes autoritários, dá-se na medida em que o “último localiza os crimes contra o Estado, que em determinados momentos e em países específicos, podem ser chamados de crimes contra a ‘segurança nacional’”³⁶⁹. Levando em conta que o próprio DEOPS tomava o anarquista como um “criminoso político”, faz-se necessário problematizar a questão.

O conceito de “crime político” é de difícil tipificação, mesmo entre estudiosos do Direito, pois assume “identidade fugidia e confusa”, variando conforme “a conjuntura

³⁶⁷ MALATESTA, Errico. *Solução anarquista para a questão social*, São Paulo, Guilda Estudos Sociais, 1962, p. 7.

³⁶⁸ Idem, p.37.

³⁶⁹ AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio V.L.; SWENSSON JR, Walter Cruz (orgs), *No Coração das trevas: O DEOPS-SP visto por dentro*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 16.

política, sistema social e modelo econômico que definem o perfil da organização política de um país em cada momento de sua história”³⁷⁰.

A definição do termo e as maneiras de lidar com o delito político e, por consequência, com o delinquente político, variou na teoria do Direito Penal e na história da Humanidade. Há penalistas que acreditam que a lei é impotente frente ao crime político, pois sua origem seria “a emoção, a paixão, o instinto”, sendo “ingênuo supor que toda decisão política resulte da razão”³⁷¹. Assim pode-se indagar “de que serve trabalhar para tecer uma tela jurídica se em qualquer momento ela pode ser destruída pelo canhão e pela espada?”³⁷². Por outro lado, outros penalistas crêem que as revoltas e motins são passíveis de serem punidos, a partir de uma legislação que tipifique o delito político e que, em caso de derrota do atentado contra um governo estabelecido, faça com que seus autores sofram sanções legais. No caso de vitória de uma Revolução que vise substituir o sistema político em xeque, o crime anteriormente identificado deixa de existir.

De acordo com Carlos Alberto Menezes, a inspiração jurídica liberal decorrente da Revolução Francesa entendia a dissidência política como um direito natural e a insurreição como uma obrigação e uma forma de resistência à opressão. Só a partir do século XIX é que começou a configurar-se, como reação a essa forma liberal de lidar com o delito político, a teoria e a prática penal que conhecemos hoje em dia. Finalmente, no século XX, é quando “se dá a sistematização de um conjunto de idéias que, reinterpretando o papel do delinquente político, enfatiza o perigo que o mesmo representa para a segurança do Estado e sugere a supressão de quaisquer considerações misericordiosas às suas práticas”³⁷³. É aí que a prática judiciária e policial de Getúlio Vargas se insere. A “lógica da desconfiança”³⁷⁴ – que orientava a ação investigativa da polícia política brasileira sobre toda a sociedade, com a suspeição preestabelecida pela polícia e a “culpa” sendo atribuída *a priori*, dentro de critérios particulares – era aplicada a todos cidadãos e a todos dissidentes políticos, assim

³⁷⁰ MENEZES, Carlos Alberto. *A Questão da Legalidade Penal e o Crime Político*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1984, p. 63.

³⁷¹ Idem, p. 57.

³⁷² Apud. Idem, p. 58.

³⁷³ Idem, p. 70.

³⁷⁴ DOPS: *A lógica da desconfiança*, Rio de Janeiro Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Pública do estado do Rio de Janeiro, 1996.

como em relação ao movimento anarquista, estabelecendo-os como *inimigos internos*³⁷⁵, no rol daqueles que deviam ser vigiados e combatidos por representarem uma ameaça à ordem vigente: “o revolucionário”, “o estrangeiro”, “o extremista”, “o anarquista”. Muitas leis foram criadas para restringir sua atuação e era papel da polícia política encaixar os “criminosos” dentro dos estereótipos enunciados nos decretos, criando uma categoria de criminosos em potencial. De acordo com os decretos, competia ao Gabinete de Investigações

“proceder, em todo o território do Estado, às diligências para o esclarecimento de fatos criminosos considerados obscuros, que exigiam investigação, realizando exames em locais de crimes, armas, objetos, instrumentos, documentos, e de tudo quanto pudesse servir de indício de prova da realização do crime, ou de quem pudesse ter sido o autor; estabelecer a identidade de desconhecidos, cadáveres, criminosos e pessoas que o requeressem; fiscalizar a moralidade e propriedade de peças teatrais e películas cinematográficas; zelar pelos bons costumes, prevenir e reprimir a venda de tóxicos e o exercício da prostituição e leucínio; fiscalizar as diversões e os bailes públicos; reprimir contravenções de jogo, uso de armas; dar garantias de vida às pessoas que se sentirem por qualquer motivo ameaçadas; exercer vigilância nas estações de estrada de ferro, nas fábricas, nos pontos de aglomeração e naqueles que julgar necessário; reprimir o anarquismo, tomar as providências que julgar convenientes para a manutenção da ordem política e social; capturar os criminosos”³⁷⁶

Para além da perseguição policalesca às classes subalternas, havia aquela direcionada ao criminoso político, entendido como aquele que destoa da “ideologia dominante”, sendo considerado como “o grande inimigo do Estado, por não submeter-se politicamente aos mandos e desmandos do governo e não acatar as resoluções que cerceiam

³⁷⁵ “O criminoso é aquele que danifica, perturba a sociedade. O criminoso é o inimigo social. (...) Há identidade entre o crime e ruptura do pacto social. O criminoso é o inimigo interno”. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro, Nau/PUC/Rio, 2003, p. 81.

³⁷⁶ Síntese elaborada por Regina Pedroso, a partir da compilação de vários decretos que instituíam as funções do DOPS. PEDROSO, Regina Célia. *O Olhar Vigilante: Estado Autoritário e Ideologia Policial (1924-1940)*, São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2001.

o seu cotidiano”³⁷⁷. Toda a tipificação dos “criminosos políticos” e a qualificação de “subversivo” estabelecida pelo Estado brasileiro podem ser compreendidas como uma forma de estigmatizar os anarquistas para que esses mesmos mecanismos fossem legitimados. Esse processo de estigmatização possibilitou a construção de uma imagem do anarquista como “criminoso” ou “desajustado” que, por consequência, merecia ser vigiado e controlado pelas forças policiais do Estado. As táticas aplicadas para impingir o terror na população, e consequentemente nos delinquentes políticos, eram a vigilância, a detenção arbitrária, o processo, a prisão, a tortura e a ameaça constante de morte. Segundo Elizabeth Cancelli,

“a materialização do terror sobre um objeto ou agente do crime consistia a prova incontestável da existência deste crime e, portanto, da necessidade da existência deste terror”³⁷⁸.

Em seu estudo sobre o crime político na Europa, Barton L. Ingraham³⁷⁹ se debruça sobre os problemas de definição do termo. A definição analítica proposta pelo autor é a de que o crime sempre envolve um ato, manifesto por algum comportamento, que é considerado injusto (imoral, perigoso, etc.) e prejudicial a toda a sociedade pelas autoridades constituídas e pelo povo, e que, por meio de seus representantes, procura punir ou impedir permanentemente que ocorra. Porém, quando um crime é um crime político?

Um crime pode ser político de acordo com as circunstâncias e dependendo de diversos fatores, como seu motivo, intenção ou objeto de delito. Por exemplo, um roubo à banco realizado por um grupo de revolucionários durante uma insurreição para obter recursos para realizar seus intentos, por mais que roubo à banco possa ser considerado um crime comum, nesse caso seria um crime político. Isso depende também da resposta dada pelas autoridades ao delito cometido. Ingraham levantou doze tipos de crimes que podem ser considerados políticos: 1) traição, deserção, espionagem e conspirações que favoreçam o inimigo em tempos de guerra; 2) atentados – ataques, seqüestro e assassinato – contra

³⁷⁷ PEDROSO, Regina Célia. *Os Signos da Opressão: História e Violência nas Prisões Brasileiras*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, p. 33.

³⁷⁸ CANCELLI, Op.cit., p. 26.

³⁷⁹ INGRAHAM, Barton L. *Political Crime in Europe*, Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 1979.

líderes do governo; 3) evasão de divisas e atos de sabotagem à economia; 4) crimes sexuais contra a esposa ou mulheres próximas ao monarca ou do círculo político; 5) discurso ou publicação sediciosa, incitando ao motim ou atacando a dignidade ou a legitimidade do governo e de seus representantes; 6) crimes religiosos, como heresia e blasfêmia, em casos de Estados submetidos à uma religião; 7) rebelião e resistência contra os serviços oficiais do Estado, assembleias ilegais em tempo de emergência e atos de terrorismo direcionados contra o regime; 8) atentados levados a cabo por líderes políticos contra as liberdades do povo, incluindo a introdução de leis inconstitucionais e promulgação de decretos ilegais; 9) participação em sociedade secretas, ilegais ou que atentem contra o regime; 10) Usurpação de funções oficiais por pessoa não-autorizada, incluindo elevação de impostos e manutenção de cárcere privado; 11) omissão em denunciar golpes e conspirações contra o governo; e 12) diversos delitos como peculato, extorsão, coerção, fraude e toda gama de crimes convencionais cometidos durante ou como preparação de uma insurreição, como roubo, vandalismo e assassinato³⁸⁰.

Segundo o autor, virtualmente qualquer ato é capaz de ser definido como “criminoso” pelo Estado, especialmente quando a lei penal é vista como um instrumento de se atingir objetivos políticos próprios. O Estado autoritário getulista deu-se o direito de

“definir qualquer ato como crime, já que ele passara a enunciar que ele mesmo, o Estado, coincidia com a sociedade e, portanto, a definição de um crime, que a princípio existia em função da indignação pública, passara a existir a partir do governo”³⁸¹.

Assim, o Estado supostamente traduziria os anseios da sociedade, que encontrava-se acuada ante o regime de exceção vigente na época.

O delito político pode então ser considerado como “uma ação que agride o Estado nacional em seus desejos de manter incólume sua segurança interna e externa”³⁸². Como segurança externa entende-se defesa contra pressão estrangeira e a manutenção da existência, integridade e independência do Estado. Segurança interna refere-se à

³⁸⁰ Cf. INGRAHAM, Op.cit., p.p. 20-21.

³⁸¹ CANCELLI, Op.cit., p.p. 26-27.

³⁸² MENEZES, Op.cit, p. 66.

inviolabilidade do regime político vigente e a incolumidade de seus órgãos e representantes, ameaçados pela sedição de grupos dentro do próprio país.

Já Augusto Thompson parte de uma visão mais radical, que considera todo crime como sendo essencialmente político, pois “quem faz a lei (legislativo), quem persegue o delinqüente (executivo) e quem o condena (judiciário) são agentes do poder político”³⁸³. Assim corrobora-se com as idéias de Isidore Silver, que diz: “desde que a lei representa a vontade de um corpo político, é também *ipso facto* agente político do Estado”³⁸⁴. Esse conceito aproxima-se mais da visão dos anarquistas sobre o aparato legislativo, considerado como legitimador do poder do Estado e da exploração da burguesia sobre os trabalhadores.

A periculosidade à ordem vigente representada pelos criminosos – comuns ou políticos – foi uma noção forjada no final do século XIX. Segundo Michel Foucault,

“a noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam”³⁸⁵.

Por outro lado, Augusto Thompson, em seu polêmico livro em que discorre sobre a cifra negra³⁸⁶, afirma que criminoso é “a) o indivíduo que age em contradição com a lei penal; e b) sofre condenação oficial”³⁸⁷. De acordo com o autor, a omissão do termo b) leva a um falso conceito do criminoso, somente possível no mundo das abstrações ou das arbitrariedades. Muitos anarquistas foram trancafiados em presídios sem sofrer algum tipo de processo, muito menos condenação, passando longos períodos presos “preventivamente”. Outros foram expulsos sem condenação alguma.

Para conter tais hipotéticas ameaças ao Estado comandado pela mão forte de Getúlio Vargas,

³⁸³ THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos?*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1983, p. 134.

³⁸⁴ SILVER, Isidore. *The Crime-control establishment*, New Jersey, Prentice-Hall, 1974, p. 7. Tradução nossa.

³⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro, Nau/PUC-Rio, 2003, p. 85.

³⁸⁶ “A partir de meados do nosso século [XX], algumas pesquisas lograram evidenciar a existência de discrepância entre o número de crimes constantes das estatísticas oficiais e a realidade escondida por trás dele. Observou-se que, embora os índices da ordem formal indiquem existir uma considerável quantidade de infrações, o total dos delitos de fato praticados supera-os largamente. Apenas uma reduzida minoria das violações à lei criminal chega à luz do conhecimento público. À brecha constatada entre os crimes cometidos e os registrados, denominou-se ‘cifra negra da criminalidade’”. THOMPSON, Op.cit., p. 14.

³⁸⁷ Idem, p. 133.

“medidas extralegais tomadas pela polícia, como a prisão relativamente longa para averiguação de elementos considerados nocivos à ordem pública, foram rapidamente sendo substituídas por medidas ilegais, como a manutenção de prisioneiros que já haviam cumprido penas”³⁸⁸.

Extrapola-se a noção de Direito Penal que prima pelo legalismo estrito, que

“subordina o fato de punir, a possibilidade de punir, à existência de uma lei explícita, à constatação explícita de uma infração a esta lei e finalmente a uma punição que teria por função reparar ou prevenir, na medida do possível, o dano causado pela infração à sociedade”³⁸⁹.

A solução de Getúlio foi criar novas leis que enquadrassem seus inimigos e “legitimasse” a ação opressora do regime, supostamente tornando “legais” as medidas “extralegais” já praticadas pela polícia.

Nesse sentido, é quando, segundo Foucault, surge o que ele chamou de *panoptismo*, uma vigilância que se exerce sobre cada indivíduo “ao nível não do que se faz, mas do que se é” ou ainda, “do que se pode fazer”³⁹⁰. Não busca-se mais somente desvendar um delito ocorrido *de fato*, mas também impedir que um *suposto* crime venha a ser posto em prática, ou até mesmo, se possível, pensado ou planejado. O método utilizado é a vigilância e o controle estrito das atividades, dos traços, dos contatos, do comportamento, das leituras, das conversas, dos hábitos, enfim, de todos os âmbitos da vida pública e privada de homens e mulheres. Busca-se, em última instância, antever até mesmo o “pensamento criminoso”, quase realizando a utopia máxima dos estados totalitários, punindo até mesmo o *crimethink*³⁹¹, já assustadora na ficção, que dirá quando encontra alguma correspondência com a realidade.

Se retomarmos a classificação dos doze tipos de crime políticos proposta por Ingraham podemos reduzi-las à quatro tipos essenciais, de acordo com sua natureza: a) atos de traição; b) desafios à autoridade ou legitimidade política; c) impedimentos de funções oficiais; e d) usurpações de poderes garantidos. O anarquista, de acordo com tal

³⁸⁸ CANCELLI, Op.cit., p. 27.

³⁸⁹ FOUCAULT, Op.cit., p. 104.

³⁹⁰ Idem, Ibidem.

³⁹¹ *Crimethink* ou Crimidéia. ORWELL, George. 1984, São Paulo. Editora Nacional, 1984.

classificação pode e vem sendo, historicamente, considerado um criminoso político por “desafiar a autoridade ou a legitimidade política de um governo”. Os documentos policiais apontam como motivo da prisão de Benedito Romano em 1941 “atividades anarquistas”.³⁹² Anotou-se, em outro documento, que foi “processado por exercer atividades anarquistas”³⁹³ e que foi detido várias vezes para averiguação “por ser anarquista”. Esse foi seu “crime”: “ser anarquista”. A Caixa Postal 195, os livros e jornais apreendidos e a rede de relações de Benedito Romano foram as “provas” de seu “crime”. Procedimentos semelhantes foram verificados contra muitas outras pessoas, ligadas ao movimento anarquista ou a outras correntes políticas, assim como contra cidadãos comuns. O medo e o controle dominava toda a sociedade.

Augusto Thompson faz uma provocação em suas conclusões: “Mas não é a repressão estatal, classista ou hierárquica, que *inventa* os crimes e *cria* os criminosos?”³⁹⁴. Seria a acusação contra Benedito Romano uma possível resposta? O “crime” da Caixa Postal 195 foi *inventado* ou *antecipado* pelos aparelhos de repressão? Em última instância, foi como tal classificado pelo Estado. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, a polícia política federal – DOPS – elegia

“o suspeito construindo, através da prática repressiva, o conceito de inimigo-objetivo que, real ou imaginário, acabava interferindo na configuração do conceito de crime político”³⁹⁵.

Se é próprio do Estado eleger seu inimigo interno e excluí-lo da cena política, seja pela vigilância e pelo medo exercido sobre a sociedade ou mesmo pela punição física infligida através da prisão ilegal, da tortura e do assassinato; se essa eleição é arbitrária, pois atende muito mais a uma reação dos representantes do governo, seja democrática ou autoritariamente constituído, do que à uma vontade que encontre correspondência entre a população, também vítima das mesmas medidas restritivas de liberdades individuais; então torna-se mais claro o que é crime político e como ele é efetivamente tratado pelo Estado brasileiro.

³⁹² s/Doc., Prontuário DEOPS-SP nº 1262 – Benedito Romano.

³⁹³ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP nº 1262 – Benedito Romano.

³⁹⁴ THOMPSON, Op.cit., p. 137.

³⁹⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*, Cotia, Ateliê, 2002, p. 31.

Se por outro lado, atentarmos por um instante à tipificação de crime político que aponta os atentados cometidos por líderes políticos contra o povo, por meio de atos inconstitucionais e decretos ilegais – item 8 proposto por Ingraham – um novo “criminoso político” surge em cena. Frank E. Hagan, ao dedicar um capítulo de seu livro, *Political Crime: Ideology and Criminality*, aos crimes cometidos pelo Estado, evidencia o “caráter de ataque à toda a sociedade” que representam práticas como as constantes violações dos direitos humanos, as operações da polícia secreta, a vigilância ilegal, os crimes cometidos pela polícia, os crimes de guerra, os genocídios e os experimentos científicos ameaçadores. Durante o governo provisório de Getúlio

“não havia limite efetivo para as atividades policiais: os operários eram assassinados, os comícios eram reprimidos, as sedes dos sindicatos eram invadidas, os operários eram presos e espancados”³⁹⁶.

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, o Brasil viu-se, durante todo período republicano, diante “do que poderia se chamar de um ‘regime de exceção paralelo’ à legalidade constitucional existente”³⁹⁷, no qual o grau de ilegalidade a que as classes subalternas estiveram submetidas foi maior do que o tolerável no exercício do monopólio legítimo da força física pelo Estado. Vale ressaltar que

“esse ‘regime de exceção paralelo’ jamais teve sua vigência suspensa na evolução política do país (pelo menos se levarmos em conta as condições de existência dos grupos mais vulneráveis) e foi simplesmente agravado durante os estados de sítio na Primeira República e nos períodos da ditadura do Estado Novo nas décadas de 1930 e 1940 e militar da década de 1960 ao início da década de 1980 para atingir grupos próximos às elites. Esse regime foi em alguns momentos das fases de não-ditadura legalizado pelas leis de repressão ao anarquismo ou pela Lei de Segurança Nacional de 1935”³⁹⁸.

³⁹⁶ HALL, Michael M. PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle", *Remate de Males*, nº 5, 1985, p. 110.

³⁹⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Transição política e não-estado de direito na República” IN: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil – Um século de transformações*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 269.

³⁹⁸ Idem, p.p. 269-270.

Ou seja, a criminalização da dissidência política é uma constante na história do Brasil e não é exclusividade de regimes ditatoriais.

Frente às arbitrariedades e violências cometidas pela ditadura de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, o “crime” cometido por Benedito Romano, Rodolfo Felipe, Natalino Rodrigues e tantos outros libertários, parece fazer parte de um inocente romance de ficção policial, enquanto o “regime de exceção paralelo” perpetrado pelo Estado nesse período é digno de obras-primas de autores como Franz Kafka e George Orwell, onde os protagonistas são acusados e culpados *a priori*, porém sem saberem quais crimes cometeram.

Conclusão

I

Quando nos colocamos cara-a-cara com a vigilância exercida pelo DEOPS aos cidadãos, vistos como “suspeitos” *a priori*, compreendemos que tal órgão não buscava “o criminoso a partir do crime, mas o crime através do (suposto) criminoso”³⁹⁹. Uma pessoa era considerada suspeita e potencialmente um criminoso político ou um extremista, como as autoridades costumavam chamá-la, de acordo com suas idéias e suas leituras, configurando-se assim, sob o olhar policial, como uma “ameaça à segurança nacional”. O crime político era o crime contra o Estado, contra a autoridade. E mesmo sem ter cometido nenhum delito ou ato anti-social um indivíduo era julgado “culpado”, simplesmente por ser anarquista, assim como foram igualmente “culpados” os judeus, italianos, homossexuais, etc. Através dos prontuários elaborados pela Delegacia de Ordem Política e Social, podemos entender como se tentou consolidar e neutralizar esses inimigos sediciosos construídos e esmagados pelo próprio aparato policial e estatal. Para a polícia política a simples posse de jornais libertários incutia em uma culpa *a priori*, caracterizando algum tipo de “crime de idéias”.

Assim, se tem a dimensão do perigo real que se corria ao ser um anarquista vivendo sob a ditadura de Getúlio Vargas. Estando à mercê das arbitrariedades policiais do regime, muitos libertários foram vigiados, perseguidos, detidos, espancados, reprimidos, encarcerados, processados, julgados sumariamente e deportados. Tudo isso foi visto e evidenciado nessa pesquisa.

Diante desses e de tantos outros registros que fazem vir à tona a vigilância cerrada que o DEOPS exercia sobre a sociedade, não é possível fechar os olhos frente aos documentos que demonstram a preocupação que a circulação de jornais anarquistas causava e o temor que suas organizações despertavam nas autoridades policiais de São Paulo durante toda a década de 1930, chegando a meados da década de 1940. Torna-se improvável acreditar que o anarquismo “foi destruído”, “superado por formas melhores de

³⁹⁹ AQUINO, Op.cit., p.p. 25.

organização” ou “tornou-se incipiente” a ponto de nem sequer ser visto por alguns historiadores. Mesmo admitindo seus refluxos, intercalados com momentos de maior agitação, é impossível traçar um perfil da efervescência política do período pós-1930 sem ter que se confrontar com os anarquistas em sua Federação Operária de São Paulo ou seu Centro de Cultura Social, ou através das páginas de seus periódicos e das manifestações antifascistas e de combate ao integralismo.

Somente com uma observação detalhada pudemos comprovar que, para além da “sobrevivência” do anarquismo na década de 1930, havia um movimento anarquista materializado na real rede de contatos entre diversos sindicatos, grupos e militantes. Se a escrita dessa dissertação é cheia de idas e vindas, foi para melhor descrever a singular costura das teias de interligações entre os libertários. Seja através dos jornais operários ou dos relatórios reservados do DEOPS, é possível notar o trânsito de alguns militantes em vários ambientes e grupos, assim como colaborações, muitas vezes orgânicas, entre jornais, sindicatos e outros grupos. Em certa medida, os órgãos de repressão conseguiram estar presentes nos principais elos de ligação dessa rede anarquista, como pudemos observar quando cruzamos os dados recolhidos nas notícias da imprensa e nos prontuários.

Se a intensificada repressão policial esteve presente, pode-se apostar que a ação e a resistência também estiveram, seja através de seus militantes e associações, seja através de seus periódicos que, além de meios de divulgação de seu ideal, foram, sem dúvida, um dos protagonistas dessa corajosa resistência anarquista.

Dentre as estratégias frente à repressão podemos notar diferentes modos de comportamento e ação.

Os jornais exerciam importante função na resistência ao noticiar as ações policiais, protestar contra as prisões, dar voz aos camaradas detidos e tecer sua crítica ácida às autoridades constituídas e às leis estabelecidas. Os periódicos abriam espaço para notas em favor dos presos e participavam ativamente das campanhas pela sua libertação. O caso mais notório no período foi sem dúvida o de Natalino Rodrigues.

Porém, a organização e atividade do Comitê Pró Presos Sociais em São Paulo foi, sem dúvida, o maior foco de resistência à repressão do DEOPS. Era ele quem se mobilizava para arrancar das garras dos delegados e carcereiros seus companheiros detidos

injustamente. Ele clamava pelo apoio de todos os anarquistas, que correram à ajuda dos presos como puderam, e materializavam em ações um conceito tão caro ao anarquismo: a solidariedade.

Podemos notar formas de resistência também no âmbito pessoal, quando alguns anarquistas negavam suas participações no movimento, ou então faziam questão de afirmar suas convicções, mesmo perante um delegado do DEOPS. Por vezes se afirmava a “inocência” frente a uma acusação, enquanto em outras situações atacava-se a própria concepção do delito, do conceito de crime e da legitimidade das leis. Todas essas respostas, por contraditórias que possam parecer, são formadoras da identidade anarquista. É em oposição a um *outro* que é construída a *identidade*. Segundo Thompson,

“a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”⁴⁰⁰.

Nesse caso, entendemos o regime varguista, personificado no aparato repressor do DEOPS, como o *outro* da sociedade. Um sistema que se construiu em oposição à sociedade, vigiando-a e tentando controlá-la a todo custo. Para um anarquista, o Estado é o *outro*.

II

Se parte dos historiadores elevou a classe operária ao *status* de objeto privilegiado ao se tratar da história da Primeira República no Brasil, exaltando suas organizações, partidos e seus líderes, a maioria pareceu, pelo menos até um passado recente, não ter dado a mesma importância aos operários anarquistas. Na disputa por uma nova memória coletiva, onde os “excluídos” pudessem ser recolocados nas páginas dos livros de história, uma outra versão foi escrita no lugar da velha “história oficial”. Essa versão, porém, preocupada com novas datas de fundação e novos líderes – seja do Partido, do sindicato, do

⁴⁰⁰ THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa (3 volumes)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 10.

“movimento” – não deixou de ter seus próprios “excluídos”, entre eles os anarquistas “condenados ao esquecimento tanto por conta de um discurso oficial que privilegia a versão promulgada das leis trabalhistas como antecipação histórica, quanto de um discurso engajado, que contempla 1922 e a ação das esquerdas por via partidária como o marco no encaminhamento das questões operárias no país”⁴⁰¹. Além disso, não parece servir a nenhum propósito histórico – talvez sirva ao ideológico – construir a história do anarquismo, como alguns ainda o fazem, a partir de suas hipotéticas ausências, fraquezas e deficiências.

O episódio parece estar se repetindo em relação ao período pós-1930, conhecido genericamente como Era Vargas, quando muitos pesquisadores assumem um discurso “oficializado” que decretou a morte do movimento anarquista no Brasil nesse período.

Notamos no decorrer da pesquisa que para além da aparente ruptura produzida em diversos campos da sociedade e da política após o golpe de 1930, em diversos aspectos as mudanças foram insignificantes ou até mesmo inexistentes. Esse é o caso da repressão ao anarquismo, que vinha num crescente desde meados da década de 1910, chegando a um auge em 1924 com o desterro de diversos militantes e voltando a cena com mais força a partir de 1930, com picos de arbitrariedades, mais flagrantemente, entre 1933 e 1936 e, a partir de 1937, devido ao novo golpe instaurador do Estado Novo. Podemos observar, por exemplo, em concordância com a análise de Lená Medeiros de Menezes, que muito pouco mudou em relação às expulsões de estrangeiros a partir de 1930, exceto que os argumentos da elite oligárquica não eram mais suficientes para justificar tais medidas de controle social. Simplesmente novas teorias – nacionalistas e de combate à conspiração internacional – surgiram, fazendo com que a máquina repressora estatal não parasse por um momento resistindo às diversas mudanças de governo no país.

Os documentos analisados nessa pesquisa deixam clara a agitação libertária a partir de 1931 no campo sindical, quando da refundação da Federação Operária de São Paulo, no campo cultural, através do Centro de Cultura Social e da efervescência de publicações, palestras, conferências, festivais e espetáculos musicais e teatrais, assim como no campo político, tendo em vista, principalmente, a luta antifascista. Pudemos acompanhar mais

⁴⁰¹ MENEZES, Lená Medeiros de, *Os Indesejáveis*, Rio de Janeiro, Eduerj, 1996, p.289.

detidamente os acontecimentos no meio libertário até meados de 1937. Mas a documentação disponível deu pistas da vigilância aos anarquistas até meados da década de 1940, com relatórios sendo efetuados em 1941 e até em 1944.

A situação dos anarquistas no período pós-1935 era de muita cautela, pois entrou em vigor a “lei Monstro”, que criminalizava a propagação de ideais políticos e sociais contrários ao governo de Getúlio Vargas. Avelino Neblind dá uma idéia do que se sucedeu com os anarquistas após a onda de repressão de 1935 em carta escrita a Emilé Armand em 1937:

“Vários companheiros foram presos pela repressão de 35, feita pelo ditador fascista Getúlio Vargas. Muitos foram soltos nos últimos dias, com o fim do estado de sítio. Maria Lacerda conseguiu fugir, mas foi obrigada a se esconder por muito tempo”⁴⁰².

Posteriormente, o Brasil viveu em meio ao duro período da ditadura do Estado Novo. Os anarquistas, aparentemente viviam um refluxo, porém não deixavam de se encontrar, ler e divulgar suas idéias – como atestam, por exemplo, a reunião na casa de Pedro Catalo em 1938 e a prisão de Benedito Romano em 1941 – ou mesmo de atuar no sindicato de sua classe – como a presença e participação de Eleutério do Nascimento em assembléia do Sindicato dos Manipuladores de Pão, em abril de 1944.

As respostas evasivas colhidas nos depoimentos de anarquistas em 1941 podem ser indícios de táticas utilizadas para burlar a repressão. Em suas declarações ao delegado do DEOPS, Rodolfo Felipe afirmou que “afastou-se de atividades políticas desde 1937” e Edgard Leuenroth disse que “desde 1938 deixou de exercer qualquer atividade ligada ao ideal”. Porém, Edgar Rodrigues dá nota a algumas atividades libertárias durante o Estado Novo: o registro, em 9 de novembro de 1939 da “Sociedade Naturista Amigos da Nossa Chácara” e a sua posterior construção levada a cabo entre 1939 e 1942, onde se realizou diversos congressos anarquistas nos anos seguintes à queda de Getúlio Vargas; a publicação de um artigo sobre a distorção do significado do Primeiro de Maio no jornal *O Trabalhador Gráfico*, em maio de 1945; e a publicação do jornal anarquista *Remodelações*,

⁴⁰² Carta de A. Neblind a Emilé Armand de 12 de agosto de 1937, Apud LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*, São Paulo, Ática, 1984, p. 98.

na cidade do Rio de Janeiro, dezenove dias antes da derrubada da ditadura⁴⁰³. A partir daí os anarquistas reapareceram no cenário político através da reabertura do Centro de Cultura Social e da publicação de outros periódicos como *Ação Direta*, *Spartacus*, *Aurora* e *Revolta*⁴⁰⁴. Inspirado por essa leva de novos periódicos e depois da solicitação de diversos militantes, ressurgiu, em 1947, *A Plebe*. Sob direção do próprio Edgard Leuenroth, o periódico reafirma em seu editorial o compromisso com o anarquismo:

“Repetimos hoje, com a mesma convicção, o que dizíamos há 30 anos: ‘não há solução burguesa para os problemas humanos, Só há uma solução: a abolição do Estado (...)’”.⁴⁰⁵

Esse ressurgir libertário indica que as atividades anarquistas encontravam-se suspensas temporariamente durante o período de 1937 e 1945, sobrevivendo de maneira clandestina e moderada, devido à situação política de exceção que se viveu nesse período. No primeiro número do semanário anarquista *Ação Direta* essa constatação aparece logo nas primeiras linhas de seu editorial: “Após cinco anos de silêncio relativo e dez de absoluto silêncio, o vozerio anarquista reentão o seu canto guerreiro”⁴⁰⁶.

Assim, desvendada parte da agitação dos jornais anarquistas e da repressão aos seus redatores, gerentes, colaboradores e leitores na década de 1930, cumpre a algum pesquisador se debruçar com mais atenção sobre a presença anarquista durante o Estado Novo. Esperamos que algumas das pistas aqui levantadas sejam incentivos para essa ou outras pesquisas entre aqueles, até então equivocadamente, dados como “mortos e enterrados” por parte da historiografia brasileira: os militantes anarquistas atuantes nas décadas de 1930 e 1940.

E finalmente, esperamos que essa história não encontre aqui seu ponto final. Muito pelo contrário, que novas e instigantes análises somem-se a esse esforço, na busca de compreender um pouco mais o significado da *liberdade*, esse valor tão caro à humanidade.

⁴⁰³ RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos (1922-1946)*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1972, p. 432 e RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1992, p.p. 145-149.

⁴⁰⁴ RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos (1922-1946)*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1972, p. 434.

⁴⁰⁵ *A Plebe*, São Paulo, 01/05/1947.

⁴⁰⁶ *Ação Direta*, 10/04/1946, apud. RODRIGUES, 1972, p.433.

Nem que para isso seja necessário voltarmos o olhar para os períodos de nossa história sempre tão marcados pela sua ausência ou negação.

Fontes

Prontuários DEOPS-SP - Arquivo do Estado de São Paulo

- 02 – Abílio José Neves
- 04 – Adelino Tavares de Pinho
- 08 – Affonso Festa
- 11 – Afonso Schmidt
- 12 - Agapito Saes
- 29 – Ângelo Chiarotti
- 41 – Albino Sbrana
- 44 – Astrogildo Pereira Duarte Silva
- 46 – Augusto Gonçalves Fonseca
- 47 – Augusto Pizzutti
- 55 – Antonio Arcas Gimenez
- 59 – Pedro Burba
- 69 – Antonio Domingues
- 96 – Carmine Farina
- 122 – Edgard Leuenroth (2 volumes)
- 127 – Federação Comunista Libertária
- 144 – Florentino de Carvalho
- 147 – Francisco Arouca
- 155 – Francisco Augusto Neves
- 179 – Guilherme Milane
- 188 – Herminio Marcos Hernandez
- 189 – Hugo Biocatti
- 190 – Humberto Infante
- 192 – Higino Alonso Delgado
- 195 – Isa Ruti ou Issa Ruti
- 198 – Ítalo Benassi

211 – João Baccheto Filho
231 – João Peres Parada
261 – José Bullara
263 – José Carlos Boscolo
283 – José Rodrigues
284 – José Romero
301 – Lorenzo Pironcelli
313 – Manoel Esteves
317 – Confederação Sindical Unitária do Brasil
325 – Marcellino Ruiz ou Rodrigues
327 – Maria Alves
334 – José Silveira
356 – Luiz Nietto Tortosa
358 – Octavio Brandão
364 – Orestes Ristori
377 – Pedro Catalo
384 – Pedro Zanella
399 – Rodesino Calomenero Rodrigues
400 – Rodolpho Felipe
435 – Domingos D'Ambrosio
438 – Vicente Sulia
441 – Victor de Azevedo Pinheiro (2 volumes)
452 – João Perdigão
465 – Hermogenio Silva
472 – Luiz Antonio
497 – Francisco Quesada
498 – João Navarro
576 – Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil
577 – União dos Trabalhadores Gráficos
581 – Delegacia de Polícia de Jundiaí

582 – União dos Artífices de Calçados
623 – Paschoal Graziano
625 – Francisco Cianci
709 – União dos Canteiros de São Paulo
710 – União dos Trabalhadores da Light
716 – Federação Operária de São Paulo (4 volumes)
738 – João Valukas
760 – Mário Grilli
761 – Vicente Boenço
774 – João Mineiro
813 – Attilio Perobelli
814 – Pedro Veadeiro
826 – Liga Antifascista
828 – Empresa Editora Unitas
831 – Editorial Marenglen
832 – João Bentivegna
833 – Aplecina do Carmo
840 – Light São Paulo
848 – Agostinho Farina
857 – Maria Lacerda de Moura
860 – José Oiticica
868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo
891 – Arthur Orlindo Stefani
906 – Luis Paparo
907 – Justiniano da Silva
908 – Crescentino de la Modesta
927 – Liga Operária da Construção Civil
996 – União dos Vidreiros
1020 – Ângela Lasheras ou Las Heras
1035 – Grupo Anarquista de São Paulo

1039 – Francisco de Simoni
1041 – Albino Sbrana
1088 – Donato Ângelo de Vitis
1110 – Boletins e Propagandas Comunistas (volume 4)
1123 – Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo
1202 – Ernesto Lopes
1235 – Antonio Ramon Perez
1262 – Benedito Romano (2 volumes)
1268 – Nathalino Rodrigues
1283 – Salvador de Matteo
1291 - Grupo Libertário Prometeu
1319 – Alexandre Cerchiai
1344 – Rolando Henrique Guarany
1374 – João Perez Aragon
1433 – Liga Lombarda
1461 – Antonio Soares de Meirelles
1465 – Alfredo Chaves Alonso
1507 – Arsênio Palacios
1553 – A Lanterna
1579 – Associações de Classe e Sindicatos (2 volumes)
1581 – Comitê Anti-fascista
1585 – Antonio Petan
1640 – Luiz Papa
1656 – Comitê Anti-Guerreiro
1671 – Brás Gentile
1685 – Felix Zirolia
1899 – Eleutério Nascimento
1914 – Centro de Cultura Social
1916 – Francisco Jardim
1920 – Alfredo Stelluto

1937 – Fernando Navarro
1946 – Paulino Aguillond
2000 – Adolpho Sanchez
2006 – Fábricas Jaffet
2039 – Antonio Rodrigues
2043 – José Gonçalves Moreno Filho ou José Righetti
2057 – Manoel Alonso Delgado
2060 – Mariano Bomilcar Bessouchet
2061 – Hugo Vittorio
2089 – Avelino Fernandes
2100 – Alfio Aurélio Tomasini
2150 – Manoel Sanchez
2176 – Julio Tancredo Barone
2241 – Club dos Artistas Modernos
2257 – Sindicato dos Operários em Offícios Vários
2303 – A Plebe
282 – José Righetti
2381 – Geraldo Ferraz ou Benedito Geraldo Ferraz Gonçalves
2393 – José Rocca Orozco
2394 – Antonio Aguillar
2476 – José Albar Alcântara
2569 – Antonio Soares
2599 – Isabel Cerrutti
2625 – José Jarejo Martinez
2629 – Elias Valente
2630 – Domingos Nieto Garcia
2635 – José Cabrera
2764 – Ângelo Venâncio
2809 – Manoel Santos Silva (ou Souza)
2894 – Gabriel de Carvalho

2902 – José Antonio Marques
2904 – Liga Anti-lerical de Campinas
2906 – Censura Postal
2919 – Delegacia de Polícia de Regente Feijó
2945 – Confederação Operária Brasileira
2969 - Barretos
2985 – Domingos Panzarino
3009 – Carlos Gurian
3022 – Antonio Araujo Ribeiro
3034 – Melchiades Pereira de Souza
3038 – Raul Mendes de Castilho Brandão
3039 – Francisco Calmaextra
3040 – Erico Magalhães da Silveira
3047 – Amor Salgueiro
3080 – Enoch Barbosa
3097 – Pedro Brandão de Oliveira
3117 – Francisco Giraes Filho
3121 – Ângelo Tosi
3472 – Marques da Costa
3630 – Rômulo Pardini
3637 – Francisco Rodrigues
3748 – Atílio Pessagno
3753 – João Alvez Cortez Valente
3811 – Walfrido Guimarães
3856 – A. Felipe
4045 – Gusmão Soler
4295 – Constantino Milano Neto
4688 – Ernesto Gattai
5195 – Sebastião Vieira de Carvalho
19932 – Carlos Gili

70316 – Domingos Passos
70320 – Comitê Pró Sacco e Vanzetti
70757 – Comitê das Relações dos Grupos Anarquistas
75126 – Nicola Testa
86230 – Argemiro Silveira
86256 – Italo Felício dos Santos
119679 – Jaime Cubero
132.727 – Gino Amleto Meneghetti

Jornais – Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp

-A Lanterna
-A Plebe
-Germinal
-La Barricata
-La Battaglia
-Na Barricada
-O Amigo do Povo
-O Combate Social
-O Congresso
-Spartacus
-A Terra Livre
-O Trabalhador

Bibliografia

- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das idéias: Intelectuais e a polícia política (1930-1945)*, São Paulo, Tese de Mestrado, FFLCH/USP, 2001
- AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio V.L.; SWENSSON JR, Walter Cruz (orgs), *No Coração das trevas: O DEOPS-SP visto por dentro*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001
- ARAÚJO, Angela M. C. *Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30*, Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 1994
- _____. “Estado e Trabalhadores” In ARAÚJO, Angela M. C. *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo, 2002
- AZEVEDO, Raquel. *A resistência anarquista: uma questão de identidade*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002
- BATALHA, Cláudio H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000
- _____. “Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”, In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, Bragança Paulista, USF/Contexto, 1998
- _____. “Movimento Operário: Qual História?” in ARAÚJO, Angela M.C. *Trabalho, Cultura e Cidadania*, São Paulo, Scritta, 1997
- BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe – Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*, Campinas, UNICAMP, 2004
- BERLIÉRE, Jean-Marc. “A Republican Political Police? Political Policing in France under the Third Republic – 1875-1940” In MAZOWER, Mark. (org). *The Policing of Politics in the Twentieth Century – Historical Perspectives*, Providence/Oxford, Berghahn Books, 1997
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*, São Paulo, UNESP, 2002

- CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas*, Brasília, UNB, 1994
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1987
 _____. *Negros, estrangeiros*, São Paulo, Brasiliense, 1985
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*, Cotia, Ateliê, 2002
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (orgs.), *A Imprensa Confiscada pelo DEOPS – 1924-1954*, São Paulo, Ateliê/Imprensa Oficial, 2003
- CASTEL, Robert, “A dinâmica dos Processos de marginalização: Da vulnerabilidade à desfiliação”, *Cadernos CRH*, ns.26/27, 1997, p.19-40
- CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o anarquismo*, São Paulo, Sedição/Imaginário, 2004
- CIMAZO, Jacinto. *Recuerdos de un libertario*, Buenos Aires, Reconstruir, 1995
- DARNTON, Robert. *Edição e sedição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de trabalhadores na República (1889-1940)*, São Paulo, Brasiliense, 1989
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, Alfa-Ômega, 1977
- DOPS: *A lógica da desconfiança*, Rio de Janeiro Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Pública do estado do Rio de Janeiro, 1996
- DULLES, John W.F., *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977
- EMSLEY, Clive. “Introduction: Political Police and the European Nation-State in the Nineteenth Century” In MAZOWER, Mark. (org). *The Policing of Politics in the Twentieth Century – Historical Perspectives*, Providence/Oxford, Berghahn Books, 1997
- FAURE, Sebastien. *Deus Existe? Eis a Questão*, São Paulo, A Sementeira, s/d
- FAUSTO, Boris, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, São Paulo, Difel, 1976
- FENELON, Déa Ribeiro. “E.P. Thompson: História e Política”, *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 12, p.77-93, outubro/1995.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 1997
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*, Petrópolis, Vozes, 1978

- FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Serviço Reservado da Delegacia de Ordem e Política e Social de São Paulo na Era Vargas*, Franca, Dissertação de Mestrado, UNESP, 2000
- FONSECA, Ricardo M.; GALEB, Maurício. *A greve geral de 1917 em Curitiba*, Curitiba, Ibert, 1996
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro, Nau/PUC-Rio, 2003
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, LTC, 1989
- GERALDO, Endrica. “Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951)”, *Cadernos AEL – Anarquismo e anarquistas*, No. 8/9, pp.165-192, IFCH, Campinas, 1998
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989
- _____. *A Micro-História e outros ensaios*, Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989
- _____. *Relações de Força – História, retórica, prova*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978
- GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. *A Bibliografia Libertária – O Anarquismo em Língua Portuguesa*, São Paulo, Imaginário, 2001
- GRUPO ANARQUISTA PRIMEIRO DE MAIO (org.). *Malatesta: textos escolhidos*, Porto Alegre, L&PM, 1984, p.p. 27-28
- GUÉRIN, Daniel (org.). *Congresso Anarquista de Amsterdã, 1907*, Porto Alegre, Brisa de Liberdade, 2000
- HAGAN, Frank E. *Political Crime: Ideology and Criminality*, Allyn & Bacon, 1997
- HALL, Michael M. “Corporativismo e Fascismo” In ARAÚJO, Angela M. C. *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo, 2002

- _____. “O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954”, In PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo – Volume 3*, São Paulo, Paz e Terra, 2004
- HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *A classe operária no Brasil, 1889-1930: documentos – Vol.1*, São Paulo, Alfa Ômega, 1979
- HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle", *Remate de Males*, nº 5, 1985, p.p. 96-120
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria Nem Patrão*, São Paulo, UNESP, 2002
- INGRAHAM, Barton L. *Political Crime in Europe*, Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 1979
- JEREMIAS, Marcolino; SILVA, Liana F.da; SILVA, Rodrigo R. da; RAMOS, Leandro M. (orgs.). *Três Depoimentos Libertários – Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Giménez Moreno*, Rio de Janeiro, Achiamé, 2002
- KAYE, Harvey J. e McCLELLAND, Keith (orgs.). *E. P. Thompson: critical perspectives*. Philadelphia, Temple University Press, 1990
- KHOURY, Yara Maria Aun, *Edgard Leuenroth: uma voz libertária-imprensa, memória e militância anarco sindicalista*, São Paulo, Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1988
- KROPOTKIN, Piotr. *As prisões*, São Paulo, Index Librorum Prohibitorum, 2003
- _____. “A ordem”, *Novos Tempos*, Nº 1, Outubro de 1998, São Paulo, Editora Imaginário, p.p. 5-10
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*, São Paulo, Ática, 1984
- LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro da libertação social. Antologia de doutrina crítica-histórica-informações*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963
- LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*, São Paulo, Annablume, 2000
- _____. *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*, São Paulo, Museu da Imigração, 1997
- _____. “O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil”, *Verve*, nº 3, 2003, pp. 75-91
- MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1984

- MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O Suspeito através das lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2001
- MAGNANI, Silvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1982
- MALATESTA, Errico. *Solução anarquista para a questão social*, São Paulo, Guilda Estudos Sociais, 1962
- _____. “Sindicalismo: a crítica de um anarquista”, In WOODCOCK, George. *Grandes Escritos Anarquistas*, Porto Alegre, L&PM, 1981
- MARAM, Sheldon Leslie, *Anarquistas imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
- MARCUS, George. “Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para in etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial”, *Revista de Antropologia*, vol. 34, 1991.
- MENEZES, Carlos Alberto. *A Questão da Legalidade Penal e o Crime Político*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1984
- MENEZES, Lená Medeiros de, *Os Indesejáveis*, Rio de Janeiro, Eduerj, 1996
- MERRIAN, A. P. *The Anthropology of Music*, Evanston, Northwestern University Press, 1964
- MOURA, Clóvis. *Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro*, São Paulo, Brasil Debates, 1979
- NASCIMENTO, Rogério H.Z. *Florentino de Carvalho – Pensamento social de um anarquista*, Rio de Janeiro, Achiamé, 2000
- OLIVEIRA, Valéria Garcia de. “A Música, o DEOPS e o Ideal Revolucionário (1924-1950)”, In ANDREUCCI, Álvaro G.A.; OLIVEIRA, Valéria G. de. *Cultura Amordaçada: Intelectuais e Músicos sob a Vigilância do DEOPS*, São Paulo, Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002
- ORWELL, George. *1984*, São Paulo. Editora Nacional, 1984
- PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela Liberdade: O Movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS-SP (1924-1945)*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003
- PAULILLO, Maria Célia R. de A. *Tradição e Modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*, São Paulo, Annablume, 2002

- PEDROSO, Regina Célia. *Os Signos da Opressão: História e Violência nas Prisões Brasileiras*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002
- _____. *O Olhar Vigilante: Estado Autoritário e Ideologia Policial (1924-1940)*, São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2001
- PENTEADO, Jacob. *Belênzinho, 1910*, São Paulo, Carrenho / Narrativa Um, 2003
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja nossa pátria!*”: *História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*, Santa Maria / Porto Alegre, Editora UFSM /UFRGS, 2001
- _____. “Cruzando Fronteiras: As Pesquisas Regionais e a História Operária Brasileira” In ARAÚJO, Angela M.C. *Trabalho, Cultura e Cidadania*, São Paulo, Scritta, 1997
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992
- _____. “Transição política e não-estado de direito na República” IN: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil – Um século de transformações*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001
- _____. “Mr. Dulles rides again”, *Estudos Cebrap*, no. 9, São Paulo, p. 159
- PINTO, Tiago de Oliveira. “Som e Música. Questões de uma Antropologia Sonora”, *Revista de Antropologia Vol.44 No. 1*, São Paulo, USP, 2001
- POLLAK, Michael, “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, no.10, 1992
- _____. “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, no. 3, 1989
- PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986
- RAGO, Margareth L. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*, Rio de Janeiro, Record, 1992
- RODRIGUES, Edgar, *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*, São Paulo, Global, 1984
- _____. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1992
- _____. *Pequena História da Imprensa social no Brasil*, Florianópolis, Insular, 1997

- _____. *Os Companheiros- Vol.1*, Rio de Janeiro, VJR, 1994
- _____. *Os Companheiros- Vol.2*, Rio de Janeiro, VJR, 1995
- _____. *Os Companheiros- Vol.3*, Florianópolis, Insular, 1997
- _____. *Os Companheiros- Vol.4*, Florianópolis, Insular, 1997
- _____. *Os Companheiros- Vol.5*, Florianópolis, Insular, 1998
- _____. *Os Libertários*, Rio de Janeiro, VJR, 1993
- _____. *Os Libertários: idéias e experiências anárquicas*, Petrópolis, Vozes, 1988
- _____. *Socialismo e sindicalismo no Brasil (1675-1913)*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969
- _____. *Novos Rumos (1922-1946)*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1972
- _____. *O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1992
- _____. *Os Libertários*, Rio de Janeiro, VJR, 1993
- ROMANI, Carlo Maurizio. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*, São Paulo, Annablume, 2002
- ROSALDO, Renato. “Celebrating Thompson’s Heroes: Social Analysis in History and Anthropology” In KAYE, Harvey J. e McCLELLAND, Keith (orgs.). *E. P. Thompson critical perspectives*. Philadelphia, Temple University Press, 1990.
- SAFÓN, Ramón. *O Racionalismo combatente: Francisco Ferrer y Guardia*, São Paulo, Imaginário, 2003
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979
- _____. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990
- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, Imaginário, 2002
- SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Rivoluzionari in San Paolo: A comunidade italiana e a polícia política (1924 – 1945)*, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2003
- SEWELL, William H., Jr. “How Classes are Made: Critical Reflections on E.P. Thompson’s Theory of Working-class Formation” In KAYE, Harvey J. e McCLELLAND, Keith (orgs.). *E. P. Thompson critical perspectives*. Philadelphia, Temple University Press, 1990.

- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*, Campinas, Ed. Unicamp, 2003
- SILVER, Isidore. *The Crime-control establishment*, New Jersey, Prentice-Hall, 1974
- SOUZA, Wlaumir Doniseti. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante – das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*, São Paulo, Unesp, 2000
- THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos?*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1983
- THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa Vol. I*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997
- _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa Vol. II*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987
- _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa Vol. III*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989
- _____. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros escritos*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário – Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004
- VALENTE, Silza M. P. *A presença rebelde na cidade sorriso: contribuições ao estudo do anarquismo em Curitiba (1890-1920)*, Londrina, Atrito Art, 2004
- VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e Anticlericalismo*, São Paulo, Imaginário, 2000
- VARGAS, Maria Thereza (org.). *Teatro Operário na Cidade de São Paulo*, São Paulo, IDART, 1980
- VÁRIOS AUTORES, *Hinos Libertários*, Rio de Janeiro, 1921
- VÁRIOS AUTORES, *Hymnos e Cânticos Libertários e Indicador das Associações Operárias*, Rio de Janeiro, 1923
- VÁRIOS AUTORES, *Poesias e Hinos Libertários*, São Paulo, A Sementeira, 1933
- VIANNA, Marly de A.G. “As rebeliões de novembro de 1935”, *Revista Novos Rumos*, Ano 16, no. 34, Instituto Astrogildo Pereira, p. 3-40